ELIANA SOUSA SILVA

PREFÁCIO:
PAUL HERITAGE

A OCUPAÇÃO **DA MARÉ** PELO EXÉRCITO **BRASILEIRO**

PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ

ELIANA SOUSA SILVA

A OCUPAÇÃO **DA MARÉ** PELO EXÉRCITO **BRASILEIRO**

PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ

REALIZAÇÃO:

redes da maré

APOIO:

SSRC

Newton Fund

BRITISH ACADEMY
for the humanities and social sciences

20TH ANNIVERSARY people's palace projects

Queen Mary University of London

COORDENAÇÃO GERAL DA PESQUISA
Eliana Sousa Silva

COORDENADORA TÉCNICA
Gisele Martins

COORDENADORA DE CAMPO
Lidiane Malaquini

ANÁLISE DOS DADOS
Eliana Sousa Silva
Jailson de Souza e Silva

TRATAMENTO E PROCESSAMENTO DOS DADOS
Dalcio Marinho Gonçalves

ASSISTENTE DE PROCESSAMENTO DOS DADOS
João Aleixo Sousa e Silva

PESQUISADORES DE CAMPO
Bognar Lopes
Cláudia Santos
Fernanda de Freitas Lima
Luiza Azevedo Siqueira
Márcio Danelon
Sirlane Tavares Lima
Viviane Linares da Silva

FOTO (CAPA)
Gabriela Lino (ECOM – Escola de Cinema Olhares da Maré)

REVISORA
Elizete Munhoz

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Mórula_Oficina de Ideias

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

S586o Silva, Eliana Sousa

A ocupação da Maré pelo Exército brasileiro: percepção de moradores sobre a ocupação das Forças Armadas na Maré / Eliana Sousa Silva. — Rio de Janeiro : Redes da Maré, 2017.
120 p. : il. ; 24 cm.

Inclui índice, bibliografia e anexo.
ISBN: 978-85-61382-07-0

1. Exército brasileiro. 2. Ocupação. 3. Complexo da Maré – RJ. I. Título.

2017-68

CDD: 355.49
CDU: 355.355

SUMÁRIO

7 APRESENTAÇÃO
8 PREFÁCIO
14 INTRODUÇÃO

16 O CONTEXTO DA MARÉ ANTES DA OCUPAÇÃO DAS FORÇAS MILITARES

23 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA
26 O recorte territorial da pesquisa
28 O tamanho da Maré
30 Tamanho e seleção da amostra
33 Cálculo e expansão dos resultados
35 A coleta de dados

38 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA
39 Perfil dos moradores da Maré entrevistados
48 O vínculo afetivo com a Maré, a mobilidade e a sensação de segurança
57 Percepções sobre o processo de ocupação da Maré pelo Exército brasileiro

96 CONSIDERAÇÕES FINAIS

97 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

98 ENTREVISTAS
98 Manoela Silva
102 Vitor Santiago

111 ANEXO | INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS SOBRE AÇÃO DAS FORÇAS DE PACIFICAÇÃO NA MARÉ

APRESENTAÇÃO

QUEM VIVE E TRABALHA NA BELA CIDADE DO RIO DE JANEIRO SABE BEM QUE EM PARALELO À VIDA VIBRANTE, alegre e exuberante existe a dificuldade real. Em muitas comunidades em toda a cidade a situação de segurança é frágil e muitas vidas inocentes são perdidas a cada mês. Neste contexto, as relações entre a polícia e as comunidades que policiam são de fundamental importância. Desconfiança e tensão podem ter se acumulado ao longo de muitos anos, razão pela qual o desafio de quebrar o ciclo é tão difícil. Isso torna um trabalho como este, produzido através de uma excelente colaboração entre a Queen Mary, University of London e a Redes da Maré, tão importante.

O governo britânico teve a honra de apoiar este trabalho, que nos permitiu compartilhar com especialistas brasileiros a experiência da Grã-Bretanha em construir relações entre a polícia e suas comunidades. Como resultado, há de haver novas ideias e práticas para fortalecer a confiança, reduzir tensões e, finalmente, eliminar a violência. Tal como acontece com qualquer projeto bilateral, tenho a certeza de que os peritos britânicos aprenderam tanto quanto partilharam.

O financiamento do Governo britânico para este projeto foi dado através do *Newton Fund*, criado para apoiar uma maior cooperação entre as comunidades acadêmicas e de ciência e inovação do Reino Unido e de outros países, incluindo-se aí as áreas de transformação urbana e direitos humanos. Este projeto é um dos muitos que apoiamos este ano através do *Newton Fund*. Até 2021, o fundo fornecerá um total de £75 milhões (R$ 290 milhões) em parcerias de pesquisa conjuntas com parceiros brasileiros.

Sei que as questões da violência urbana e as relações entre a polícia e as comunidades no Brasil são assuntos complexos, difíceis e sensíveis. Seria compreensível se o governo britânico quisesse evitar envolver-se nestas questões. Mas tal postura seria incoerente com o relacionamento entre o Reino Unido e o Brasil, que é próximo, amigável e de apoio. Numa relação assim, trabalha-se as questões que são as mais importantes e nas quais há experiências para se compartilhar.

JONATHAN DUNN OBE
CÔNSUL GERAL — CONSULADO GERAL
DO REINO UNIDO, RIO DE JANEIRO

PREFÁCIO

A NONA PASSARELA SOBRE A AVENIDA BRASIL, INDO EM SENTIDO OPOSTO AO CENTRO DO RIO DE JANEIRO, é sempre meu alerta de que cheguei à altura da via expressa quando é necessário pegar a saída para entrar no Complexo da Maré. Conforme informo ao taxista que precisamos tomar a próxima à direita, ele encosta no pátio de um posto de gasolina. Inclinando-se sobre mim, ele abre a porta do passageiro e indica que devo prosseguir a pé. Apesar de não haver uma distinção real dividindo este complexo de favelas dos cinco quilômetros da Avenida Brasil que ele margeia, poucos motoristas se dispõem a descer uma das vias secundárias que imediatamente te lançam nas vivas ruas das dezesseis comunidades conhecidas coletivamente como Maré. O táxi parte antes que eu comece a curta caminhada pela Rua Teixeira Ribeiro, que me levará à Rua Sargento Silva Nunes e para a sede da *Redes da Maré*, onde encontrarei Eliana Silva. Não há transição. O barulho de um moto-táxi, que por pouco desvia de mim, toma minha atenção enquanto caminho pelo exuberante fluxo perene de compra e venda, ida e volta que ocupa cada milímetro indivisível das ruas e calçadas da Maré. Na esquina do primeiro beco que foge da rua principal, lembro-me de me empenhar na tarefa de ver sem olhar. Um grupo de adolescentes exibe as mercadorias e armamentos de seu comércio de drogas. Um fuzil AK47 casualmente apoiado numa mesa de bar, vermelha e de plástico, tem sua imagem refletida na janela de um salão de beleza do outro lado da rua.

Com uma população de aproximadamente 150.000 habitantes, a Maré é maior que 90% dos municípios brasileiros. Sua história se entrelaça com a estrada que eu percorri para estar aqui. Quando a Avenida Brasil finalmente foi inaugurada em 1946, muitos dos operários que passaram sete anos construindo a nova via expressa estabeleceram residência ao longo de suas margens, transformando dramaticamente o que antes era uma comunidade de famílias sustentadas pela pesca na Baía de Guanabara. Eliana chegou aqui há mais de quarenta anos, aos sete de idade, trazida por sua família, que seguiu a rota migratória feita por muitos dos moradores das favelas do Rio, vindos do seco, empobrecido e intensamente vivo sertão nordestino. Foi aqui na Maré que aos 22 anos ela se tornou a primeira mulher a ser eleita presidente de uma associação de moradores em uma comunidade do Rio de Janeiro. Foi aqui neste complexo de dezesseis favelas à beira da Avenida Brasil que ela criou seus dois filhos, estudou para ingressar na universidade e em 2009 completou seu doutorado sobre relações de poder nos territórios marginalizados do Rio.

Foi na Maré, em 1996, que fundou a Redes de Desenvolvimento da Maré, uma organização comunitária que visa melhorar a qualidade de vida na favela em todas as suas dimensões. Eliana foi Diretora e Pesquisadora da Divisão de Integração Universidade Comunidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde coordenou um curso de pós-graduação em Segurança pública para os Departamentos de Direito e Serviço Social. Deixe que ela seja sua guia, como foi tantas vezes minha, dentro desta comunidade:

> Você sente a vida cotidiana da Maré imediatamente ao entrar: o cheiro forte vindo de becos laterais por causa da rede de esgotos precária; o barulho constante, especialmente de funk ou forró; as ruas principais ocupadas por camelôs; pequenas lojas e empresas, muitas delas servindo álcool; motos, bicicletas e vans lutando por espaço entre pessoas de todas as idades – permanentemente nas ruas, o dia todo, todos os dias. A presença de pessoas nas ruas é o que causa mais forte impressão às pessoas que entram em uma favela como a Maré. As ruas de bairros de classe média ficam vazias à noite, todos trancados dentro de suas casas cercadas por paredes. A favela permanece viva, as lojas ficam abertas e os bares, cheios.[1]

Para qualquer pessoa que tome a primeira à direita após a passarela número nove na Avenida Brasil, a Maré estará esperando para contar sua história.

Há dois anos venho trabalhando em parceria com a Dra. Eliana Silva em um projeto de pesquisa que chamamos de *Someone to watch over me* (Alguém para cuidar de mim). A proposta era investigar novas formas de compreender polícia, cultura e favela no Rio de Janeiro, com foco específico no Complexo de Maré. Este relatório é um dos vários diferentes resultados da pesquisa, que foi tornada possível graças a uma bolsa do Newton Advanced Fellowship, concedida em 2015 pela British Academy a Eliana, em parceria comigo e com a Queen Mary University of London. Como parte da pesquisa, Eliana fez uma série de visitas ao Reino Unido para analisar o policiamento de comunidades desfavorecidas, que estão sujeitas a múltiplos fatores de risco e onde há uma ameaça percebida de aumento dos níveis de violência social. O trabalho no Reino Unido levou-a a Londres, Northumberland e Belfast, onde se reuniu com policiais responsáveis pelo policiamento de bairros e comunidades, bem como com diretores de Departamentos de homicídio e crime organizado. Ela visitou também projetos artísticos que criaram intervenções ligadas a tais contextos,

[1] Entrevista com Eliana Silva gravada por Paul Heritage em 28 de setembro de 2016.

buscando usar a cultura como ferramenta para criar espaços onde a confiança e compreensão mútuas possam ser construídas. O envolvimento com artistas e organizações artísticas foi parte de um processo através do qual procuramos entender as formas como a supervisão civil do trabalho da polícia é feita no Reino Unido por meio de uma rede formada por agências governamentais e organizações não-governamentais.

A Newton Advanced Fellowship tornou possível que a Eliana Silva, do complexo de favelas da Maré, pudesse reunir a então Secretária Nacional de Segurança Pública do Brasil, o chefe da Divisão de Homicídios da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e um coronel da Polícia Militar para sair em patrulha com a Polícia Metropolitana de Londres. Em seminários internacionais em Londres e no Rio de Janeiro, Eliana e eu reunimos policiais brasileiros e britânicos, políticos, funcionários públicos, advogados de direitos humanos, representantes de autoridades policiais locais, ONGs, acadêmicos, ativistas e artistas. Além dos seminários, treinamentos, reuniões oficiais, visitas a delegacias, encontros com políticos e gestores, também convidamos os visitantes britânicos que vieram ao Rio de Janeiro a viajar com a gente pela Avenida Brasil e virar à direita logo depois da nona passarela. Dois oficiais da Polícia Metropolitana de Londres, um advogado britânico, uma diretora de uma ONG especializada em garantir que a polícia responda por mortes e outros abusos sofridos sob custódia policial, um conselheiro de políticas de Segurança pública da prefeitura de Londres e uma integrante da Comissão Independente de Queixas da Polícia (IPCC, na sigla em inglês) uniram-se a Eliana, sob um sol tropical implacável, para caminhar lenta e conscientemente pelas ruas da Maré.

Este relatório é uma oportunidade e um convite a observar essas ruas e entender algo profundo sobre as pessoas que nelas vivem. Como parte da bolsa Newton, Eliana se propôs a examinar as atitudes dos moradores da Maré à ocupação de suas comunidades pelo Exército brasileiro - parte de uma estratégia das autoridades estaduais e federais para reforçar a "segurança" - assumindo o policiamento da Maré durante quinze meses entre 2014 e 2015. Combinando o rigor da análise sociológica com uma compassiva e convincente revelação das narrativas pessoais por trás dos dados, a pesquisa oferece uma visão clara de um horizonte que é muitas vezes coberto por uma névoa de incerteza, preconceito e ignorância. Ela demonstra que a tarefa mais complexa, mas também a mais importante, é tentar capturar a dimensão narrativa destes territórios e perguntar como as pessoas criam uma consciência sobre seu lugar neste mundo. A pesquisa revela que necessitamos equilibrar a

consciência entre o que é real e o que é fictício, se quisermos desenvolver estratégias eficazes para a Segurança pública. Neste relatório, Eliana nos guia pelas ruas da Maré e empresta a própria sensibilidade ao diálogo com as histórias pessoais reveladas pela pesquisa para que, nas palavras de Mário de Andrade, "a razão discuta com a imaginação". Ela nos permite enxergar além da precisa análise sociológica dos dados de sua pesquisa, para demonstrar que a relação entre o simbólico e o real é fundamental não só para uma compreensão do que já aconteceu, mas para desvendar os meios através dos quais o rico potencial daqueles que vivem neste território pode e deve ser o ponto de partida de qualquer solução.

> "A pesquisa revela que necessitamos equilibrar a consciência entre o que é real e o que é fictício, se quisermos desenvolver estratégias eficazes para a Segurança pública"

Em novembro de 2016, apresentamos os resultados iniciais desta pesquisa na Sala Cecília Meireles, um dos espaços culturais mais prestigiados do Rio de Janeiro. Neste auditório batizado em homenagem a uma escritora que está entre os maiores poetas modernistas do Brasil e projetado quase exclusivamente para recitais de música clássica, Eliana revelou os fatos, os números e as histórias por trás de quinze meses da invasão e ocupação do Complexo da Maré pelo Exército brasileiro. Aos coronéis militares e agentes de investigação da Polícia Civil, aos responsáveis pela política de Segurança pública no Brasil e na Grã-Bretanha, aos advogados e gestores de políticas públicas de direitos humanos, aos acadêmicos e ativistas da sociedade civil, aos jornalistas e blogueiros; aos que foram baleados e às mães, irmãos e vizinhos dos que foram mortos, Eliana insistiu para que olhemos de novo e olhemos com mais cuidado, para evitar respostas redutivas que pesam sobre perdas humanas, sociais e econômicas.

Para além das entrevistas, estudos de caso, análises de dados e seminários, a resposta mais eloquente ao *Someone to watch over me* talvez tenha sido uma de natureza musical, o que é apropriado para um projeto de pesquisa que toma seu nome emprestado de uma canção popular. Para coincidir com o seminário final, obtivemos financiamento do AHRC para produzir uma instalação sonora imersiva chamada *Outros Registros/ Other Registers* no Centro de Artes de Maré (um espaço cultural criado

> “Os dados oficiais mostram que mais de 800 pessoas são mortas anualmente pela polícia no Estado do Rio de Janeiro, um nível de letalidade duas vezes maior que as forças policiais combinadas de todos os estados dos Estados Unidos da América”

e dirigido pela organização de Eliana, Redes da Maré). Um compositor, um cientista da computação, um artista performático e uma acadêmica[2] do Brasil, da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte uniram forças para transpor a frieza dos dados sobre homicídios no Rio e transformá-los em música que pôde ser sentida visceralmente através de uma instalação sonora. Eles trabalharam com base no registro de mortes civis por parte da Polícia Militar, conforme compilado e publicado pela Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro[3]. Os dados oficiais mostram que mais de 800 pessoas são mortas anualmente pela polícia no Estado do Rio de Janeiro, um nível de letalidade duas vezes maior que as forças policiais combinadas de todos os estados dos Estados Unidos da América. A polícia do Rio de Janeiro não só mata mais, mas também morre mais do que qualquer outra força policial no Brasil, tanto durante horário de expediente, quanto fora dele[4]. A equipe científica e artística transformou os dados desses números desumanizados em uma música que carrega o legado de vidas perdidas, famílias dilaceradas e comunidades que vivem em estado de medo constante. Mortes que tinham sido transformadas em números tornaram-se notas musicais em oito caixas de som que circundavam o público. No centro de um espaço octogonal cavernoso na sala principal do Centro de Artes, a equipe riscou em giz uma representação do caveirão – o veículo blindado que a Polícia Militar usa para suas invasões das favelas - e que tem sua própria trilha sonora, que mistura funk agressivo e abusivo com os sons de tiros.

A partitura para a instalação *Outros Registros* teve três camadas interligadas. O som mais constante foi

[2] Nicolas Espinoza, Samuel van Ransbeeck, Rafael Puetter (Rafucko) e Tori Holmes

[3] http://www.isp.rj.gov.br/

[4] http://www.forumseguranca.org.br/

produzido pela "sonificação" do número de civis mortos pela polícia. A segunda camada era composta por um som similar ao dobrar de um sino, criando uma melodia a partir da justaposição do número de mortes de policiais e de civis. A terceira camada adicionava uma voz humana lendo manchetes de jornal relacionadas à violência policial. Enquanto público, fomos chamados a ouvir e a estar presentes face a esses dados num registro poético, em vez de sermos meras testemunhas do espetáculo desumanizante das estatísticas que é reproduzido nos meios de comunicação. O mais importante de tudo foi o espaço no qual esta instalação-performance foi encenada: o Centro de Artes da Maré. Distante apenas 500 metros da Avenida Brasil, mas já embrenhada no complexo de favelas, a arte transformava assassinatos em formas matemáticas musicais, na rua em que ontem e amanhã ecoará o som aterrador do caveirão.

Foi uma honra fazer parceria com Eliana Silva na pesquisa que ela realizou durante a sua Newton Advanced Fellowship para a British Academy. Como órgão nacional do Reino Unido para as ciências humanas e sociais, a British Academy reúne o estudo de povos, culturas e sociedades, e isto está no cerne da pesquisa que apresentamos aqui nesta publicação. Abrimos nossa proposta original à British Academy com uma citação do escritor alemão Bertolt Brecht. Era o último verso de um poema que tem o mesmo título e que fala da necessidade de nunca se aceitar que mudança não é possível. Ao encerrar esta fase da pesquisa, o eco deste poema continua a expressar as responsabilidades que foram nossa preocupação ao longo de todo o projeto.

PAUL HERITAGE
DIRETOR ARTÍSTICO DA PEOPLE'S PALACE PROJECTS E PROFESSOR DA QUEEN MARY UNIVERSITY OF LONDON

NADA É IMPOSSÍVEL DE MUDAR

[BERTOLT BRECHT, EM TRADUÇÃO DE MANUEL BANDEIRA]

Desconfiai do mais trivial,
na aparência singelo
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Nós vos pedimos com insistência:
nunca digam "isso é natural"
diante dos acontecimentos de cada dia.
Numa época em que reina a confusão,
em que corre o sangue,
em que se ordena a desordem,
em que o arbítrio tem força de lei,
em que a humanidade desumaniza
não digam nunca: isso é natural.
A fim de que nada passe por imutável.

INTRODUÇÃO

ENTRE 5 DE ABRIL DE 2014 E 30 DE JUNHO DE 2015, AS FORÇAS ARMADAS OCUPARAM AS FAVELAS DA MARÉ, localizada na cidade do Rio de Janeiro, com a finalidade de contribuir para a pacificação do território e estabelecer condições de segurança para a implantação da Unidade de Polícia Pacificadora. A atuação dos militares — comandada pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e chamada de Operação São Francisco — foi regulada por uma Garantia da Lei e da Ordem (GLO)[5], expedida pela Presidência da República. Esta medida concedeu poder de polícia às tropas em uma área de cerca de 10 km², autorizando os militares a fazer patrulhamentos, revistas, vistorias e prisões em flagrante.

Dando prosseguimento aos estudos e análises que realiza sobre a questão da Segurança pública e do direito à vida, com o propósito de orientar as ações e campanhas que empreende junto às comunidades e contribuir para a formulação de uma política pública de segurança que respeite e garanta os direitos dos moradores dos espaços populares, a Redes da Maré se dedicou a acompanhar e avaliar o impacto da referida ocupação no cotidiano dos habitantes.

Nesse contexto, entre fevereiro e setembro de 2015[6], a Redes da Maré realizou uma pesquisa denominada **"Percepção de moradores sobre a ocupação das Forças Armadas na Maré"**, entrevistando 1.000 moradores, com idade entre 18 e 69 anos e distribuídos por todas as comunidades da Maré que vivenciaram a ocupação do Exército.

Cabe ressaltar que a Operação São Francisco contou com integrantes das três Forças Armadas. Além de militares do Exército, fuzileiros da Marinha também fizeram patrulhamento na Maré e houve, ainda, o apoio logístico da Aeronáutica no transporte de pessoal, equipamentos e víveres.

[5] Reguladas pela Constituição Federal, em seu artigo 142, pela Lei Complementar 97, de 1999, e pelo Decreto 3.897, de 2001, as operações de GLO concedem provisoriamente aos militares a faculdade de atuar com poder de polícia até o restabelecimento da normalidade.

[6] Em 2015, ocorreu a etapa de campo. O projeto de pesquisa completo teve início em abril de 2014.

FOTO: GABRIELA LINO / ECOM

Todavia, nesse estudo, optamos por privilegiar o protagonismo do Exército, pelo fato desta Força ter representado mais de 80% do efetivo presente[7] e, consequentemente, por ter sido esta a representação predominante entre os moradores da Maré.

Em sua fase inicial, o estudo recebeu o apoio de uma bolsa de pesquisa do Programa Drogas, Segurança e Democracia (DSD), do *Social Science Research Council.* Já a segunda etapa do trabalho aconteceu em parceria com o *People´s Palace Projects* e com o apoio do Fundo Newton, através de edital público. Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados gerais desta consulta realizada junto aos moradores.

Na primeira parte do documento foi apresentado o contexto das favelas da Maré, marcados pela atuação dos grupos criminosos armados e da polícia, antes da chegada das Forças militares. O intuito maior foi a explicitação das expectativas dos moradores em relação à atuação da Polícia Militar com a possível implantação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na Maré — fato este que não ocorreu.

Na sequência, apresentamos as condições em que a pesquisa foi realizada, o percurso metodológico adotado e a análise dos dados coletados nas entrevistas, destacando a percepção dos moradores em relação à ocupação das Forças militares. Uma boa leitura a todos!

[7] O efetivo foi composto por 2,5 mil militares, substituídos a cada dois meses. Porém, segundo o Ministério da Defesa, houve momento de estarem mobilizados até 3,3 mil militares. Disponível em: **<http://www.defesa.gov.br/noticias/16137-ocupacao-das-forcas-armadas-no-complexo-da-mare-acaba-hoje.>** Consulta realizada em 31 de outubro de 2015.

O CONTEXTO DA MARÉ
ANTES DA OCUPAÇÃO DAS FORÇAS MILITARES

O MOMENTO QUE ANTECEDE A OCUPAÇÃO DA MARÉ PELO EXÉRCITO BRASILEIRO, EM ABRIL DE 2014, foi crítico em vista dos enfrentamentos entre os Grupos Criminosos Armados (GCAs) e a Polícia Militar, especialmente o seu grupo de elite, o Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE). Naquele contexto, um conjunto de violações ocorreu, amplificando as incertezas sobre o cenário da Segurança pública no curto, médio e longo prazos na Maré. Como é sabido, estamos falando de uma região onde residem cerca de 140 mil pessoas[8], distribuídas por 16 favelas, e consistindo no mais populoso conjunto de favelas do Rio de Janeiro, com mais habitantes que 96% das cidades brasileiras[9].

A vida cotidiana nas favelas da Maré tem sido marcada, historicamente, pelo atravessamento de violências que conformam uma paisagem na qual estão presentes quatro Grupos Criminosos Armados existentes no Rio de Janeiro: Comando Vermelho (CV), Terceiro Comando (TC), Amigos dos Amigos (ADA) e a Milícia. Em que pese às especificidades de cada um desses Grupos — já que a forma de lidarem entre si, com a polícia e com os moradores é diferenciada — os conflitos entre eles criou um processo complexo em torno do direito de ir e vir, dentre outros limites impostos no cotidiano. Além disso, contribuiu para desenvolver no imaginário da cidade a representação da Maré como um dos locais mais perigosos, no Rio de Janeiro, o que se tornou um argumento para a inibição da garantia de outros direitos dos moradores locais, como, por exemplo, o de terem Segurança pública[10].

Além de dificultarem a livre circulação em toda região da Maré, os conflitos e as tensões derivadas do processo de "guerra às drogas" criam constrangimentos para que os moradores possam se manifestar de forma pública sobre as violações que sofrem ou assistem. Isso pode ser constatado na declaração do presidente de uma associação de moradores local, ao ser indagado sobre como os residentes da Maré poderiam ser sensibilizados a serem mais ativos no processo de conquista do direito à Segurança pública:

> O morador participar é complicado. Nem todo mundo tem o mesmo pensamento. Uns têm medo, outros não. Então, quando ele é chamado a participar

[8] Redes da Maré; Observatório de Favelas. Censo Maré 2013.

[9] IBGE. Censo Demográfico 2010.

[10] Um exemplo concreto desse limite aos direitos é uma Portaria ainda em vigor, publicada pela Secretaria Municipal de Educação, que autoriza que as escolas da Maré terminem as aulas mais cedo em relação ao horário vigente em outros espaços da cidade. Instituída em nome da proteção aos professores, a prática discrimina os estudantes locais e revela uma recusa do Órgão municipal em cumprir sua obrigação de proteger integralmente as crianças e adolescentes.

> do debate sobre esse tema, mesmo quando é divulgado apenas no *boca a boca,* o pessoal fica com medo. Lembro-me quando o Exército veio aqui na Associação e chamou todo mundo, deixou convite até para os policiais do DPO[11] que tem aqui na comunidade a comparecerem na Ação Social que eles promoveram. Muito morador fica desconfiado, com temor. Ele vai participar porque precisa, mas dão telefone e endereço errados, pois ninguém quer meter a cara, e eu não tiro a razão.

A partir de 2013, a população da Maré viveu um período de incertezas, com muitas movimentações em relação à presença da polícia e dúvidas sobre como os GCAs locais iriam lidar com a anunciada chegada da nova estratégia de policiamento, denominada Unidade de Polícia Pacificadora (UPP)[12]. Ela é apresentada, do ponto de vista teórico, como uma ação que privilegia o conceito de policiamento comunitário, com princípios trazidos da ideia de "polícia de proximidade". A ênfase é que as iniciativas no campo da Segurança pública aconteçam com a chegada da UPP numa comunidade, a partir da parceria entre a população e as instituições desse campo. Nesse sentido, há um padrão de ações por parte da Secretaria Estadual de Segurança Pública, que foi se conformando a partir das seguintes ações: (a) anúncio da entrada da UPP pelos meios de comunicação; (b) cumprimento de mandados judiciais; (c) busca e apreensão por meio de operações envolvendo diferentes delegacias da Polícia Civil, como, por exemplo, de roubo e de desmonte de veículos; e (d) reuniões da Secretaria de Segurança Pública com associações de moradores e outras organizações, para apresentar como seria o processo de entrada na favela, dentre outras.

A nova estratégia de Segurança, mesmo antes de sua implantação, já havia impactado o território da Maré. Um dos seus efeitos colaterais, notadamente, era a migração de muitos integrantes dos grupos criminosos dos locais onde as UPPs se implantavam para outras favelas ocupadas por aliados. Assim, a sua chegada em algumas favelas de áreas próximas, como o Complexo do Alemão — em 2010, Manguinhos, Jacarezinho, Caju e Lins — em 2013, fez com que muitos integrantes das facções presentes nesses lugares migrassem para a Maré. O fato impactou a estrutura e a forma de funcionamento dos grupos atuantes até então nesse território, visto que essas pessoas passaram a compartilhar as atividades ligadas ao tráfico de drogas. O fato ocorreu, especialmente, a partir de 2013, e impactou de forma profunda

[11] Destacamento de Policiamento Ostensivo.

[12] Depois de anos de adiamento da iniciativa, o Governo estadual declarou, em agosto de 2016, que havia desistido definitivamente de implantar a UPP na Maré.

o cotidiano dos moradores, como relata uma moradora do Parque Maré:

> Nunca vi tanta cara diferente aqui na Maré. Esses *meninos* vieram de suas favelas, fugidos da UPP. Lá era a mesma facção daqui. Mas eles são muito diferentes. Eles ficam na nossa porta com arma e droga e nem pedem licença; não sei onde vai parar esse troço. Ocupa um lugar e os bandidos fogem pra outro. Vai entender.

A presença daqueles membros das facções, que eram continuamente perseguidos pelas Forças policiais, e a proximidade da Copa do Mundo de Futebol[13] fizeram com que o ano de 2013 e o início de 2014 fossem bastante conturbados na região, com a ocorrência de muitos conflitos armados. No período, ocorreram as mortes de nove moradores, devido a um ato de vingança dos policiais, em função da morte de um sargento do BOPE, numa operação local. Aquela lamentável morte gerou uma ação sangrenta, com muitas violações de direitos de quem reside na Maré[14], e que só foi interrompida diante da mobilização de várias organizações locais. Os fatos foram tão graves que os moradores se manifestaram por meio de um ato público organizado na Avenida Brasil, a principal via da cidade. Reivindicava-se que fossem realizadas investigações e, ainda, que a Justiça punisse os responsáveis pelas violações ocorridas[15]. A mobilização fez com que, pela primeira vez na história da Maré, a Delegacia de Homicídios entrasse na favela para realizar perícias nos locais onde as mortes aconteceram[16]. Até o encerramento desta publicação, após mais de três anos do episódio, as investigações apontavam que oito vitimados foram mortos por, pretensamente, resistirem

[13] Havia uma grande preocupação no campo da Segurança em relação a esse evento e aos Jogos Olímpicos, que ocorreram no Rio de Janeiro em 2014 e 2016. Como a região da Maré fica no caminho para o Aeroporto Internacional e é necessário atravessar as vias que cruzam a favela para chegar a outras partes da cidade, havia uma forte preocupação com o seu controle pelas forças de Segurança para impedir eventuais conflitos que pudessem ser provocados pelos GCAs.

[14] Sobe para 10 o número de mortos em operação na Maré no Rio de Janeiro. O Globo. Rio de Janeiro, 26 de junho de 2013. Disponível em: **<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/sobe-para-10-numero-de-mortos-em-operacao-na-mare-no-rio-diz-policia.html.>** Acessado em 28 de setembro de 2016.

[15] Ato ecumênico homenageia mortos na Maré nesta terça-feira. Folha de São Paulo. Rio de Janeiro, 1º de julho de 2013. Disponível em: **<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/07/1304467-ato-ecumenico-homenageia-mortos-na-mare-nesta-terca-feira.shtml.>** Acessado em 28 de setembro de 2016.

[16] Delegacia de Homicídios investiga excessos na ação de PMs no Complexo da Maré (RJ). Rede Record. 26 de junho de 2013. Disponível em: **<http://rederecord.r7.com/video/delegacia-de-homicidios-investiga-excessos-na-acao-de-pms-no-complexo-da-mare-rj--51cb7d560cf26c5058b30ba9/.>** Acessado em 28 de setembro de 2016.

à ação policial. Isso significa dizer que essas pessoas foram consideradas provocadoras das suas próprias mortes, num contexto de confronto com a polícia. Sobre o nono morador, comprovadamente trabalhador e morto a sangue frio, até agora nenhum policial foi levado a julgamento ou mesmo indiciado como réu.

O cenário, portanto, que se apresentava no período anterior à chegada das Forças militares na Maré era de muito enfrentamento da polícia com, especialmente, uma das facções estabelecidas na região. A tática de intervenção policial evidenciou que a entrega do território pela polícia, aos militares, tinha como estratégia básica enfraquecer o domínio dos grupos armados, com ênfase para um deles. O relato de um chefe desses grupos impressiona, pela clareza sobre aquele momento vivido na Maré. Quando indagado sobre a chegada de pessoas de outras partes da cidade à Maré, ligadas ao Grupo que pertencia, ele afirmou:

> É verdade que tivemos de aceitar os amigos aqui na comunidade. Um tem de ajudar o outro quando precisa. Eu não tenho mais o comando de tudo, tem "boca" que não é mais minha. Tive de dividir o território. E tem muita gente, morador, reclamando porque o sistema era diferente nas comunidades de onde eles eram. Eu vou ter de conversar com eles, eu sei, porque nós, aqui, *respeita* morador e não *faz* bagunça na porta de ninguém. Mas tô cansado dessa vida.

Quando perguntado sobre o que achava acerca do anúncio da chegada do Exército, expressou:

> Eu acho que o Exército tá entrando, porque os *cana*[17] não dão conta. Eles *desrespeita, esculacha* o morador, como todo mundo vê aí. Ouvi dizer que no Alemão *os morador respeita* o Exército, mas *odeia* a polícia. Acho que na Maré vai ser igual. Esses soldados estão vindo aqui pra mostrar pro mundo que no Brasil pode ter Copa do Mundo. Eles não vêm aqui prá *enfrentar nós*. Não sei nem se o Exército vai ocupar toda a Maré. A polícia só vem aqui desse lado. Vê se eles vão lá enfrentar os outros inimigos aqui da Maré?

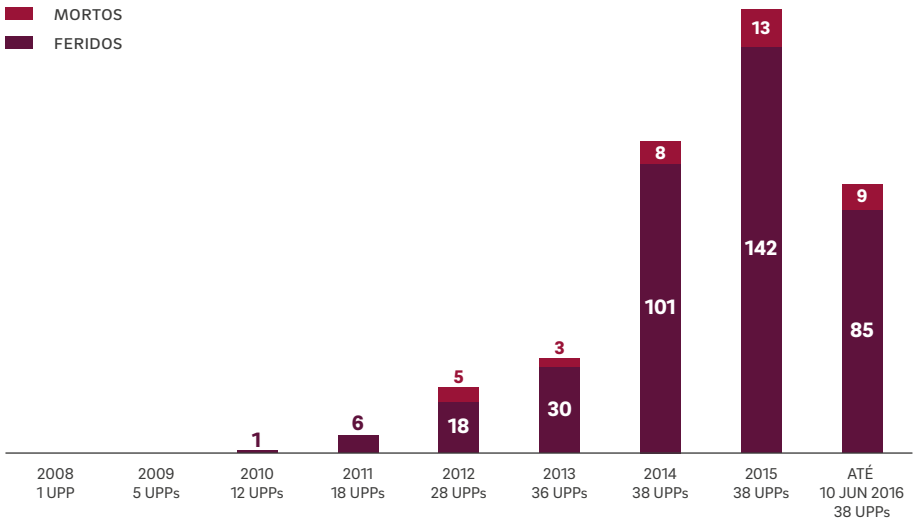
De fato, era incontestável que o Exército estava ocupando a Maré, em parte, para exercer um controle do território, em função da realização da Copa do Mundo, de junho a julho de 2014. Mas, também foi transparente a preocupação do Governador do Rio de Janeiro, à época, Sérgio Cabral, com o processo escalar de enfrentamentos, no Estado, entre policiais e integrantes de GCAs na Maré e em outras favelas onde as UPPs tinham sido implantadas. Foi neste período que se intensificaram alguns questionamentos sobre a eficiência dessa iniciativa, em particular devido a reiteradas situações de conflito que trouxeram de volta, para o cotidiano, a morte de policiais e moradores.

[17] Referência aos policiais militares.

Levantamento noticiado pela *Revista Veja* em junho de 2016, aponta que 421 policiais já haviam sido baleados — com 38 óbitos — nas áreas com UPP desde a primeira delas, implantada em 2008. No ano de 2015, ocorreram 155 desses casos, com 13 óbitos entre eles. Contudo, apenas nos primeiros 160 dias de 2016, mais 94 policiais foram atingidos, com nove óbitos.

Naquele contexto, a ocupação da Maré pelo Exército, baseada em um protocolo assinado entre os governos Estadual e Federal, significou um "pedido de socorro", uma vez que as ações no campo da Segurança pública estavam sendo crescentemente questionadas pela imprensa e pela população, de modo geral. Foi, portanto, a alternativa encontrada pelo Governador para dar conta de um processo que estava saindo do controle, em relação ao crescente número de eventos envolvendo a polícia e integrantes de GCAs, à época. Essa foi uma das razões que fizeram com que Sérgio Cabral, um dos mais impopulares governadores do País naquele momento, renunciasse ao cargo, assumido pelo seu Vice, Luiz Fernando Pezão.

GRÁFICO 1 | **NÚMERO DE POLICIAIS MORTOS E FERIDOS EM ÁREAS COM UPP**



FONTE: VEJA.COM. **UM BATALHÃO DE BALEADOS.** 11 DE JULHO DE 2016. DISPONÍVEL EM <HTTP://VEJA.ABRIL.COM.BR/BRASIL/UM-BATALHAO-DE-BALEADOS/>

O expediente legal acionado para o Exército ocupar a Maré foi o Decreto nº 3.897, de 24/08/2001[18], editado no governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso e no mandato da Governadora Rosinha Garotinho. Seus artigos e incisos dispunham o seguinte:

> Art. 3º — Na hipótese de emprego das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem, objetivando a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, porque esgotados os instrumentos a isso previstos no art. 144 da Constituição, lhes incumbirá, sempre que se faça necessário, desenvolver as ações de polícia ostensiva, como as demais, de natureza preventiva ou repressiva, que se incluem na competência, constitucional e legal, das Polícias Militares, observados os termos e limites impostos, a estas últimas, pelo ordenamento jurídico.
>
> Art. 4º — Na situação de emprego das Forças Armadas objeto do art. 3º, caso estejam disponíveis meios, conquanto insuficientes, da respectiva Polícia Militar, esta, com a anuência do Governador do Estado, atuará, parcial ou totalmente, sob o controle operacional do comando militar responsável pelas operações, sempre que assim o exijam, ou recomendem as situações a serem enfrentadas.
>
> § 1º Tem-se como controle operacional a autoridade que é conferida, a um comandante ou chefe militar, para atribuir e coordenar missões ou tarefas específicas a serem desempenhadas por efetivos policiais que se encontrem sob esse grau de controle, em tal autoridade não se incluindo, em princípio, assuntos disciplinares e logísticos.
>
> § 2º Aplica-se às Forças Armadas, na atuação de que trata este artigo, o disposto no caput do art. 3º anterior quanto ao exercício da competência, constitucional e legal, das Polícias Militares.

Portanto, com a solicitação da ocupação das Forças federais, tivemos, objetivamente, a entrega da responsabilidade das ações de competência da Secretaria de Segurança no território da Maré ao Exército, que passou a ter poder de polícia, e os agentes policiais do Estado passaram a ter que se submeter ao seu comando, quando precisavam atuar na Maré. Aparentemente, esse procedimento parece ir de encontro ao que a Constituição Brasileira normatiza sobre os Órgãos responsáveis pela Segurança pública no País, como assinala o Artigo 144:

> A Segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:
>
> I. Polícia federal;
> II. Polícia rodoviária federal;
> III. Polícia ferroviária federal;
> IV. Polícias civis;
> V. Polícias militares e corpos de bombeiros militares.

[18] Disponível em: **<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3897.htm.>** Acessado em 29 de setembro de 2016.

> “Não havia um estado de guerra, de fato, instalado na Maré, a não ser a metafórica política de guerra às drogas”

FOTO: DIEGO JESUS / ECOM

Como podemos observar, não há menção às Forças Armadas para essa finalidade e, apesar da existência de Lei Complementar[19] que dispõe sobre seu emprego em ações de interesse nacional e participação em operações de paz, ao crivo da Presidência da República, a edição de um Decreto não deveria servir para estender aquilo que está explícito no texto constitucional — até porque não havia um estado de guerra, de fato, instalado na Maré, a não ser a metafórica política de guerra às drogas. E, sem dúvida, o ponto de vista dos constituintes levou em conta que o treinamento e as características das Forças Armadas eram distintos das competências e habilidades necessárias para cuidar da Segurança pública em um aglomerado residencial, habitado por população civil, em decorrência de delitos no âmbito da criminalidade urbana. A falta de compreensão dessa realidade cristalina fez com que o Estado gastasse centenas de milhões de reais em uma iniciativa cujos resultados foram inconsistentes e geraram lamentáveis perdas humanas.

[19] Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.

O PROCESSO
DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

O ESTUDO SOBRE A OCUPAÇÃO DA MARÉ PELAS FORÇAS MILITARES FOI INICIADO A PARTIR DA FORMAÇÃO DE UM GRUPO TÉCNICO formado por profissionais atuantes em projetos sociais na Maré, principalmente no campo da Segurança pública. Nossa intenção era reunir informações que pudessem contribuir no aprofundamento do processo, coordenado pela Redes da Maré[20], a partir de registros e análises de violências ali cometidas pelo Estado, principalmente. O intuito foi o de produzir conhecimentos que alargassem a nossa compreensão sobre o fenômeno e pudessem ser cotejados com estudos anteriormente feitos sobre a ação das Forças policiais na favela[21].

Embora a Maré tenha se consolidado, historicamente, como um conjunto de 16 favelas, o território de Marcílio Dias não foi ocupado pelo Exército[22]. Assim, o levantamento e a análise de dados desta pesquisa abrangem as 15 favelas que foram ocupadas. Conforme a localização, no sentido Centro-Zona Oeste da Avenida Brasil, são elas: Conjunto Esperança, Vila do João, Salsa e Merengue (Novo Pinheiros), Vila dos Pinheiros, Conjunto Pinheiros, Conjunto Bento Ribeiro Dantas, Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro, Nova Maré, Parque Maré, Nova Holanda, Parque Rubens Vaz, Parque União, Parque Roquete Pinto e Praia de Ramos.

Definimos como ação central do projeto a realização de um *survey,* a respeito da percepção dos moradores da Maré sobre a ocupação militar. O morador foi nosso público prioritário por sofrer, cotidianamente, o efeito de violências decorrentes, em grande medida, da omissão do Estado no sentido de garantir seu direito à

[20] Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), fundada por moradores e ex-moradores da Maré, que tem como missão construir um processo global de desenvolvimento sustentável para o território local.

[21] Destaca-se, nesse caso, a tese de doutorado sobre o tema da Segurança pública na Maré que culminou no livro "Testemunhos da Maré", de Eliana Sousa Silva.

[22] O conjunto de favelas da Maré é constituído por uma faixa de ocupação praticamente contígua, à margem da Avenida Brasil, que se estende do Conjunto Esperança a Marcílio Dias, ao longo de favelas que, em sua origem, faziam parte dos bairros de Manguinhos, Bonsucesso, Ramos ou Penha. Todavia, quando o bairro Maré foi criado e delimitado por meio da Lei Municipal nº 2.119, de 19 de janeiro de 1994, o território da comunidade de Marcílio Dias, situado em um dos extremos do chamado Complexo da Maré, não foi incluído em seu contorno. Assim, quando se faz referência ao Bairro Maré, a favela Marcílio Dias não é contada, uma vez que pertence, oficialmente, ao Bairro Penha Circular. Cabe assinalar que Marcílio Dias está a, aproximadamente, 2,5 km da Praia de Ramos e entre esses dois territórios existe um conjunto de unidades pertencentes à Marinha do Brasil.

Segurança pública. Nosso intento foi identificar a percepção da população local sobre a estratégia de ocupação e permanência das Forças do Exército na Maré. Trata-se de uma tentativa de captar o que significou essa ação numa região onde a população não se reconhece com os mesmos direitos que outros moradores da cidade, como bem sinalizou o presidente de uma das 16 associações de moradores da Maré:

> O Exército entrar na Maré é uma coisa que poderia ser boa se estivesse aqui para ajudar as pessoas. Não vejo que eles venham prá cá pensando em ajudar a melhorar a vida do morador, mas, sim, para dar satisfação para o pessoal da Zona Sul[23], os ricos, que têm medo de quem mora na favela. O que vejo é que eles estão aqui para aumentar a guerra que já existe. E o morador, como fica nisso?

A realidade da Maré no campo da Segurança pública torna um estudo, nesse campo, profundamente complexo. Como orientação de pesquisa, temos um cuidado especial nas coletas de dados que fazemos com os moradores da Maré e, além do conteúdo, com a formulação de uma linguagem na construção das perguntas que, de fato, seja compreendida pela população local. Quando o tema é a Segurança pública, redobramos o cuidado, tendo em vista a delicadeza do tema e o temor de muitos moradores em falar sobre assuntos a ele vinculados. A imensa maioria da população dos territórios populares não reconhece os profissionais da Segurança pública como agentes dedicados a garantir sua proteção e a prevenção de crimes. E esse sentimento não existe por acaso, foi construído como reação ao modo como os Órgãos do Estado trataram, na nossa história, os moradores das favelas e periferias no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, que sempre contou — pela condição de porto central de recepção de negros escravizados — com um grande percentual desse grupo étnico em sua população.

O fato demonstra que ainda há um longo caminho a ser percorrido no campo dos direitos no País para se garantir que qualquer pessoa, independente de onde resida, da cor da sua pele, sua condição de gênero, sexo ou faixa etária possa se sentir cidadã plena. Diante da falta de reconhecimento do direito à Segurança pública no seu dia a dia, os moradores das favelas e periferias, da mesma forma que fizeram para garantir serviços e equipamentos urbanos, desenvolveram arranjos locais próprios, para ter acesso a ele, para definir as regras de uso do espaço público e lidar com eventuais práticas

[23] Região que concentra, desde o século 20, os grupos sociais mais ricos do Rio de Janeiro e que tiveram acesso privilegiado a equipamentos e serviços públicos.

criminosas que ocorressem no território local. Os GCAs, em seu processo de controle armado dos territórios populares cariocas, buscaram se legitimar, estabelecendo o monopólio da violência e da repressão aos crimes contra o patrimônio. Desse modo, atingiram uma situação de poder, que gera uma série de questões e tensões no cotidiano desses territórios.

A partir do quadro considerado, nosso Grupo Técnico, na primeira etapa do trabalho, definiu o tema, o conteúdo e o escopo do estudo, a metodologia da pesquisa e os instrumentos que seriam utilizados no *survey* e nas entrevistas com públicos específicos. Além disso, ordenamos o conteúdo a ser trabalhado nas entrevistas, definimos o perfil e o tamanho da amostra e contratamos e preparamos tecnicamente os entrevistadores.

Após o alinhamento do conteúdo e da metodologia, iniciamos o contato com integrantes das Forças militares e dos GCAs que atuam na Maré. O objetivo dessa iniciativa era identificar como todos eles percebiam a dinâmica bélica que estava ocorrendo, a partir de quais pressupostos atuavam, onde poderiam chegar e o impacto da presença do Exército nas atividades das facções. Dessa maneira, nós acompanhamos, de abril de 2014 a junho de 2015, as reuniões e as atividades propostas pelos diferentes grupos de militares que, a cada dois meses, assumiam o comando da operação na Maré[24]. No período, foi possível conversar, de maneira direita, com 57 desses profissionais, mesmo sem a autorização formal do Comando do Exército.[25] Além dos militares, conseguimos conversar com 20 integrantes dos GCAs locais, com exceção de milicianos. O contato com as Forças em confronto armado na Maré foi importante para que pudéssemos ter uma visão global da ocupação militar e, também, contribuiu para qualificar e aperfeiçoar o instrumento de coleta de dados para a amostra com os moradores. Cabe salientar que a presente publicação trata apenas dos resultados das entrevistas com os moradores. Os diálogos com os profissionais do Exército e os membros das facções criminosas foram úteis para a concepção detalhada dessa pesquisa e, certamente, serão utilizados em estudos posteriores.

[24] A metodologia de ação das forças militares consistia na presença de batalhões específicos, de diferentes regiões do Brasil, durante dois meses, na Maré. Eles ficavam baseados em um quartel do Exército localizado na região. Após aquele período, esse batalhão era substituído por outro, inclusive com outro Comando. Essa estratégia, com o tempo, gerou graves problemas no relacionamento com a população e instituições locais.

[25] Tínhamos solicitado, no início do processo de ocupação, autorização para realizar essas entrevistas, mas nunca tivemos uma resposta — negativa ou positiva.

A aplicação dos questionários ocorreu entre fevereiro e setembro de 2015, continuando, portanto, mesmo após a saída das Forças de ocupação, ocorrida em junho de 2015.

A receptividade dos moradores para participar das entrevistas foi boa, no período inicial, mas a postura se modificou no processo de realização da pesquisa: nas primeiras áreas onde as entrevistas foram realizadas, a aceitação foi maior que nas áreas onde ocorreram no período final da presença das Forças militares. O fato evidencia o desgaste que foi se estabelecendo na relação dos moradores com a corporação e ilustra os riscos que um tipo de operação como a realizada na Maré pode apresentar no trato da Segurança pública em áreas de favelas e periferias, questão que percorrerá todo esse trabalho.

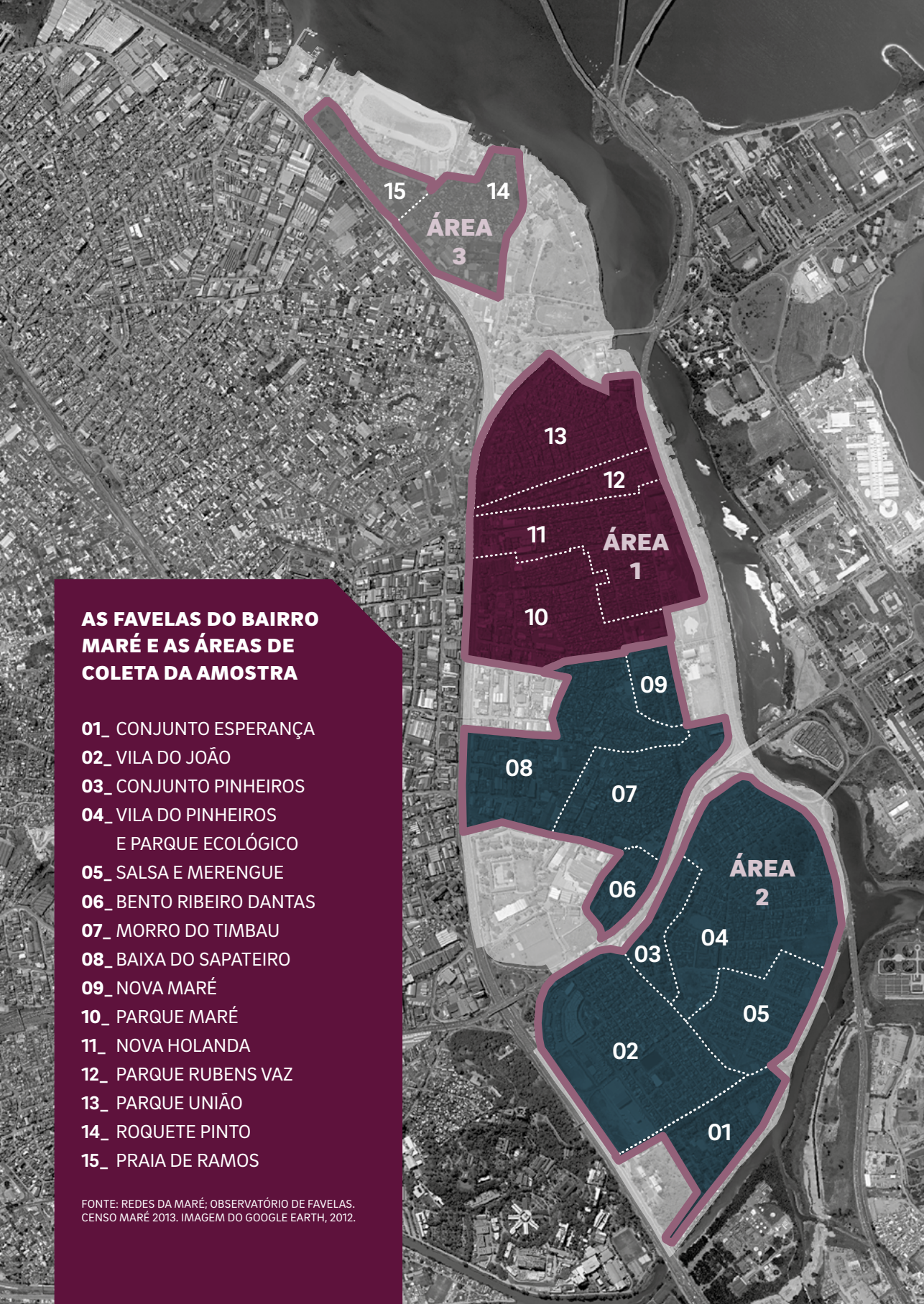
O RECORTE TERRITORIAL DA PESQUISA

Embora a Maré seja composta por 16 favelas, é possível identificar alguns subconjuntos formados por grupos de favelas limítrofes que apresentam, entre si, semelhanças socioespaciais. Tais semelhanças são decorrentes dos processos históricos de constituição, marcados, por exemplo, por diferentes épocas e vigências de políticas públicas, uma vez que as favelas foram se consolidando entre 1940 e 2000 (a primeira, Morro do Timbau e, a última, Salsa e Merengue). Com isso, algumas favelas adjacentes configuram subconjuntos com contornos razoavelmente definidos.

Neste sentido, há, pelo menos, quatro áreas bem visíveis na Maré: (i) o núcleo em torno do Parque Maré, que inclui o Parque Rubens Vaz, o Parque União e a Nova Holanda; (ii) o núcleo em torno do Morro do Timbau, contando com a Baixa do Sapateiro, a Nova Maré e o Conjunto Bento Ribeiro Dantas; (iii) o núcleo em torno da Vila do Pinheiros, complementado pela Vila do João, Conjunto Pinheiros, Salsa e Merengue e Conjunto Esperança; e o (iv) o núcleo formado pelo Parque Roquete Pinto e a Praia de Ramos (não convém considerar Marcílio Dias neste núcleo, em razão da distância de mais de dois quilômetros que a separa da Praia de Ramos).

Por razões estratégicas e logísticas, o domínio de cada GCA se estende pela área de uma ou mais favelas semelhantes, até bem próximo de seus limites e acessos, evitando apenas a linha de contato com os territórios dominados por rivais. Portanto, o que se observa é que, na lógica de ocupação territorial, os GCAs se estabelecem na Maré de acordo com a espacialidade das comunidades.

Assim, tendo em vista os quatro subconjuntos mencionados acima, verifica-se a seguinte territorialidade dos GCAs:



AS FAVELAS DO BAIRRO MARÉ E AS ÁREAS DE COLETA DA AMOSTRA

01_ CONJUNTO ESPERANÇA
02_ VILA DO JOÃO
03_ CONJUNTO PINHEIROS
04_ VILA DO PINHEIROS E PARQUE ECOLÓGICO
05_ SALSA E MERENGUE
06_ BENTO RIBEIRO DANTAS
07_ MORRO DO TIMBAU
08_ BAIXA DO SAPATEIRO
09_ NOVA MARÉ
10_ PARQUE MARÉ
11_ NOVA HOLANDA
12_ PARQUE RUBENS VAZ
13_ PARQUE UNIÃO
14_ ROQUETE PINTO
15_ PRAIA DE RAMOS

FONTE: REDES DA MARÉ; OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. CENSO MARÉ 2013. IMAGEM DO GOOGLE EARTH, 2012.

- Parque Maré, Parque Rubens Vaz, o Parque União e Nova Holanda — domínio do **Comando Vermelho (CV)**.
- Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro, Nova Maré e Conjunto Bento Ribeiro Dantas — domínio do **Terceiro Comando Puro (TCP)**.
- Vila dos Pinheiros, Vila do João, Conjunto Pinheiros, Salsa e Merengue e Conjunto Esperança — domínio do **Terceiro Comando Puro (TCP)**.
- Parque Roquete Pinto e Praia de Ramos (bem como Marcílio Dias) — **Milícia**

Em função do tema dessa pesquisa e da correspondência entre os subconjuntos de comunidades e a territorialidade dos GCAs, optamos por agrupar e analisar os dados conforme suas respectivas áreas de ocupação, supondo que esse recorte territorial representa uma forma de identificar percepções que, eventualmente, possam ser indiferentes ou afetadas pela influência dos GCAs. Nessa perspectiva, denominamos de:

- **ÁREA 1**, o conjunto de favelas sob o controle do **CV**;
- **ÁREA 2**, as favelas sob domínio do **TCP**; e,
- **ÁREA 3**, aquelas ocupadas pela **Milícia**.

Cabe assinalar que há alguns anos não se tinha notícias de conflitos entre os GCAs na Maré – e em outras favelas do Rio –, por um lado como consequência da implantação das UPPs na cidade. Por outro lado, não há notícias de atuação conjunta contra rivais ou contra a polícia, nem mesmo para se defenderem. Na Maré, os episódios mais recentes de enfrentamento foram entre o TCP e o Grupo Amigos dos Amigos (ADA), em face das tentativas deste último em retornar ao território que já dominou há cerca de seis anos. No período da pesquisa o Grupo ADA não possuía domínio territorial na área estudada, mas esse cenário se modificou em março de 2017, quando os grupos TCP e CV entraram em conflito na Maré, rompendo com um período sem enfrentamento entre eles.

O TAMANHO DA MARÉ

Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, do IBGE, o bairro Maré é o 9º (nono) mais populoso entre os 161 existentes na cidade do Rio de Janeiro, contabilizando 129.770 habitantes[26].

O Censo Maré revelou, em 2013, que o contingente populacional do bairro Maré já possuía 132.732 moradores — e, contabilizando Marcílio Dias, era de 139.073 moradores.

[26] Como já mencionado, o Bairro Maré não envolve a favela de Marcílio Dias, pertencente ao Bairro Penha Circular, embora faça parte do conjunto de favelas da Maré. Vale lembrar que o recorte territorial dessa pesquisa coincide com os limites do Bairro Maré, por ter sido este o território ocupado pelo Exército.

A Tabela 1, a seguir, apresenta o número de domicílios ocupados, o tamanho da população e do contingente com idade de 18 a 69 anos, e a média de moradores por domicílio, em cada favela, conforme o Censo Maré 2013.

TABELA 1 | **NÚMERO DE DOMICÍLIOS OCUPADOS, POPULAÇÃO TOTAL, POPULAÇÃO COM IDADE DE 18 A 69 ANOS E MÉDIA DE MORADORES POR DOMICÍLIO, POR FAVELA DA MARÉ**

ÁREA DE COLETA	FAVELA	Nº DE DOMICÍLIOS OCUPADOS	POPULAÇÃO	MÉDIA DE MORADORES POR DOMICÍLIO	POPULAÇÃO COM 18 A 69 ANOS DE IDADE
BAIRRO MARÉ		**45.510**	**132.732**	**2,91**	**89.661**
ÁREA 1	PARQUE UNIÃO	7.601	20.567	2,71	14.474
	NOVA HOLANDA	4.625	13.799	2,98	8.936
	PARQUE MARÉ	4.531	13.164	2,91	8.782
	PARQUE RUBENS VAZ	2.391	6.222	2,60	4.528
TOTAL DA ÁREA 1		**19.148**	**53.752**	**2,81**	**36.720**
ÁREA 2	VILA DOS PINHEIROS	5.089	15.600	3,07	10.326
	VILA DO JOÃO	4.437	13.046	2,94	9.069
	BAIXA DO SAPATEIRO	3.276	9.329	2,85	6.362
	MORRO DO TIMBAU	2.324	6.709	2,89	4.501
	SALSA E MERENGUE	2.164	6.791	3,14	4.370
	CONJ. ESPERANÇA	1.880	5.356	2,85	3.862
	CONJ. PINHEIROS	1.332	4.028	3,02	2.849
	CONJ. BENTO RIBEIRO DANTAS	986	3.553	3,61	2.282
	NOVA MARÉ	944	3.215	3,41	1.879
TOTAL DA ÁREA 2		**22.432**	**67.627**	**3,01**	**45.499**
ÁREA 3	PARQUE ROQUETE PINTO	2.867	8.132	2,84	5.319
	PRAIA DE RAMOS	1.063	3.221	3,03	2.124
TOTAL DA ÁREA 3		**3.930**	**11.353**	**2,89**	**7.443**
	MARCÍLIO DIAS	2.248	6.342	2,82	4.172
TOTAL GERAL		**47.758**	**139.073**	**2,91**	**93.842**

FONTE: REDES DA MARÉ; OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. CENSO MARÉ 2013.

TAMANHO E SELEÇÃO DA AMOSTRA

Para que a amostra pudesse ser distribuída por todas as favelas e alcançasse homens e mulheres de diferentes idades em cada uma delas, foram previstas — e realizadas 1.000 entrevistas. Caso o método de seleção fosse exclusivamente probabilístico, esse número de entrevistas proporcionaria um erro amostral máximo de três pontos percentuais, com Intervalo de Confiança (IC) de 95%.

Todavia, em virtude da expectativa de resultados por área de atuação dos GCAs, o número de entrevistas não foi distribuído aleatoriamente, sob pena de não serem representativos na Área 3, por ser menos populosa. Assim, para a obtenção de resultados que permitissem análises consistentes para as três áreas de estudo, nós arbitramos tamanhos de amostra específicos para cada uma delas, de modo que os dados coletados fossem representativos. Neste sentido, a distribuição das entrevistas foi determinada como se a amostra fosse probabilística, ou seja, admitindo um erro amostral máximo de seis pontos percentuais (IC = 95%) em cada área.

A seleção da amostra foi produto de uma combinação entre um método aleatório e a seleção por cotas, que consiste em um método intencional. Neste, os elementos da população da amostra são divididos em grupos de forma que cada elemento pertença a uma, e somente uma, classe, a qual demanda um determinado número de entrevistas a ser realizada, chamado de cota. A seleção por cotas tem a vantagem de compor grupos mais homogêneos e garante a representação de todos os grupos na amostra. Para a seleção por cotas, foram executadas as seguintes etapas: (i) levantamento da composição da população, segundo características conhecidas, presumidas ou estimadas que sejam relevantes para o tema a ser pesquisado; (ii) definição do tamanho mínimo da amostra, a partir do erro amostral máximo admitido, tal qual uma amostra probabilística; e (iii) fixação de cotas para a seleção da amostra, segundo as características consideradas, formando conjuntos proporcionais à composição da população, também chamados de classes ou domínios.

Fixado o número de entrevistas em cada área, esse número foi distribuído segundo os perfis de entrevistados que importariam para a análise dos resultados — homens e mulheres, de três faixas etárias distintas — proporcionalmente ao tamanho desses mesmos contingentes na população, conforme dados do Censo Maré 2013. A definição das cotas teve como critério chegar a um resultado que, de fato, representasse a percepção dos diferentes segmentos dos moradores de cada área pesquisada e evitar a predominância de um perfil sobre os demais, sob pena de comprometer o resultado da pesquisa.

TABELA 2 | **NÚMERO DE ENTREVISTAS REALIZADAS, POR FAVELA DA MARÉ, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO**

	TOTAL GERAL	18 A 29 ANOS			30 A 49 ANOS			50 A 69 ANOS		
		TOTAL	MULHERES	HOMENS	TOTAL	MULHERES	HOMENS	TOTAL	MULHERES	HOMENS
BAIRRO MARÉ	**1.000**	**348**	**179**	**169**	**418**	**220**	**198**	**235**	**113**	**122**
ÁREA 1 — TOTAL	**291**	**102**	**52**	**50**	**131**	**65**	**66**	**59**	**31**	**28**
PARQUE UNIÃO	111	41	20	21	51	25	26	19	10	9
NOVA HOLANDA	86	31	16	15	39	21	18	16	8	8
PARQUE MARÉ	56	18	9	9	27	12	15	11	7	4
PARQUE RUBENS VAZ	38	11	6	5	14	7	7	13	6	7
ÁREA 2 — TOTAL	**421**	**149**	**76**	**73**	**157**	**87**	**70**	**115**	**53**	**62**
VILA DOS PINHEIROS	51	19	10	9	20	12	8	12	7	5
VILA DO JOÃO	63	21	10	11	27	12	15	15	8	7
BAIXA DO SAPATEIRO	50	18	9	9	17	10	7	15	5	10
MORRO DO TIMBAU	48	15	7	8	19	12	7	14	6	8
SALSA E MERENGUE	42	13	8	5	14	7	7	15	6	9
CONJUNTO ESPERANÇA	34	13	7	6	13	7	6	8	3	5
CONJUNTO PINHEIROS	19	5	3	2	6	3	3	8	6	2
BENTO RIBEIRO DANTAS	73	31	14	17	25	13	12	17	6	11
NOVA MARÉ	41	14	8	6	16	11	5	11	6	5
ÁREA 3 — TOTAL	**288**	**97**	**51**	**46**	**130**	**68**	**62**	**61**	**29**	**32**
ROQUETE PINTO	191	70	36	34	86	45	41	35	18	17
PRAIA DE RAMOS	97	27	15	12	44	23	21	26	11	15

FONTE: PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. METADADOS. 2015

A idade entre 18 e 69 anos foi estabelecida para privilegiar a participação de pessoas com maior potencial de autonomia pessoal e de mobilidade/circulação territorial. Deste modo, foram entrevistados homens e mulheres entre 18 a 29, 30 a 49 e 50 a 69 anos, em cada uma das comunidades. Assim, o universo da pesquisa foi reduzido de 132.732 para 89.661, como indicado na Tabela 1.

De modo a garantir que a seleção dos entrevistados fosse o mais aleatória possível, optamos pela amostragem domiciliar, uma vez que contamos com um cadastro de endereços elaborado no Censo Maré. Para o sorteio, os endereços de cada área de coleta foram classificados por ordem alfanumérica e, em cada listagem, gerada uma sequência de números aleatórios. Em seguida, os endereços foram reordenados conforme a sequência numérica aleatória gerada, dispondo-os do primeiro ao enésimo, sendo n o número total de endereços em cada área de coleta.

Em cada domicílio (unidade de coleta), a pessoa entrevistada foi escolhida pelo entrevistador, com o intuito de preencher as cotas de perfis populacionais pré-determinadas. Em cada domicílio visitado, um morador apto e disposto a participar da pesquisa foi entrevistado[27] e contabilizado na respectiva cota de perfil que aquele entrevistador teve como meta. Cabe ressaltar que, uma vez preenchida a cota, este não pôde mais entrevistar outra pessoa que tivesse o mesmo perfil.

Na ausência de pessoa apta ou disposta a dar a entrevista, o domicílio era descartado e, mais um, acrescentado à lista de domicílios a serem visitados, respeitando-se sempre a ordem aleatória que fora sorteada para cada área de coleta. Porém, somente após a segunda visita em vão — em alguns casos, a terceira — o domicílio podia ser substituído.

[27] Vale ressaltar que não houve entrevistados residentes no mesmo domicílio.

CÁLCULO E EXPANSÃO DOS RESULTADOS

Como o número de entrevistas não foi proporcional ao contingente populacional segundo as variáveis de perfil (Comunidade de residência, Sexo e Faixa etária) foram aplicados pesos amostrais para retornar os valores às proporções conhecidas no universo da pesquisa.

O peso amostral aplicado foi o quociente entre o número de moradores de determinado sexo e faixa etária em cada comunidade e o número de entrevistados na respectiva classe.

Os resultados de cada variável correspondem às porcentagens derivadas do somatório dos produtos do número de entrevistados com determinada resposta e os respectivos pesos amostrais atribuídos a esses entrevistados, de acordo com as classes de Comunidade de residência, Sexo e Faixa etária a que pertencem. De modo geral, o resultado estimado em uma variável pode ser expresso por:

$$\bar{x}(\%) = \frac{100}{N} \sum_{i=1}^{i=n} (r_i w_k)$$

ONDE:

$\bar{x}(\%)$ = MÉDIA AMOSTRAL, EM PORCENTAGEM;

N = UNIVERSO CONHECIDO (QUE PODE SER O GERAL, POR ÁREA DE COLETA, POR SEXO OU POR FAIXA ETÁRIA);

i = ÍNDICE REFERENTE AO ENTREVISTADO;

n = NÚMERO DE DETERMINADAS RESPOSTAS EM UMA VARIÁVEL DE INTERESSE;

k = ÍNDICE REFERENTE AO PESO AMOSTRAL;

$r_i = 1$ = RESPOSTA UNITÁRIA DADA POR UM ENTREVISTADO i EM UMA VARIÁVEL DE INTERESSE;

w_k = PESO AMOSTRAL k ATRIBUÍDO AO ENTREVISTADO.

$$w_k = \frac{N_k}{n_k}$$

ONDE:

w = PESO AMOSTRAL;

N = TAMANHO DA POPULAÇÃO NO UNIVERSO CONHECIDO;

n = TAMANHO DA AMOSTRA SELECIONADA NO UNIVERSO CONHECIDO

k = ÍNDICE DE DETERMINADA CLASSE DE COMUNIDADE DE RESIDÊNCIA, SEXO E FAIXA ETÁRIA.

Os pesos variaram entre 15,93307716 e 302,6453386. O mínimo foi associado aos homens de 50 a 69 anos residentes na Praia de Ramos. O máximo foi associado aos homens de 30 a 49 anos residentes na Vila dos Pinheiros. Quanto menor a fração amostral, maior foi o peso aplicado. Por isso, na Área de coleta 3, o peso amostral variou de 15,8824 a 33,4191233, enquanto na Área de Coleta 1, ficou entre 18,65146813 e 302,6453386.

A Tabela 3 apresenta os pesos amostrais, mínimo e máximo, atribuídos a cada classe de Comunidade de residência, Sexo e a Faixa etária, aproximados para duas casas decimais.

TABELA 3 | **PESOS APLICADOS ÀS MÉDIAS AMOSTRAIS PARA A EXPANSÃO DOS RESULTADOS, POR FAVELA DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO O SEXO E A FAIXA ETÁRIA DOS ENTREVISTADOS**

	MULHERES			HOMENS		
	18 A 29 ANOS	30 A 49 ANOS	50 A 69 ANOS	18 A 29 ANOS	30 A 49 ANOS	50 A 69 ANOS
PARQUE UNIÃO	135,45	135,75	127,15	120,52	131,55	127,63
NOVA HOLANDA	99,36	102,70	110,30	99,92	115,93	90,20
PARQUE MARÉ	164,63	172,10	138,38	163,43	130,70	208,91
PARQUE RUBENS VAZ	125,80	141,41	65,67	168,05	163,91	57,34
VILA DO PINHEIROS	175,53	204,55	152,41	187,54	302,65	187,94
VILA DO JOÃO	165,32	181,81	96,58	143,70	147,42	95,58
BAIXA DO SAPATEIRO	111,28	147,93	151,63	109,75	209,80	66,64
MORRO DO TIMBAU	91,84	91,02	100,74	80,57	140,27	66,85
SALSA E MERENGUE	100,15	157,52	56,16	143,72	160,04	32,26
CONJUNTO ESPERANÇA	80,34	132,09	146,99	88,54	171,65	74,67
CONJUNTO PINHEIROS	155,41	227,86	62,43	213,68	205,34	140,37
BENTO RIBEIRO DANTAS	27,67	44,48	41,40	22,80	39,60	18,65
NOVA MARÉ	43,42	41,44	30,26	58,49	79,05	29,53
ROQUETE PINTO	22,03	31,13	29,15	22,22	33,42	27,95
PRAIA DE RAMOS	21,90	22,92	24,65	25,57	21,49	15,93

FONTE: PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. METADADOS. 2015

Os resultados estão apresentados em percentuais. Para facilitar a interpretação do quanto representam em números absolutos, em cada tabela consta no cabeçalho o número de entrevistados, indicado por n, e o número de moradores que estes representam, ou seja, o tamanho do universo da pesquisa, indicado por N.

A COLETA DE DADOS

O trabalho de coleta dos dados junto aos moradores foi realizado por oito entrevistadores, todos residentes da Maré e com escolaridade de nível Superior, alguns graduados e outros estudantes. A Coordenação também acompanhou o trabalho em campo. A maioria dos entrevistadores declarou querer participar da pesquisa pelo interesse no tema da Segurança pública e, também, por querer ser parte na busca por caminhos para se enfrentar questões relativas às violências na Maré.

A equipe de campo recebeu orientação de um profissional especialista em pesquisas de opinião pública para a aplicação dos questionários, esclarecimentos sobre a organização do conteúdo dos instrumentos, cobertura das áreas, abordagem dos entrevistados, etc. De forma especial, discutimos, no processo de formação, o sentido da pesquisa, o que ela representa no contexto da Maré e quais seriam as estratégias a serem utilizadas para superar as inevitáveis resistências de alguns moradores em participar, dentre outras questões de caráter mais técnico.

O roteiro de entrevista foi estruturado em cinco blocos, que, em linhas gerais, versaram sobre os seguintes conteúdos:

a. perfil dos entrevistados, com informações sobre sexo, idade, grau de escolaridade, cor/raça, local de moradia, tempo de moradia na Maré e condição profissional;

b. percepção sobre a vivência, a mobilidade e a segurança na Maré, tendo como referência o período de ocupação das Forças do Exército, com questões sobre os lugares que frequentam na Maré, se gostam ou não de residir ali, onde costumam circular na região e como se sentem em relação a sua segurança favela;

c. posicionamento em relação à violência e, também, modos de lidar quando ela os afetou; indagações a respeito do que os entrevistados pensavam sobre as ações do Exército e da polícia e como essas ações afetavam a vida da população da Maré no campo da Segurança pública;

d. experiência de viver na Maré após a ocupação das Forças

FOTO: DIEGO JESUS / ECOM

militares na região e questões sobre a percepção das mudanças no Rio de Janeiro após a instalação das UPPs; e

e. percepção da atuação dos militares do Exército em comparação com os agentes das polícias, sobre a relação com os soldados, os problemas que sentiram e possíveis diferenças ou aproximações na comparação com a atuação dos agentes das polícias Militar e Civil.

Os entrevistadores levaram de 30 a 45 minutos para concluir o roteiro de perguntas, que possuía de 38 a 58 questões, a depender do tipo de resposta dada pelo entrevistado. As informações foram coletadas com o auxílio de um aplicativo chamado *QuickTap Survey*, instalado em *tablets*.

Muitos moradores tiveram dificuldades de entender o fato de a pesquisa estar acontecendo no mesmo momento em que os militares estavam na Maré. A impressão que tinham, inicialmente, era da pesquisa ser uma ação empreendida pelo Comando militar. Tínhamos de explicar nossa condição de integrantes de uma Organização da Sociedade Civil que, ao contrário daquele pensamento, queria contribuir para garantir o direito dos moradores da Maré à Segurança pública. Um exemplo objetivo foi a postura de uma mulher: assustada com o convite para participar da pesquisa, ela não abriu a porta da casa, por completo, para conversar com o entrevistador. Com a porta entreaberta, muito desconfiada, dizia que não sabia por que o Exército estava ali. Queria entender o porquê de ela estar sendo entrevistada e se na rua inteira seriam feitas as mesmas perguntas.

> Eu não tenho nada a declarar. Sou moradora antiga aqui e vivo minha vida do trabalho para casa. O que vocês querem comigo? Só mora eu e minha mãe, que já tá aposentada.

Na mesma linha, outro morador foi ainda mais enfático:

> Não estou entendendo porque querer saber o que o morador acha do Exército estar na Maré. Morador aqui não pode falar o que pensa. *Se digo* o que acho posso ser morto por um lado ou por outro. Você acha certo isso?

Se houve recusas e desconfiança de alguns moradores abordados, também, por sua vez, encontramos outros abertos e querendo falar a respeito do tema da Segurança pública e da presença tão expressiva do Exército na Maré:

> Acho muito importante pesquisa como essa na nossa porta. O Governo tem de saber o que o morador daqui pensa. Eles acham que todo mundo aqui é bandido e não é não.

E outro mais:

> Posso falar. Quero falar o que está engasgado. Só não posso aparecer. Se não estou morto amanhã. O que vocês vão fazer com o que a gente falar? Quem vai ouvir?

O nosso esforço foi tratar dúvidas e desconfianças dos moradores, caso a caso, valorizando a delicadeza que precisamos ter quando vamos falar de temas tão sensíveis na realidade da favela carioca, em geral. Importante salientar que temos cada vez mais a necessidade de compreender o universo de questões que envolvem a garantia do direito à Segurança pública de populações que residem em áreas dominadas por GCAs e com uma atuação da polícia que não as reconhecem como sujeitos de direitos. Entendemos que trabalhos como esse contribuem de forma significativa para a produção de conhecimento e de novas proposições sobre o fenômeno aqui tratado.

O mais gratificante é que, como evidenciou o contato direto com os moradores da Maré que, apesar dos obstáculos encontrados, eles estão, em geral, abertos a contribuírem para estudos no campo da agenda da Segurança pública para favelas, o que nos permite pensar na ampliação de nossa produção de conhecimentos nesse tema, não apenas na Maré, mas também em territórios que vivem situações análogas. Desse modo, haverá melhores condições para se compreender as formas concretas das relações entre as Forças policiais e as populações como as que habitam as favelas e periferias no Rio de Janeiro.

ANÁLISE DOS DADOS
DA PESQUISA

AS ANÁLISES DOS DADOS LEVANTADOS NESTA AMOSTRA ESTÃO APRESENTADAS DE FORMA A TRAZER UMA VISÃO GERAL DA PERCEPÇÃO DOS MORADORES sobre as condições anteriores à presença dos militares e o período da ocupação em si. Serviram, também, como insumo para a análise, as informações produzidas em outros estudos no campo da Segurança pública na Maré. A forma de apresentação desse Capítulo privilegiou a estrutura do instrumento de coleta.[28]

Logo, a primeira parte da análise trará o perfil dos moradores entrevistados. O intuito é expor suas características principais. A descrição dos perfis dos entrevistados permite ao leitor, em especial se for estrangeiro, elaborar uma visão mais abrangente sobre as características que compõem a vida de quem mora numa favela do Rio de Janeiro. Na segunda parte da análise, levamos em conta a percepção dos residentes da Maré abordados pela pesquisa, considerando cinco aspectos centrais: grau de satisfação por morar nesse território; formas de exercício da mobilidade física dentro e fora da favela; sentimento de segurança na Maré; formas de resolução de conflitos em questões que estão no campo de competência do Poder Judiciário; e, por fim, percepções sobre o comportamento dos militares do Exército na Maré e, comparativamente, as práticas adotadas pelos agentes policiais.

Antes de iniciar a análise dos quesitos apresentados ao entrevistado, cabe assinalar que a primeira atitude do entrevistador ao fazer contato com o morador foi realizar a leitura do pequeno texto que se encontra na abertura do instrumento. Nele, apresentamos o sentido e os objetivos da pesquisa, e indagamos se podíamos prosseguir com a entrevista. No caso, 84% dos moradores abordados responderam que sim, e 16% declinaram de participar. Como já ilustrado em outro item desse texto, apesar do significativo receio dos moradores em participar de pesquisas com o tema proposto, o desejo de falar sobre o mesmo, na perspectiva de que a situação atual melhore, é muito expressivo. Por isso que mais de 80% dos entrevistados enfrentaram seus eventuais temores e desconfianças para abrir sua casa e falar sobre o tema da Segurança pública, o que muito nos gratificou.

A postura dos moradores da Maré também decorre da confiança que adquiriram nas ações realizadas por organizações como a Redes da Maré (várias delas em parceria com a OSCIP Observatório de Favelas e as associações de moradores locais), além da expectativa de que poderão se beneficiar, de alguma forma, das atividades propostas. Esse tipo de apoio e confiança decorre do fato de não termos aberto mão de tratar do tema da

[28] Ver Anexo desta Publicação.

> “Apesar do significativo receio dos moradores em participar de pesquisas com o tema proposto, o desejo de falar sobre o mesmo, na perspectiva de que a situação atual melhore, é muito expressivo. Por isso, mais de 80% dos entrevistados enfrentaram seus eventuais temores e desconfianças para abrir sua casa e falar sobre o tema da Segurança pública”

Segurança pública na favela, apesar de todas as recomendações contrárias, da complexidade da questão e, de certa forma, dos eventuais riscos que envolvem o tratamento do fenômeno. Com efeito, acumulamos um histórico tanto no que diz respeito à produção de conhecimento sobre a ação da polícia e dos GCAs quanto na articulação de muitos moradores, para garantir o direito de acesso à Justiça, por exemplo. Nesse sentido, celebramos, com alegria, a participação desses 84% que aderiram à pesquisa, sem perder a empatia ou deixar de compreender os temores daqueles que se recusaram a contribuir, pois a posição revela que temos muito a avançar na caminhada para a garantia do que nos parece ser, hoje, o direito mais imediato e necessário dos moradores das favelas: a proteção e a dignidade da vida.

PERFIL DOS MORADORES DA MARÉ ENTREVISTADOS

As tabelas a seguir mostram algumas características de perfil dos entrevistados. São elas: sexo (Tabela 4), faixa etária (Tabela 5), cor da pele ou raça (Tabela 6), escolaridade (Tabela 7), situação em relação ao trabalho (Tabela 8) e tempo de residência na Maré (Tabela 9).

Em relação ao sexo, 51,1% dos entrevistados são mulheres e 48,9%, homens. Nas três áreas de coleta, as mulheres tiveram maior participação na amostra. A diferença é equivalente à representatividade de cada grupo no universo, uma vez que essa variável foi umas das que balizaram o tamanho das cotas.

A faixa etária foi outra variável que balizou o tamanho das cotas, portanto, a participação de cada

TABELA 4 | **POPULAÇÃO COM IDADE ENTRE 18 E 69 ANOS E NÚMERO DE ENTREVISTADOS POR ÁREA DE COLETA E FAVELA DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO O SEXO**

	TOTAL		MULHERES		HOMENS	
	POPULAÇÃO	ENTREVISTADOS	POPULAÇÃO	ENTREVISTADOS	POPULAÇÃO	ENTREVISTADOS
BAIRRO MARÉ	**89.661**	**1.000**	**45.857**	**511**	**43.804**	**489**
ÁREA 1	**36.720**	**291**	**18.657**	**147**	**18.063**	**144**
PARQUE UNIÃO	14.474	111	7.374	55	7.100	56
NOVA HOLANDA	8.936	86	4.629	45	4.307	41
PARQUE MARÉ	8.782	56	4.515	28	4.267	28
PARQUE RUBENS VAZ	4.528	38	2.139	19	2.389	19
ÁREA 2	**45.499**	**421**	**23.355**	**216**	**22.144**	**205**
VILA DOS PINHEIROS	10.326	51	5.277	29	5.049	22
VILA DO JOÃO	9.069	63	4.608	30	4.461	33
BAIXA DO SAPATEIRO	6.362	50	3.239	24	3.123	26
MORRO DO TIMBAU	4.501	48	2.340	25	2.161	23
SALSA E MERENGUE	4.370	42	2.241	21	2.129	21
CONJUNTO ESPERANÇA	3.862	34	1.928	17	1.934	17
CONJUNTO PINHEIROS	2.849	19	1.524	12	1.324	7
BENTO RIBEIRO DANTAS	2.282	73	1.214	33	1.068	40
NOVA MARÉ	1.879	41	985	25	894	16
ÁREA 3	**7.443**	**288**	**3.845**	**148**	**3.598**	**140**
ROQUETE PINTO	5.319	191	2.719	99	2.601	92
PRAIA DE RAMOS	2.124	97	1.127	49	997	48

FONTES:
(1) REDES DA MARÉ; OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. CENSO MARÉ 2013.
(2) PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. METADADOS. 2015.

TABELA 5 | **POPULAÇÃO COM IDADE ENTRE 18 E 69 ANOS E NÚMERO DE ENTREVISTADOS POR ÁREA DE COLETA E FAVELA DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA**

	TOTAL		18 A 29 ANOS		30 A 49 ANOS		50 A 69 ANOS	
	POPULAÇÃO	ENTREVISTADOS	POPULAÇÃO	ENTREVISTADOS	POPULAÇÃO	ENTREVISTADOS	POPULAÇÃO	ENTREVISTADOS
BAIRRO MARÉ	**89.661**	**1.000**	**29.994**	**347**	**42.642**	**418**	17.026	235
ÁREA 1	**36.720**	**291**	**12.876**	**101**	**17.220**	**131**	6.624	59
PARQUE UNIÃO	14.474	111	5.240	41	6.814	51	2.420	19
NOVA HOLANDA	8.936	86	3.089	31	4.243	39	1.604	16
PARQUE MARÉ	8.782	56	2.953	18	4.026	27	1.804	11
PARQUE RUBENS VAZ	4.528	38	1.595	11	2.137	14	795	13
ÁREA 2	**45.499**	**421**	**14.934**	**149**	**21.672**	**157**	8.892	115
VILA DOS PINHEIROS	10.326	51	3.443	19	4.876	20	2.007	12
VILA DO JOÃO	9.069	63	3.234	21	4.393	27	1.442	15
BAIXA DO SAPATEIRO	6.362	50	1.989	18	2.948	17	1.425	15
MORRO DO TIMBAU	4.501	48	1.287	15	2.074	19	1.139	14
SALSA E MERENGUE	4.370	42	1.520	13	2.223	14	627	15
CONJUNTO ESPERANÇA	3.862	34	1.094	13	1.955	13	814	8
CONJUNTO PINHEIROS	2.849	19	894	5	1.300	6	655	8
BENTO RIBEIRO DANTAS	2.282	73	775	31	1.053	25	454	17
NOVA MARÉ	1.879	41	698	14	851	16	329	11
ÁREA 3	**7.443**	**288**	**2.184**	**97**	**3.749**	**130**	1.510	61
ROQUETE PINTO	5.319	191	1.548	70	2.771	86	1.000	35
PRAIA DE RAMOS	2.124	97	635	27	978	44	510	26

FONTES:
(1) REDES DA MARÉ; OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. CENSO MARÉ 2013.
(2) PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. METADADOS. 2015.

grupo foi próxima de sua representatividade no universo. Porém, para garantir a representatividade estatística de cada grupo em face de uma eventual análise particular dos resultados e para obtermos um razoável número de entrevistas em cada segmento de faixa etária, feminino e masculino, em todas as comunidades, a participação do grupo mais idoso, o de 50 a 69 anos, foi significativamente maior que a proporção observada no universo — 23,5% contra 19,0%. Consequentemente, o grupo de 30 a 49 anos, por ser o mais numeroso, foi o que teve o percentual de participação na amostra menor que o do universo — 41,8% contra 47,6%. Como descrito no item sobre o Cálculo e a Expansão dos Resultados, para a estimação do resultado geral e por áreas de coleta, foram aplicados pesos com a finalidade de retornar os valores aos percentuais de referência.

A cor da pela ou raça do entrevistado não foi uma variável controlada na seleção da amostra. Portanto, seu resultado foi sujeito, por um lado, ao acaso e, por outro, à intencionalidade do entrevistador, em função de sua busca ativa por indivíduos que preenchessem as cotas de sexo e faixa etária. Cabe destacar, também, o critério da autodeclaração na classificação da cor ou raça: embora as opções oferecidas tenham sido apenas as cinco categorias utilizadas pelo IBGE (amarela, branca, indígena, parda e preta), a escolha foi exclusivamente do entrevistado.

Se comparados ao universo conhecido através do já citado Censo Maré 2013, os percentuais obtidos na amostra variaram pouco. Os de cor branca e parda variaram para menos e os de cor preta para mais. No Censo Maré, 36,6% se declararam de cor branca, 52,9%, de cor parda e 9,2%, de cor preta.

Cabe assinalar que no Censo Maré a classificação de todos os moradores do domicílio era declarada por um único entrevistado, enquanto na presente amostra, cada entrevistado classificou somente a si.

No geral, os pardos representam a metade dos entrevistados, a cor branca foi a classificação declarada por quase 30% e a cor preta, por cerca de 20%. A Área 1 se destaca por ter tido a maior proporção de brancos, a Área 2, de pretos, e a Área 3, de pardos.

Um detalhe muito relevante a respeito desses dados é o percentual de entrevistados que se autodeclaram de cor preta: nos censos demográficos de 2000 e 2010, do IBGE, o percentual de pessoas declaradas como de cor preta no Rio de Janeiro foi de 9,4% e 11,2%, respectivamente. Não casualmente, considerando-se as características socioculturais das favelas, o número de brancos participantes na pesquisa fica bem abaixo da média da população carioca, que estava em

TABELA 6 | **TOTAL DE RESPONDENTES SEGUNDO A COR DA PELE OU RAÇA AUTODECLARADA**

	BAIRRO MARÉ		ÁREA 1		ÁREA 2		ÁREA 3	
	ENTREVISTADOS	%	ENTREVISTADOS	%	ENTREVISTADOS	%	ENTREVISTADOS	%
AMARELA	12	1,2%	4	1,4%	7	1,7%	1	0,3%
BRANCA	297	29,7%	106	36,4%	110	26,1%	81	28,1%
INDÍGENA	7	0,7%	4	1,4%	2	0,5%	1	0,3%
PARDA	497	49,7%	128	44,0%	207	49,2%	162	56,3%
PRETA	187	18,7%	49	16,8%	95	22,6%	43	14,9%
TOTAL	**1.000**	**100%**	**291**	**100%**	**421**	**100%**	**288**	**100%**

FONTE: PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS. 2015

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS PARA UMA CASA DECIMAL.

51,2%, em 2010, e até mesmo da brasileira, que era 47,7% naquele ano. Um fato que tem sido notado, em particular com o fortalecimento dos programas de ações afirmativas nos últimos anos, é o aumento de forma regular no número de pessoas que se declara de cor preta ou parda no Brasil, o que pode caracterizar uma perda de força da "ideologia do embranquecimento" — processo social e subjetivo em que as pessoas negras buscavam se identificar com o fenótipo branco para se sentirem mais valorizadas socialmente.

No quesito escolaridade, pouco mais da metade dos entrevistados — 56,6% — frequentou, no máximo, até o Ensino Fundamental, com o agravante de 3,5% terem declarado não possuir escolaridade alguma. Significa dizer que a maior parte dos moradores da Maré ainda tem uma escolaridade média bem abaixo de nove anos, que expressa a etapa fundamental da educação básica. O dado positivo é que mais de 40% dos entrevistados ingressaram, no mínimo, no ensino médio. Além disso, chegaram ao ensino superior 4,5% dos respondentes. Os dados revelam que a escolaridade dos moradores da Maré vem, felizmente, aumentando de forma expressiva com o decorrer dos anos. O censo realizado na Maré, em 2000, encontrou pouco mais de

TABELA 7 | **TOTAL DE RESPONDENTES SEGUNDO NÍVEL DE ESCOLARIDADE**

	BAIRRO MARÉ		ÁREA 1		ÁREA 2		ÁREA 3	
	ENTRE-VISTA-DOS	%	ENTRE-VISTA-DOS	%	ENTRE-VISTA-DOS	%	ENTRE-VISTA-DOS	%
SUPERIOR COMPLETO	17	1,7%	8	2,7%	7	1,7%	2	0,7%
SUPERIOR INCOMPLETO	28	2,8%	10	3,4%	8	1,9%	10	3,5%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	252	25,2%	65	22,3%	111	26,4%	76	26,4%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	137	13,7%	36	12,4%	67	15,9%	34	11,8%
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	138	13,8%	41	14,1%	57	13,5%	40	13,9%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	393	39,3%	121	41,6%	157	37,3%	115	39,9%
SEM ESCOLARIDADE	35	3,5%	10	3,4%	14	3,3%	11	3,8%
TOTAL	**1.000**	**100%**	**291**	**100%**	**421**	**100%**	**288**	**100%**

FONTE: PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS. 2015

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS PARA UMA CASA DECIMAL.

1,6% de pessoas com nível superior. Sendo assim, o fato de uma em cada 22 dos entrevistados ter chegado ao ensino superior, mesmo que tenha interrompido ou ainda não completado o curso, é expressivo e, sem dúvida, está relacionado à implementação de políticas públicas afirmativas e de inclusão, nos últimos anos, no Brasil. No caso da Maré, este processo foi bastante impulsionado pela oferta de cursos comunitários preparatórios para vestibular ou para o ENEM, como o disponibilizado pela Redes da Maré, que já contribuiu para o ingresso de mais de 1.200 moradores nas instituições universitárias. Situação correlata pode ser atribuída aos que chegaram ao Ensino Médio, visto que o percentual é quatro vezes maior que o encontrado entre os chefes de família da Maré no ano 2000, segundo o Censo Demográfico do IBGE.

Em relação ao trabalho, 32,1% responderam trabalhar por conta

própria e 31,4% como empregados. Dos empregados, pouco mais de 2/3 com carteira de trabalho. Os desempregados somaram 13,8% e aposentados ou pensionistas, 8,8%.

Chama a atenção o número de respondentes que declaram trabalhar por conta própria — quase 1/3 dos entrevistados. Claro que o fato de as pessoas trabalharem de forma autônoma e, muitas vezes, na própria casa ou em estabelecimento vizinho aumentou as chances de ser selecionado na amostra, ou seja, de participação na pesquisa.

Por um lado, nesse contingente podem estar contabilizados os trabalhadores informais, tais como vendedores ambulantes e diaristas domésticos, que se reconhecem como autônomos. Mas entre esses entrevistados podem estar, também, pessoas que têm seu

TABELA 8 | **TOTAL DE RESPONDENTES SEGUNDO A SITUAÇÃO DE TRABALHO**

	BAIRRO MARÉ		ÁREA 1		ÁREA 2		ÁREA 3	
	ENTREVISTADOS	%	ENTREVISTADOS	%	ENTREVISTADOS	%	ENTREVISTADOS	%
EMPREGADOS COM CARTEIRA ASSINADA	215	21,5%	86	29,6%	79	18,8%	50	17,4%
EMPREGADOS SEM CARTEIRA ASSINADA	99	9,9%	25	8,6%	48	11,4%	26	9,0%
TRABALHAM POR CONTA PRÓPRIA	321	32,1%	72	24,7%	154	36,6%	95	33,0%
DESEMPREGADOS	138	13,8%	49	16,8%	39	9,3%	50	17,4%
APOSENTADOS OU PENSIONISTAS	88	8,8%	24	8,2%	29	6,9%	35	12,2%
DO LAR	67	6,7%	18	6,2%	30	7,1%	19	6,6%
ESTUDANTES	55	5,5%	13	4,5%	34	8,1%	8	2,8%
NUNCA TRABALHARAM	6	0,6%	1	0,3%	3	0,7%	2	0,7%
OUTRA	11	1,1%	3	1,0%	5	1,2%	3	1,0%
TOTAL	**1.000**	**100%**	**291**	**100%**	**421**	**100%**	**288**	**100%**

FONTE: PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS. 2015

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS PARA UMA CASA DECIMAL.

TABELA 9 | **O/A SENHOR/A OU ALGUM MEMBRO DA SUA FAMÍLIA FREQUENTA ALGUMA ONG NA MARÉ?**

	BAIRRO MARÉ		ÁREA 1		ÁREA 2		ÁREA 3	
	ENTREVISTADOS	%	ENTREVISTADOS	%	ENTREVISTADOS	%	ENTREVISTADOS	%
NÃO	863	86,3%	243	83,5%	344	81,7%	276	95,8%
SIM	137	13,7%	48	16,5%	77	18,3%	12	4,2%
TOTAL	**1.000**	**100%**	**291**	**100%**	**421**	**100%**	**288**	**100%**

FONTE: PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS. 2015

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS PARA UMA CASA DECIMAL.

próprio negócio. Isso porque a força econômica da Maré é expressiva: o Censo de Empreendimentos Econômicos da Maré, um dos produtos do Censo Maré, revelou existirem no território local mais de três mil unidades de comércio ou de prestação de serviço, com cerca de 2.500 empreendedores que residem no bairro.[29]

Ainda no âmbito do perfil, foi perguntado aos entrevistados se eles ou alguém da família já havia frequentado alguma Organização Não Governamental (ONG) localizada na Maré. Não houve uma tentativa de explicar o que seria esse tipo de organização, deixando essa interpretação para o entrevistado. Disseram sim à pergunta 13,7% dos entrevistados. Considerando-se o tamanho da população local, pensamos ser um número bastante expressivo, revelando a forte presença desse tipo de instituição no cotidiano de muitos moradores.

No tocante à pergunta sobre o tempo de residência na Maré, quase 80% dos entrevistados disseram morar aí há mais de dez anos contra menos de 2% que chegaram há menos de um ano. Observa-se, nesse quesito, uma característica importante relacionada à população da Maré: a sua fixação no território.

Isso pode explicar outra importante peculiaridade dos moradores da Maré, que é o histórico de lutas comunitárias empreendidas com resultados bastante positivos. Ao mesmo tempo, a forte mobilização dos moradores pelo acesso a equipamentos

[29] Redes da Maré; Observatório de Favelas. Censo de Empreendimentos Maré. Rio de Janeiro, 2014.

e serviços urbanos gera um processo de valorização do território que mantém as pessoas na região.

De fato, considerando-se a localização geográfica, a oferta de equipamentos e de serviços por parte de muitas organizações locais e do Estado e a identidade histórica das pessoas com a região, a Maré funciona mais como uma área de atração populacional que de repulsão. Assim, em face das condições socioeconômicas, da perspectiva cultural e do acesso aos serviços urbanos, a Maré é um dos espaços de residência mais atraentes para os segmentos populares do Rio de Janeiro. Não por acaso, o processo de valorização imobiliária ali é crescente, mesmo sem o advento da Unidade de Política Pacificadora. Nota-se que o mercado de imóveis vem aumentado de forma significativa nos últimos anos, o que impulsiona não só o preço de compra, como o de aluguéis. Com isso, as favelas da Maré já têm um razoável número de imobiliárias voltadas para as transações locais.

A transformação da Maré no maior polo de habitação popular da cidade começou com o Projeto Rio, em 1979. A iniciativa do Governo Federal foi centrada no aterramento de grandes áreas, na extinção das palafitas e na transferência de sua população, bem como dos moradores do entorno, para quatro conjuntos habitacionais — Vila do João, Conjunto Esperança, Vila dos Pinheiros e Conjunto Pinheiros. Nos anos 1990, por sua vez, a Prefeitura construiu mais três conjuntos — Nova Maré, Bento Ribeiro Dantas e Salsa e Merengue (inaugurado com o nome de Novo Pinheiros). Com isso, o conjunto inicial das seis favelas contíguas — Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro, Parque Maré, Nova Holanda, Parque Rubens Vaz e Parque União — foi transformado, com a consolidação de outras próximas e a construção dos citados conjuntos habitacionais, chegando ao número de 16. Na realidade, os moradores que foram residir nos novos conjuntos eram, em sua maioria, oriundos desse núcleo inicial da Maré, fazendo parte de famílias que tinham uma relação de longa data com a região. Isso ajuda a explicar, apesar de as construções serem mais recentes, o longo período de permanência de seus habitantes.

Sem dúvida, o longo período de residência permite, considerando-se as especificidades dos espaços favelados e periféricos no Brasil, a criação de laços de vizinhança, de partilha e de afinidade entre os moradores, de forma a configurar uma sociabilidade assertiva, bem como a vivenciar muitas experiências comunitárias sólidas e com poder transformador. Não era intenção analisar a relação entre o tempo de moradia e a disponibilidade ou interação do respondente, contudo, foi possível perceber

que os moradores com mais tempo de residência na Maré se sentiram mais seguros em emitir opinião sobre a questão da Segurança pública. Essas pessoas já conhecem iniciativas desenvolvidas nesse campo, realizadas por determinadas instituições na Maré e, em alguns casos, já até participaram diretamente de algumas. Além disso, conhecem mais moradores, inclusive, integrantes de GCAs, de hoje ou do passado. Logo, uma questão que deve ser perseguida em futuras pesquisas é a identificação do perfil dos moradores que se sentem à vontade para falar do tema da Segurança pública e o seu grau de interesse/compromisso com o enfrentamento do problema.

O VÍNCULO AFETIVO COM A MARÉ, A MOBILIDADE E A SENSAÇÃO DE SEGURANÇA

As tabelas apresentadas até aqui mostraram algumas características dos entrevistados, a fim de apresentar um rápido perfil do público selecionado na amostra. Nos quesitos a seguir, entretanto, as respostas revelam opiniões, pontos de vista, avaliações, percepções e expectativas dos entrevistados.

Os resultados estão apresentados em forma de frequência relativa, que é a razão entre a frequência absoluta e o número total de observações, comumente, expressa em percentual. Todavia, os valores aqui apresentados estão ponderados pelo peso amostral.

TABELA 10 | **TOTAL DE RESPONDENTES SEGUNDO O TEMPO DE RESIDÊNCIA NA MARÉ**

	BAIRRO MARÉ		ÁREA 1		ÁREA 2		ÁREA 3	
	ENTREVISTADOS	%	ENTREVISTADOS	%	ENTREVISTADOS	%	ENTREVISTADOS	%
MAIS DE 10 ANOS	796	79,6%	228	78,4%	340	80,8%	228	79,2%
3 A 10 ANOS	129	12,9%	43	14,8%	42	10,0%	44	15,3%
1 A 3 ANOS	56	5,6%	17	5,8%	26	6,2%	13	4,5%
MENOS DE 1 ANO	19	1,9%	3	1,0%	13	3,1%	3	1,0%
TOTAL	**1.000**	**100%**	**291**	**100%**	**421**	**100%**	**288**	**100%**

FONTE: PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS. 2015

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS PARA UMA CASA DECIMAL.

Em outras palavras, o percentual nas tabelas a seguir não expressa propriamente a razão entre o número de respostas e o total de entrevistados. Isso porque o quantitativo de respostas, usado como denominador, está ponderado pela quantidade de moradores que cada entrevistado com a respectiva resposta representa, conforme as variáveis de perfil consideradas: comunidade de residência, sexo e faixa etária. Assim, conforme descrito na seção Cálculo e Expansão dos Resultados, os percentuais expressam a média amostral ponderada e estão representando valores expandidos para o universo pesquisado. Por isso, em cada tabela é possível ver o número de entrevistados (n) que foram consultados na amostra e o de moradores (N) que eles representam para o conjunto da Maré e por área de coleta.

No primeiro quesito dessa seção opinativa e de percepção, foi indagado se o entrevistado gosta ou não de residir na Maré (ver Tabela 11). A ideia de identificar a satisfação, ou não, dos entrevistados em viver na Maré teve como pressuposto apreender como o território é percebido e concebido por quem o vivencia no cotidiano, assim como sua inserção na cidade. O resultado desse quesito reiterou o que já observamos em outros levantamentos: 85,3% declaram gostar de morar na Maré.

Significa dizer que quase nove pessoas em cada 10 gostam de viver na favela. Esse dado é muito relevante, principalmente porque quase todos os índices que medem a qualidade de vida social, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Vulnerabilidade Social; Índice de Pobreza Multidimensional e, em menor medida, o Índice de Progresso Social, não levam em conta a satisfação do morador com a localidade em que vive. Desse modo, a percepção que se constitui, em geral, é que a vida nas áreas ricas é quase um paraíso e a vida nas favelas e periferias é um inferno, no qual as pessoas têm seu cotidiano marcado pelas dificuldades e pelo sofrimento. O fato é que as pessoas gostam de morar na Maré, assim como na grande maioria das favelas, em que pese os aspectos negativos em torno do acesso aos direitos nesses territórios.

A satisfação dos moradores da Maré pode se justificar pelas seguintes razões: proximidade de comércios e serviços; facilidade de locomoção para diferentes partes da cidade; custo baixo de moradia; relações pessoais de longo prazo; existência de escolas, postos de saúde, boa infraestrutura de água, esgoto sanitário e coleta de lixo; oferta de projetos sociais; igrejas de diferentes crenças etc. No tocante às razões para não gostar de morar na Maré, já identificamos em pesquisas anteriores que os conflitos armados são o fator de maior repulsão à vida cotidiana na favela. Não

TABELA 11 | **O/A SENHOR/A GOSTA DE MORAR NA MARÉ?**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 1.000 N= 89.661	n= 291 N= 36.720	n= 421 N= 45.499	n= 288 N= 7.443
SIM	85,3%	87,9%	81,7%	94,4%
NÃO	14,7%	12,1%	18,3%	5,6%
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

FONTE: PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS. 2015

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS PARA UMA CASA DECIMAL.

por acaso, temos na Área 2 — com 18,3% — o maior percentual de pessoas insatisfeitas. Ali é, justamente, a área onde ocorreram recentes enfrentamentos entre o TCP e a ADA pelo controle do território, particularmente na Vila do João e no Conjunto Esperança. Da mesma forma, foi a área onde ocorreram mais enfrentamentos do grupo armado local com as Forças do Exército.

No outro extremo, na Área 3, dominada pela milícia, onde não ocorrem enfrentamentos entre facções ou com a polícia, o percentual de insatisfeitos cai para menos de 6%, ou seja, três vezes menos que na área com mais conflitos. A área 1, por sua vez, onde os conflitos são ocasionais, tendo diminuído durante a ocupação das Forças Armadas, fica entre os dois extremos, com 12,1% de sua população insatisfeita de viver na região. Os dados são muito reveladores do impacto que as situações de conflitos armados provocam na subjetividade das pessoas e no seu cotidiano e sugerem que não é, simplesmente, a presença do GCA que gera maior insatisfação na população, mas os conflitos que podem ocorrer em função de sua ação no território. Isso reitera que temos de ouvir a população que vive nos territórios dominados pelos conflitos e, a partir daí, construir políticas que, acima de tudo, preservem seus interesses e demandas. Entendemos ser fundamental a preservação da vida e da integridade das pessoas como meta central de uma política de Segurança pública.

Os dados sobre os vínculos dos moradores com a Maré nos ajudam também a romper com alguns pressupostos que hegemonizam o olhar sobre as favelas, em geral. De fato, comumente, esses territórios são pensados como espaços apartados da

cidade, com muita precariedade, insegurança, falta de organização, etc. Definimos essa representação a partir do que aponta Silva, 2001, como o "Paradigma da Ausência". Ele mais esconde e desconhece do que revela e reconhece as dimensões criativas e potentes das favelas. Identificamos, em outra direção, essa perspectiva de trabalhar a partir das presenças como "Paradigma da Potência", conclui Silva. Nesse sentido, não deixamos de reconhecer as demandas por equipamentos, serviços e múltiplos direitos dos moradores dos territórios populares, mas temos de levar em conta, também, as formas como eles constroem meios de lidar com as carências, a partir de estratégias coletivas e inovadoras. Logo, essa realidade e suas práticas complexas, em que a satisfação por viver em um território marcado por muitas contradições se coloca como um elemento emblemático nos desafia a buscar soluções originais para os obstáculos presentes na favela, especialmente as violações de direitos que ali são praticadas, muitas vezes pelos Órgãos do Estado.

A questão da mobilidade física dentro e fora da região da Maré é outro aspecto relevante da pesquisa. Os moradores entrevistados foram indagados se costumam circular em outras favelas da Maré, já que são 16 e, ainda, se frequentam outras regiões da cidade.

Em relação à circulação dentro da Maré, 66,8% frequentam outras favelas, além da que reside (ver Tabela 12). Com isso, vemos que, diferentemente do que se afirma, a maioria dos moradores da Maré, a despeito da presença de grupos criminosos rivais e dos conflitos eventuais com a

TABELA 12 | **O/A SENHOR/A COSTUMA CIRCULAR EM OUTRAS COMUNIDADES DENTRO DA MARÉ?**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 1.000 N= 89.661	n= 291 N= 36.720	n= 421 N= 45.499	n= 288 N= 7.443
SIM	66,8%	67,1%	70,0%	45,6%
NÃO	33,2%	32,9%	30,0%	54,0%
NÃO RESPONDEU	0,0%	–	–	0,4%
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS PARA UMA CASA DECIMAL.

polícia, costuma circular fora do seu território de moradia. Obviamente, há pessoas que não se sentem seguras em frequentar áreas onde atua uma facção diferente daquela que está em sua comunidade. Nossa experiência com outras pesquisas na Maré nos ensinou que a possibilidade de circulação local varia de acordo com a escolaridade, o gênero e, especialmente, a faixa etária. Assim, os homens, jovens e com maior escolaridade tendem a circular bem mais que, no outro extremo, uma mulher mais velha e com baixa escolaridade.

A análise um pouco mais desagregada dos dados revela que os moradores da Área 2, que reúne nove favelas, têm maior circulação extra local de moradia que os moradores da Área 3. Isso ocorre, também, porque as duas favelas dessa última área — Praia de Ramos e Roquete Pinto — não fazem parte do território contíguo da Maré e sua população, historicamente, utiliza menos as centralidades da Maré, sobretudo o comércio do Parque União e de Nova Holanda/Parque Maré. Acima de tudo, temos observado que os moradores da Maré, conforme diminuem os conflitos entre as facções, perdem, progressivamente, o temor de circular e acessar oportunidades em favelas que não estão próximas da sua casa. O relato de uma moradora da Baixa do Sapateiro ilustra a mudança em curso:

> Eu sempre quis participar e levar minha filha aos cursos que tem lá na Nova Holanda, mas sempre tive medo de atravessar a *fronteira*.[30] Então, uma amiga foi comigo lá, pois o filho já está estudando, e vi que não é um bicho de sete cabeças. Se você não deve nada, não tem o que temer. **[J. BARBOSA]**

> Eu vou pra tudo que é canto na Maré. Nem eu nem minha família *deve* nada a ninguém, mas eu sei que muita gente tem medo de ir, às vezes, até visitar um parente. Eu não. Moro na Nova Holanda, mas tenho irmã na Vila do João e domingo eu sempre vou lá ou ela vem aqui. **[C. COUTINHO** — MORADORA DA NOVA HOLANDA **]**

A questão da mobilidade física dos moradores para fora da Maré é outra variável a ser levada em conta, quando falamos do direito de ir e vir, tendo em vista que, em geral, essa garantia não está na agenda das políticas públicas implementadas na cidade. Os dados revelam que 81,5% dos moradores locais circulam em outros lugares externos à Maré, enquanto 18,5% afirmam o contrário (ver Tabela 13). O que chama a atenção na informação é o fato dos moradores da Área 3 serem não só os que menos circulam na Maré, mas, também, em outros territórios da cidade.

[30] O termo *fronteira* é utilizado de forma naturalizada na Maré. Ele denomina as divisões de territórios estabelecidas pelas facções, que são organizadas, como abordado, de acordo com os limites que distinguem as comunidades. Assim, as facções controlam o território de uma favela como um todo e nunca, apenas uma fração dele.

TABELA 13 | **O/A SENHOR/A VISITA OU FREQUENTA OUTROS LUGARES FORA DA MARÉ?**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 1.000 N= 89.661	n= 291 N= 36.720	n= 421 N= 45.499	n= 288 N= 7.443
SIM	81,5%	81,6%	82,4%	75,1%
NÃO	18,5%	18,4%	17,6%	24,9%
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS PARA UMA CASA DECIMAL.

Mesmo as pessoas que circulam fora da Maré, a grande maioria o faz nas centralidades próximas, especialmente o bairro de Bonsucesso. Ele, embora quase sete vezes menos populoso que a Maré, oferece serviços públicos e comerciais, como as agências bancárias, que não existem na Maré e evidenciam a necessidade de deslocamento. Assim como a tendência observada no padrão da circulação interna, os homens trabalhadores são os que mais circulam para outros bairros da cidade, assim como os jovens com maior escolaridade, que o fazem em função dos estudos ou em busca de atividades culturais e de lazer.

De acordo com pesquisa feita anteriormente sobre a mobilidade física dos moradores da Maré[31], as mulheres e os idosos são, como já mencionado, os que menos circulam na favela ou fora dela, o que implica dizer que uma mulher idosa tem as menores chances de circular além de seu lugar mais próximo.

No item sobre a sensação de segurança, 60,1% dos moradores relatam que se sentem mais seguros na Maré que em outras partes do Rio de Janeiro, 24,4% se sentem tão seguros como no restante da cidade e apenas 15,4% se sentem menos seguros que em outras regiões (ver Tabela 14). De fato, a sensação de Segurança no que diz respeito a crimes é acima da média da cidade, especialmente nos crimes contra o patrimônio — o que é um paradoxo para aqueles que não conhecem as favelas cariocas. São atípicos, por exemplo, roubo em domicílio, furto de veículo ou, tampouco, assalto a transeunte. No máximo, acontecem contra determinados tipos de negócio, tais como

[31] Redes da Maré; Observatório de Favelas; CEIIA. 1ª Amostra sobre Mobilidade na Maré. 2014.

supermercados ou lojas de loteria. E são realizados, em geral, por assaltantes de outros territórios, nunca por aqueles que residem na própria favela. A explosão de uso do *crack*, a partir da segunda metade dos anos 2000, e a criação das UPPs aumentaram o número de crimes contra o patrimônio em algumas favelas. Mas, no caso do *crack*, esse processo foi rapidamente sufocado com a repressão por parte dos GCAs sobre os usuários. Nos territórios com UPP, a recente retomada da regulação do território pelos GCAs tende a contribuir para diminuir esse tipo de delito em função do temor da punição por parte desses grupos.

Diante do exposto, podemos deduzir que a sensação de insegurança na Maré é provocada mais pelo risco à vida, devido às chances de estar em perigo em meio a eventuais conflitos armados, do que pelo temor de crimes contra o patrimônio ou, até mesmo, de ser assassinado de forma consciente por algum criminoso.

Fechando o bloco sobre como se sente o entrevistado em relação à sensação de segurança na Maré, indagamos sobre o registro de qualquer delito ou violação que tenha sofrido (ver Tabela 15). O intuito foi identificar como os moradores da Maré entendem o processo necessário de registros de eventuais violências que sofram. Apenas 6,1% foram pessoalmente à Delegacia ou algum parente o fez. Vale destacar que 1/3 das pessoas que tiveram ou souberam dessa experiência por

TABELA 14 | **COMPLETE ESSA FRASE: NA MARÉ, EU ME SINTO...**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 1.000 N= 89.661	n= 291 N= 36.720	n= 421 N= 45.499	n= 288 N= 7.443
...MAIS SEGURO DO QUE NO RESTANTE DA CIDADE	60,1%	57,8%	59,7%	74,6%
...TÃO SEGURO QUANTO NO RESTANTE DA CIDADE	24,4%	24,5%	25,1%	19,6%
...MENOS SEGURO DO QUE NO RESTANTE DA CIDADE	15,4%	17,7%	15,2%	5,4%
NÃO RESPONDEU	0,0%	–	–	0,4%
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS PARA UMA CASA DECIMAL.

TABELA 15 | **O/A SENHOR/A OU ALGUÉM DO SEU DOMICÍLIO JÁ FOI A ALGUMA DELEGACIA PARA REGISTRAR ALGUM DELITO QUE TENHA SIDO VÍTIMA NA MARÉ?**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 1.000 N= 89.661	n= 291 N= 36.720	n= 421 N= 45.499	n= 288 N= 7.443
NÃO	93,9%	96,4%	91,6%	95,2%
SIM	6,1%	3,6%	8,4%	4,8%
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS PARA UMA CASA DECIMAL.

TABELA 16 | **ISSO FOI ANTES OU DEPOIS DA OCUPAÇÃO DA "FORÇA DE PACIFICAÇÃO" NA MARÉ?**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n=58 N= 5.480	n=11 N= 1.322	n=33 N= 3.804	n=14 N= 355
ANTES	64,7%	80,8%	58,7%	67,9%
DEPOIS	35,3%	19,2%	41,3%	32,1%
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS PARA UMA CASA DECIMAL.

parte de algum parente, disseram que a ocorrência se deu no período anterior à ocupação pelo Exército (ver Tabela 16).

É evidente que nem todas as pessoas sofreram ou se percebem vítimas de delitos. Mas um número tão baixo de registros reflete a histórica desconfiança dos moradores das favelas em relação aos órgãos policiais. Estes não são vistos como instituições dedicadas à defesa dos direitos das pessoas, sobretudo as mais pobres, mas, sim, como instrumentos de repressão de direitos. Além disso, sabe-se que a imensa maioria dos crimes, especialmente furtos ou assaltos, não são investigados. Nesse caso, bem como em grande parte da cidade, os cidadãos não têm espaço para fazer

valer seus direitos no campo da proteção à vida e ao patrimônio. Assim, os únicos crimes que são notificados pelas pessoas, em geral, são o assassinato, por força da lei, e a subtração de veículos, tendo em vista a necessidade do Boletim de Ocorrência no caso de o veículo ser segurado.

Todavia, os dados não podem ser lidos como se boa parte dos moradores da Maré recorresse aos GCAs para resolver suas pendências nos casos em que sofrem violência ou algum tipo de atentado ao patrimônio. Cabe ressaltar que a grande maioria dos residentes não admite essa hipótese e não quer recorrer aos grupos criminosos em situações desse tipo.

Considerando-se o exposto, o sentimento de segurança e de insegurança dos moradores de favelas é algo bastante complexo, tendo em vista sua ambiguidade. Historicamente, se convencionou afirmar que dentro das favelas não ocorrem determinados tipos de crimes, tais como assalto, furto, estupro etc., porque nas regras impostas pelos GCAs consta, justamente, a proteção dos moradores contra delitos que, muitas vezes, são cometidos fora da favela por autoria ou conivência desses próprios grupos. Mas esse é um viés estereotipado do imaginário das comunidades populares. O fato dos moradores se sentirem seguros dentro da favela deve-se, sobretudo, à constatação de que a reparação de determinados crimes será realizada, de forma inapelável, pelo grupo criminoso, e não por algum órgão do sistema de Justiça, como deveria ser.

Podemos considerar essa realidade uma aberração do ponto de vista da democracia, da ética e do Estado de Direito. Além de suas vantagens imediatas, o fenômeno gera a naturalização de um conjunto de violências e estabelece práticas de convivência consideradas inaceitáveis em áreas da cidade, que não nas favelas e periferias. O episódio relatado, a seguir, por M. Oliveira, moradora da Nova Holanda, pode ilustrar a profundidade do problema que estamos considerando:

> Eu vivia há oito anos com meu marido e tivemos uma filha. Com o tempo, o meu marido foi mudando e começou a chegar em casa bêbado, gastava uma parte do salário que recebia em farras, até eu descobrir que ele vivia saindo com outras mulheres. Eu cheguei a ir atrás dele em alguns bares aqui de Nova Holanda. Um dia, eu me cansei e disse pra ele ir embora e me deixar; ele veio pra cima de mim, querendo me agredir. Como isso se repetiu outras vezes, resolvi procurar o chefe do tráfico, aqui, que, na época, era o Jorge Negão. Chamei uma amiga para ir junto comigo falar com ele. Ele recebeu a gente numa laje da casa de um parente dele e eu expliquei o que estava acontecendo. Ele me perguntou o que eu queria, se era o caso de mandar ele embora ou de dar um susto nele. Respondi que queria que ele fosse embora. Ele não queria ir embora, porque tinha comprado o barraco que nós

> *morava* e eu dizia que ele não podia me deixar na rua com uma filha. O chefe do tráfico, então, falou que eu podia ir para a casa que ele iria resolver. Saí dali e *fui na* casa do meu pai. Fiquei com um pouco de medo, pois não sabia o que iriam fazer. Quando voltei pra casa, meu marido já tinha ido lá, pego as roupas dele e ido embora. Nunca mais *vi ele* na comunidade. Eu soube que o Jorge Negão tinha mandado um dos meninos que *trabalhava* com ele falar com meu marido que ele ia ter que deixar a casa.

O fato demonstra como a Justiça feita pelos grupos criminosos pode ser rápida, se pensarmos esses casos contextualizados. O problema central é que os moradores das favelas e periferias não têm, em geral, meios de recorrer ao sistema Judiciário para lidarem com conflitos que estão no seu âmbito. Assim, como podemos observar, a ideia de segurança ou insegurança de quem vive nas favelas da Maré acontece fora do âmbito do sistema democrático de Justiça estabelecido em nosso país. Na verdade, o modelo estabelecido pelo Estado ainda serve, em geral, para as parcelas mais ricas e escolarizadas da sociedade. A sua incapacidade de atender aos mais pobres de forma universal gera atrofia de direitos, falta de reconhecimento e de legitimidade dos órgãos do Estado para aqueles que mais necessitariam deles, bloqueando-se suas condições de exercício da cidadania. Logo, o descompromisso histórico do Estado em cumprir seu papel de regulação do espaço público e da vida social sobre o conjunto do território é o principal elemento a colocar em risco os direitos dos cidadãos e a democracia na sociedade brasileira.

A ausência nesse campo — que afeta o funcionamento, inclusive, de órgãos públicos presentes nas favelas e periferias, tais como escolas, creches e postos de saúde — só poderá ser resolvida a partir do reconhecimento dos moradores desses territórios como cidadãos e da criação de práticas inovadoras que permitam, ao Estado, ampliar sua legitimidade e sua capacidade de exercer soberania numa perspectiva republicana.

PERCEPÇÕES SOBRE O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA MARÉ PELO EXÉRCITO BRASILEIRO

Chegamos ao bloco central da investigação proposta: apreender a percepção do morador sobre a ocupação da Maré pelo Exército. Como ponto preliminar do estudo, buscamos entender o que representou a atuação das Polícias Militar e Civil no período prévio da ocupação das Forças Armadas. Como já dito, houve um leque de grandes intervenções das polícias, especialmente do BOPE, com foco na Área 1. Assim, em alguns quesitos, buscamos compreender como eles se sentiram

diante das práticas efetivadas pelos agentes militares, com atenção particular para a invasão das casas.

Na seção que apresentou o perfil dos entrevistados, um dos quesitos foi acerca do tempo em que estão morando na Maré (ver Tabela 10). Estes dados confirmam uma característica importante da população da Maré, que é a permanência de longo prazo na região. Não há um fluxo contínuo de mudança, visto que, considerando-se as condições habitacionais dos territórios populares, a residência na Maré tem um grau de valorização acima da média da maior parte das favelas e periferias do Rio de Janeiro. Assim, mesmo quando as famílias crescem, a tendência é continuar residindo na comunidade de origem. Este fato pode ser identificado pelo contínuo processo de verticalização das construções que continua a ocorrer na maior parte das favelas locais.

Contudo, para indagar sobre o processo de ocupação da Maré pela chamada Força de Pacificação, foi necessário saber se o entrevistado já morava na localidade antes do mesmo ter iniciado, pois alguns quesitos foram direcionados apenas para os que vivenciaram o período anterior. O objetivo foi assinalar um parâmetro comparativo do respondente com situações anteriores à ocupação.

Tal como constatamos no bloco sobre o perfil dos entrevistados, identificamos que 96,4% já moravam na Maré antes da entrada do Exército (Tabela 17). Um fator fundamental na moradia de longo prazo é que os moradores conhecem a realidade local, tanto em termos das práticas das facções criminosas como dos agentes policiais, assim como as instituições que atuam na defesa de seus direitos. Portanto, a maioria se sente à vontade para responder às entrevistas que

TABELA 17 | **O/A SENHOR/A JÁ MORAVA NA MARÉ ANTES DA PACIFICAÇÃO?**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 1.000 N= 89.661	n= 291 N= 36.720	n= 421 N= 45.499	n= 288 N= 7.443
SIM	96,4%	97,6%	95,2%	97,7%
NÃO	3,6%	2,4%	4,8%	2,3%
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS PARA UMA CASA DECIMAL.

TABELA 18 | **ANTES DA OCUPAÇÃO DA "FORÇA DE PACIFICAÇÃO" NA MARÉ, O/A SENHOR/A SE SENTIA INSEGURO/A COM QUE FREQUÊNCIA?**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 970 N= 86.441	n= 286 N= 35.838	n= 402 N= 43.329	n= 282 N= 7.274
NUNCA	41,6%	31,6%	49,7%	42,0%
RARAMENTE	13,6%	13,2%	13,3%	17,0%
ÀS VEZES	27,3%	36,0%	20,5%	24,1%
FREQUENTEMENTE	9,3%	9,2%	9,0%	11,2%
SEMPRE	8,4%	9,9%	7,5%	5,6%
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

FFONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS PARA UMA CASA DECIMAL.

entidades como a Redes da Maré fazem, pois sabem que elas visam contribuir para a conquista de mais direitos para os residentes na favela. Da mesma forma, o tempo maior de residência permite que os moradores desenvolvam uma visão em perspectiva e possam avaliar com mais elementos as práticas efetivadas pelos órgãos estatais nas comunidades locais.

No quesito sobre sentimento de insegurança por morar na Maré antes da entrada do Exército, 55,2% dos moradores nunca ou raramente se sentiram inseguros (ver Tabela 18). Os percentuais das respostas não se diferenciam tanto das que tivemos em relação à sensação de segurança comparada a outros espaços da cidade (ver Tabela 14), mas, em alguma medida, mostra que uma proporção maior de pessoas passou a se sentir em risco. Na questão anterior, apresentamos uma referência espacial; nesta, uma referência temporal. Logo, quando o morador pensa na inserção da Maré na cidade, ele se sente mais protegido no seu lugar, no espaço local. Quando, todavia, falamos da experiência restrita à Maré, levando em conta o período imediatamente anterior à ocupação do Exército, a sensação de insegurança cresce.

Verificamos, todavia, 17,7% dos moradores se sentindo sempre ou frequentemente inseguros. Considerando-se a representação sobre a violência na Maré, especialmente na

TABELA 19 | **NA SUA OPINIÃO, A PACIFICAÇÃO DE OUTRAS ÁREAS DA CIDADE INTERFERIU NA SITUAÇÃO DENTRO DA MARÉ?**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 970 N= 86.441	n= 286 N= 35.838	n= 402 N= 43.329	n= 282 N= 7.274
NÃO	66,0%	58,4%	69,1%	85,2%
SIM	33,7%	41,6%	30,4%	14,0%
NÃO RESPONDEU	0,3%	–	0,5%	0,8%
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS PARA UMA CASA DECIMAL.

forma veiculada na mídia tradicional, é um percentual até pequeno. Porém, quando pensamos que o direito à Segurança é o mais básico, primário, na vida social, que antecede a todos os outros, se evidencia que o percentual de pessoas dominadas pela insegurança é preocupante.

Um ponto relevante a destacar sobre essa questão, em particular, e sobre a coleta de dados, em geral, diz respeito à dimensão subjetiva no processo de produção de percepções e, portanto, das respostas. Como é sabido, o *survey* é um bom instrumento para captar impressões gerais, mas deixa a desejar em relação ao significado das respostas dadas. Neste caso, seria necessária a utilização de outros instrumentos de coleta de dados para compreendermos devidamente o que as pessoas estão pensando, de fato, quando dizem que nunca ou sempre se sentem inseguras. De acordo com a forma como lidam com a vida, com as instituições e com as tensões cotidianas, elas podem ter percepções distintas de situações semelhantes e, com isso, desenvolverem diferentes sentimentos em relação à segurança na vida cotidiana. O mais importante na interpretação da sensação de segurança é compreender que ela é mais influenciada pela forma como o indivíduo se relaciona com o meio no qual vive do que pelas situações objetivas de risco social que corre. Portanto, pode ocorrer de moradores em locais com índices baixos de crime se sentirem mais inseguros de circular na cidade do que pessoas que vivem em áreas com altas taxas de criminalidade.

Perguntados se acreditavam que a implantação das UPPs em várias favelas da cidade teria provocado alguma interferência na dinâmica cotidiana da Maré, 66% consideram que não houve interferência e 33,7% acreditam que houve (ver Tabela 19). De acordo com informações de outras fontes (polícia e mídia, especialmente), muitos integrantes de facções criminosas teriam migrado para outros territórios da cidade, da Baixada Fluminense ou outras cidades do Estado, em função da chegada das *unidades pacificadoras*. No caso das favelas da Maré, como já sinalizamos em outra parte desse texto, a ocupação do conjunto de comunidades do Alemão pelo Exército e, posteriormente, pela Polícia Militar, assim como na do Jacarezinho, Manguinhos e Lins, teria atraído muitos integrantes do Comando Vermelho, principalmente, para os territórios controlados pela facção na Maré — Parque Maré, Nova Holanda, Parque Rubens Vaz e Parque União, que agregamos na Área 1. Logo, não é casual que nesse espaço tenhamos um percentual maior de moradores — 41,6% — que consideram ter havido impacto em sua comunidade com a implantação das UPPs — bem acima, por exemplo, do percentual de 14% dos entrevistados da Área 3. A migração dos integrantes da citada facção para a Maré trouxe, na época, muita apreensão para os moradores, uma vez que o aumento de circulação de armas e de pontos de drogas foi significativo.

No quesito seguinte, indagamos se no período anterior à ocupação do Exército, algum morador do domicílio da pessoa entrevistada havia sido vítima de qualquer tipo de violação de direito como, por exemplo, entrada da polícia no domicílio sem autorização, algum sofrimento corporal ou dano à propriedade.

O resultado obtido foi que 77,9% dos moradores não passaram por nenhuma das violações apontadas (ver Tabela 20). Já 22,1% vivenciaram algum tipo de violência pela polícia dentro da Maré. A questão buscou captar o percentual e o padrão de violação que ocorrem na Maré, basicamente a partir da ação das polícias. Desde 2009, algumas instituições na Maré vêm chamando a atenção para as violações que ocorrem na região, fruto das entradas pontuais das polícias, porém, frequentes, denominadas de *operações policiais*. Como não há uma presença regular, nem uma postura preventiva dos agentes da Segurança pública, o que se observa é um saldo expressivo de mortes e feridos e/ou violações de outros direitos dos moradores cada vez que essas operações acontecem. Além da quebra da rotina, com o fechamento de escolas, creches, clínicas da família, comércio e outras atividades, há reiteradas denúncias sobre a forma

TABELA 20 | **NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS ANTES DA PACIFICAÇÃO, O/A SENHOR/A OU ALGUÉM DO SEU DOMICÍLIO FOI VÍTIMA DE ALGUM TIPO DE VIOLAÇÃO DE DIREITO (POR EXEMPLO: ENTRADA EM DOMICÍLIO SEM AUTORIZAÇÃO, DANO CORPORAL OU DE PROPRIEDADE) POR PARTE DA POLÍCIA DENTRO DA MARÉ?**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 970 N= 86.441	n= 286 N= 35.838	n= 402 N= 43.329	n= 282 N= 7.274
NÃO	77,9%	73,0%	79,6%	92,3%
SIM	22,1%	27,0%	20,4%	7,7%
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS PARA UMA CASA DECIMAL.

desrespeitosa como os policiais realizam a abordagem aos moradores. Por isso, provavelmente, os mais de 20% que passaram por alguma violação rememoram tais eventos. Não por acaso, na Área 1 (Parque Maré, Nova Holanda, Parque Rubens Vaz e Parque União), região de maior ocorrência de operações policiais, mais de 1/4 dos entrevistados afirma ter sofrido alguma violação, seguida pela Área 2, em que cerca de 1/5 passou por essa experiência. Com 7,7%, o contraponto é a Área 3, controlada pela milícia e, portanto, constantemente poupada das operações.

Dados levantados por profissionais da Redes da Maré que atuam no eixo Segurança pública revelam que, entre julho de 2015 e maio de 2016, ocorreram 36 incursões policiais na Maré: três foram coordenadas pelas Forças Armadas, seis pela Polícia Civil, 22 pela Polícia Militar e cinco delas não se conseguiu saber de quem era a responsabilidade. Um exemplo do impacto delas no cotidiano refere-se ao fechamento das escolas: dados da 4ª Coordenadoria Regional de Educação, Órgão da Secretaria Municipal de Educação (SME), mostram que, entre julho de 2015 e maio de 2016, as escolas municipais da região tiveram 23 dias de aulas suspensas em decorrência dos conflitos entre polícia e integrantes de GCAs na Maré (ver Quadro 1 e Quadro 2).

Em diálogos com a Secretaria Municipal de Educação, os técnicos afirmam que, além do cancelamento das aulas, existem consequências que não são possíveis de ser quantificadas, como a dificuldade de aprendizagem das crianças e adolescentes

FOTO: DIEGO JESUS / ECOM

QUADRO 1 | **ATIVIDADES ESCOLARES SUSPENSAS DEVIDO A OPERAÇÕES POLICIAIS ENTRE JULHO E DEZEMBRO DE 2015**

DATA	NÚMERO ESCOLAS FECHADAS	TOTAL DE ALUNOS AFETADOS POR DIA
02/07/2015	13	6529
03/07/2015	15	8295
08/07/2015	13	5780
07/08/2015	11	4845
21/08/2015	11	5046
25/08/2015	3	520
03/09/2015	11	4504
08/09/2015	4	4340
09/09/2015	10	4946
10/09/2015	6	3345
15/09/2015	5	2312
22/09/2015	6	124
01/10/2015	10	5231
08/10/2015	7	3193
13/10/2015	9	3400
23/10/2015	12	4600
28/10/2015	10	5120
10/12/2015	11	5302

18 DIAS SEM AULA

FONTE: PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. 2015.

QUADRO 2 | **ATIVIDADES ESCOLARES SUSPENSAS DEVIDO A OPERAÇÕES POLICIAIS ENTRE FEVEREIRO E MAIO DE 2016**

DATA	NÚMERO ESCOLAS FECHADAS	TOTAL DE ALUNOS AFETADOS POR DIA
03/02/2016	17	6213
22/02/2016	10	3522
01/03/2016	16	5362
16/03/2016	13	5786
18/03/2016	13	4305
11/04/2016	5	1835
13/04/2016	11	3158
12/05/2016	23	5736

8 DIAS SEM AULA

FONTE: PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. 2015.

em um contexto de conflitos frequentes e os transtornos psíquicos causados aos estudantes e outros integrantes da comunidade escolar, que ocasionam, por exemplo, o elevado número de licenças por motivo de estresse e síndrome do pânico entre os profissionais que atuam nas escolas da Maré. Outra medida preocupante, embora nos pareça inaceitável como justificativa, por impedir a garantia do direito básico das crianças da Maré à educação, é a redução da carga horária das escolas em função da falta de segurança.

Para os entrevistados que afirmavam ter sofrido alguma violação, perguntamos quantas vezes isso ocorreu e, além disso, o tipo de delito cometido pela polícia. Mais de 1/4 dos que foram vítimas de violação passaram por essa situação, pelo menos, três vezes (ver Tabela 21). Novamente, a Área 3, que apresentara a menor proporção de pessoas com a percepção de terem sofrido algum tipo de violação, é aquela que as pessoas que entendem ter sofrido alguma violação por parte da polícia, viveram isso em menor número de ocasiões.

Quanto ao tipo de violação sofrida, quase 2/3 assinalam a invasão de domicílio e 57,8%, a forma de abordagem (ver Tabela 22). Nas Áreas 1 e 2, a invasão de domicílio é a violação que atingiu o maior número de pessoas. Já na Área 3, a forma de abordagem é a mais incidente.

Os dados sobre a frequência com que ocorrem as violações contra os

TABELA 21 | **QUANTAS VEZES SOFREU ALGUMA VIOLAÇÃO?**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 176 N= 19.082	n= 75 N= 9.688	n= 79 N= 8.836	n= 22 N= 557
UMA VEZ	42,8%	44,2%	38,7%	84,1%
DUAS VEZES	31,1%	34,0%	29,1%	11,9%
TRÊS A CINCO VEZES	14,2%	12,8%	16,5%	4,0%
SEIS VEZES OU MAIS	11,8%	9,0%	15,7%	–
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS PARA UMA CASA DECIMAL.

TABELA 22 | **O/A SENHOR/A PODE INDICAR O/S TIPO/S DE INCIDENTE? PODE ESCOLHER MAIS DE UMA OPÇÃO**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 176 N= 19.082	n= 75 N= 9.688	n= 79 N= 8.836	n= 282 N= 7.274
INVASÃO DE DOMICÍLIO	63,6%	73,3%	54,9%	35,0%
FORMA DE ABORDAGEM	57,8%	61,4%	54,2%	51,2%
AGRESSÃO VERBAL	41,6%	32,7%	52,1%	29,4%
DISCRIMINAÇÃO	24,9%	16,3%	35,4%	7,9%
AGRESSÃO FÍSICA	21,4%	10,1%	32,5%	41,7%
DANO AOS SEUS BENS MATERIAIS	18,6%	16,1%	20,8%	27,5%
OUTRO	10,0%	7,4%	12,3%	19,7%
NÃO RESPONDEU	0,6%	-	1,1%	4,0%

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

moradores da Maré e, ainda, os tipos que têm maior incidência reforçam algumas percepções já correntes de que a polícia tem estabelecido, de maneira histórica, um padrão de trabalho na Maré, e em outros espaços análogos, incompatível com o que seria esperado de servidores do Estado. O fato de mais de 60% dos agredidos terem sofrido a violação no momento da abordagem policial ou por invasão de domicílio confirma a forma arbitrária e pouco respeitosa com o direito dos moradores da Maré quanto à Segurança pública.

As práticas evidenciam a representação de que os moradores das favelas são criminosos em potencial ou, conforme expressão utilizada em publicações do Observatório de Favelas, a "população civil do exército inimigo" e, por isso, não precisam ter seus direitos básicos respeitados. Os moradores são vistos, muitas vezes, como perigosos, cúmplices dos criminosos ou, no mínimo, coniventes. Desse modo, a condição de moradia passa a definir um determinado tipo de caráter ou comportamento marginal, o que é um imenso preconceito por parte dos policiais.

Cabe salientar que a representação dos policiais sobre a população favelada não é solitária. Na verdade, eles reproduzem um juízo que é dominante em grande parte da população carioca que não reside nas favelas. Essa estigmatização gera, como

TABELA 23 | **O/A SENHOR/A OU ALGUÉM DO SEU DOMICÍLIO DENUNCIOU ESTE/S INCIDENTE/S JUNTO A ALGUMA INSTITUIÇÃO?**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 176 N= 19.082	n= 75 N= 9.688	n= 79 N= 8.836	n= 22 N= 557
NÃO	95,9%	97,4%	96,3%	64,6%
SIM	4,1%	2,6%	3,7%	35,4%
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS PARA UMA CASA DECIMAL.

TABELA 24 | **ONDE A/S DENÚNCIA/S FOI/FORAM REGISTRADA/S? PODE ESCOLHER MAIS DE UMA OPÇÃO**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 14 N= 779	n= 2 N= 252	n= 4 N= 330	n= 8 N= 197
DELEGACIA	58%	46%	70%	55%
PATRULHA DA POLÍCIA MILITAR	17%	54%	–	–
EXÉRCITO	13%	–	30%	–
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	10%	–	–	39%
IGREJA	6%	–	–	23%
DISQUE–DENÚNCIA	3%	–	–	11%
ONG	3%	–	–	11%
OUTRA	33%	54%	30%	11%

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

resposta, a intolerância de parte da população local em relação à Polícia, o que faz com que diversos tipos de conflito e situações de violência terminem ocorrendo nos momentos da incursão policial.

Indagados se fizeram algum tipo de comunicação da violação de direito sofrida, nove em cada dez pessoas do universo que teve os seus direitos agredidos não fizeram registro algum da denúncia (ver Tabela 23). Entre os poucos que fizeram, pouco mais da metade foi à Delegacia. O restante procurou uma Patrulha da Polícia Militar, um representante do Exército, o Disque-Denúncia ou, até mesmo, associações de moradores, igrejas e organizações não governamentais (ver Tabela 24).

Na perspectiva de aumentar a capacidade dos moradores se defenderem dessas violações, algumas instituições que atuam na Maré realizaram, em 2012, a primeira edição da Campanha "Somos da Maré — Temos Direitos", e que teve uma nova versão, em 2016. Esse trabalho busca, de maneira direta, realizar a mobilização dos moradores, porta a porta, por meio da distribuição de um material impresso que contém informações sobre como deve ser uma abordagem policial que respeite os direitos dos moradores. Essa iniciativa vem permitindo que muitos moradores da Maré entendam a necessidade de fazer o registro da violação. Além disso, eles descobrem que as situações de abuso cometidas por agentes do Estado podem ser enfrentadas e que existem canais institucionais que devem ser acionados pelas pessoas diretamente envolvidas nesses episódios.

Um item de grande relevância na pesquisa, ao qual, temos dado uma atenção maior, diz respeito à sensação de segurança dos moradores da Maré. Como já afirmamos, esse é, talvez, o mais básico dos direitos: sentir que se vive em um mundo social que não é hostil, no qual se pode circular com segurança, sem temor.

Como vimos em resposta anterior, 60% dos entrevistados se sentem seguros na Maré em relação ao conjunto da cidade (ver Tabela 14) e 55%, normalmente, não se sentiam inseguros antes de 2014. Logo, não é surpreendente que, para 69,2% da população adulta da Maré, a entrada das Forças Armadas não tenha aumentado sua sensação de segurança (ver Tabela 25). Devemos levar em conta que a segurança não era um problema para eles, o que contribui para esse tipo de resposta. Portanto, esta não é, necessariamente, negativa ou representa um problema.

O que chama mais atenção, porém, decorre do fato de 22,4% declararem que essa sensação piorou um pouco ou muito. Nesta perspectiva, cabe assinalar que 28,1% dos moradores se sentem frequentemente ou sempre inseguros depois da entrada

TABELA 25 | **SUA SENSAÇÃO DE SEGURANÇA MUDOU COM A ENTRADA DA "FORÇA DE PACIFICAÇÃO" NA MARÉ?**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 1.000 N= 89.661	n= 291 N= 36.720	n= 421 N= 45.499	n= 288 N= 7.443
MELHOROU MUITO	8,4%	10,3%	4,8%	20,4%
MELHOROU POUCO	22,5%	33,4%	12,6%	28,7%
NÃO MUDOU NADA	46,8%	45,7%	47,3%	49,0%
PIOROU POUCO	7,7%	5,7%	10,4%	0,7%
PIOROU MUITO	14,7%	4,9%	24,8%	1,2%
NÃO RESPONDEU	0,0%	–	0,1%	–
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS PARA UMA CASA DECIMAL.

do Exército (ver Tabela 26). Analogamente, conforme mostra a Tabela 25, o fato de menos de 1/3 achar que a sensação de segurança melhorou, talvez esteja aquém das expectativas em face de um investimento tão vultoso do Estado, sob qualquer ponto de vista: econômico, logístico, militar, político e social. Logo, a Operação São Francisco deveria ter uma avaliação bem melhor na percepção do morador, o qual deveria ser o alvo privilegiado da ação do Estado.

O problema central, na verdade, que caracteriza também a ação das UPPs, é que o foco da intervenção militar não é a garantia dos direitos dos moradores, mas o controle do território, dos corpos e das práticas sociais. Em nome do combate aos grupos criminosos, considera-se que a favela possa ser tratada como um "território de exceção", no qual as garantias de direitos do sistema republicano não precisam ser efetivamente obedecidas. Isso explica porque o Exército usa, com naturalidade, tanques para fazer o patrulhamento das ruas, anda com armas de guerra de alto calibre e coloca arames e sacos de areia nas vias, inclusive nas ciclovias, o que torna a paisagem, de fato, como a de uma arena de guerra, em todos os sentidos. Tudo isso acontecendo em

TABELA 26 | **DEPOIS DA ENTRADA DA "FORÇA DE PACIFICAÇÃO" NA MARÉ, O/A SENHOR/A SE SENTE INSEGURO COM QUE FREQUÊNCIA?**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 1.000 N= 89.661	n= 291 N= 36.720	n= 421 N= 45.499	n= 288 N= 7.443
NUNCA	25,9%	21,7%	25,6%	48,4%
RARAMENTE	16,7%	19,0%	11,9%	35,1%
ÀS VEZES	29,1%	36,6%	26,0%	11,5%
FREQUENTEMENTE	15,4%	11,7%	20,5%	2,9%
SEMPRE	12,7%	10,7%	16,0%	2,1%
NÃO RESPONDEU	0,2%	0,4%	–	–
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS PARA UMA CASA DECIMAL.

um território com 140 mil pessoas, quase 32 mil por km2. Em uma região tão densamente povoada, o trabalho em inteligência policial deveria ser a base da ação de combate ao crime, a fim de evitar que as pessoas, incluindo os próprios militares, corressem riscos desnecessários. Essa perspectiva, no entanto, parece que nunca esteve no cenário das ações policiais ou das Forças Armadas, no Rio de Janeiro.

A presença dos soldados do Exército se tornou muito visível na paisagem da Maré. Mas buscamos saber dos entrevistados quais experiências mais diretas eles teriam vivenciado com aqueles servidores do Estado. Para isso, cada entrevistado foi indagado sobre possíveis acontecimentos para responder se já havia ou não ocorrido consigo. O resultado das entrevistas indica que metade dos moradores reconhece ter vivido alguma experiência direta com as Forças de ocupação.

Embora não fosse direcionado na pergunta, é possível que alguns dos acontecimentos possam ter ocorrido com familiares e amigos do entrevistado, mas assumidos como experiência própria. Mesmo assim, o fato de a ação de revista pessoal ter alcançado 34% dos moradores (ver Tabela 27),

segundo a amostra, é marcante, já que este não é um acontecimento que seja naturalizado na maior parte da cidade.

Além disso, 21,6% viram algum confronto violento entre soldados e integrantes de GCAs. Os percentuais revelam como a Maré, de fato, se tornou um território dominado pela lógica da guerra e, em momento algum, um *território de paz*. E evidenciam a falta de sentido do uso do termo *pacificação*, que foi a marca institucional adotada pelas Forças do Exército, como forma de identificação da ação militar. No entanto, a paz nunca se materializou como objetivo da instituição, mas, sim, o controle do território e de seus moradores, visando estabelecer uma situação de repressão a possíveis formas de criminalidade. Como era claro para muitos moradores da Maré, a ocupação militar foi uma demanda externa, para impedir que os GCAs agissem em outras partes da cidade. O Exército não estava na favela para proteger os seus moradores, mas para impedir que dali pudesse sair ações que atingissem outros territórios do Rio de Janeiro.

TABELA 27 | **QUAL/QUAIS DESSAS EXPERIÊNCIAS O/A SENHOR/A JÁ VIVENCIOU COM OS MILITARES DA FORÇA DE PACIFICAÇÃO?**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 1.000 N= 89.661	n= 291 N= 36.720	n= 421 N= 45.499	n= 288 N= 7.443
NENHUMA DESSAS OPÇÕES	49,1%	61,0%	34,5%	79,7%
REVISTA PESSOAL	34,0%	30,5%	40,2%	13,4%
UM CONFRONTO VIOLENTO ENVOLVENDO MILITARES	21,6%	7,0%	36,6%	2,2%
REVISTA À RESIDÊNCIA	8,7%	5,7%	12,1%	2,6%
EVENTO COMUNITÁRIO COM A PARTICIPAÇÃO DE MILITARES	5,2%	3,6%	7,0%	2,3%
DETENÇÃO	1,1%	0,3%	1,9%	0,3%
REGISTRO DE DENÚNCIAS JUNTO AOS MILITARES	0,8%	0,4%	0,9%	1,9%
NÃO RESPONDEU	0,9%	0,3%	1,3%	1,9%

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

TABELA 28 | **QUAL/QUAIS DESSAS EXPERIÊNCIAS O/A SENHOR/A JÁ VIVENCIOU COM OS MILITARES DA FORÇA DE PACIFICAÇÃO?**

	BAIRRO MARÉ	MULHERES	HOMENS
	n= 1.000 N= 89.661	n= 511 N= 45.857	n= 489 N= 43.804
NENHUMA DESSAS OPÇÕES	49,1%	60,6%	37,1%
REVISTA PESSOAL	34,0%	20,0%	48,6%
UM CONFRONTO VIOLENTO ENVOLVENDO MILITARES	21,6%	21,7%	21,5%
REVISTA À RESIDÊNCIA	8,7%	9,3%	8,0%
EVENTO COMUNITÁRIO COM A PARTICIPAÇÃO DE MILITARES	5,2%	4,5%	6,0%
DETENÇÃO	1,1%	0,6%	1,6%
REGISTRO DE DENÚNCIAS JUNTO AOS MILITARES	0,8%	0,6%	1,1%
NÃO RESPONDEU	0,9%	1,2%	0,7%

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

Os dados sobre a revista pessoal são tão expressivos que merecem uma análise mais detalhada. Desagregando-os segundo o sexo do entrevistado, observa-se, como era de se esperar, que os homens são mais submetidos à revista que as mulheres, respectivamente, 48,6% e 20% (ver Tabela 28). Quando o filtro é por faixa etária, os jovens de 18 a 29 aparecem como os mais visados, atingindo 46,3% deles (ver Tabela 29). Por cor da pele ou raça, o resultado da amostra assinala um percentual de 62,2% entre os moradores de origem indígena, porém, na amostra realizada, foram entrevistados apenas sete moradores que se declararam integrantes deste contingente étnico, o que não nos permite considerar o resultado significativo para o universo de moradores. Em seguida, o contingente que apresenta o maior percentual — 44,5% — é o de pessoas com cor da pele preta. Em contrapartida, entre as pessoas brancas, o percentual é de 26,4% (ver Tabela 30). Quanto à escolaridade, os resultados não podem ser considerados representativos para os que chegaram ao nível superior e para aqueles sem escolaridade alguma, em razão

TABELA 29 | **QUAL/QUAIS DESSAS EXPERIÊNCIAS O/A SENHOR/A JÁ VIVENCIOU COM OS MILITARES DA FORÇA DE PACIFICAÇÃO?**

	BAIRRO MARÉ	18 A29 ANOS	30 A 49 ANOS	50 A 69 ANOS
	n= 1.000 N= 89.661	n= 347 N= 29.994	n= 418 N= 42.642	n= 235 N= 17.026
NENHUMA DESSAS OPÇÕES	49,1%	40,5%	48,6%	65,6%
REVISTA PESSOAL	34,0%	46,3%	33,8%	12,8%
UM CONFRONTO VIOLENTO ENVOLVENDO MILITARES	21,6%	22,3%	23,7%	15,4%
REVISTA À RESIDÊNCIA	8,7%	7,6%	9,4%	8,8%
EVENTO COMUNITÁRIO COM A PARTICIPAÇÃO DE MILITARES	5,2%	7,6%	4,0%	4,1%
DETENÇÃO	1,1%	2,5%	0,4%	0,3%
REGISTRO DE DENÚNCIAS JUNTO AOS MILITARES	0,8%	1,3%	0,8%	–
NÃO RESPONDEU	0,9%	0,9%	0,5%	2,2%

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

TABELA 30 | **QUAL/QUAIS DESSAS EXPERIÊNCIAS O/A SENHOR/A JÁ VIVENCIOU COM OS MILITARES DA FORÇA DE PACIFICAÇÃO?**

	BAIRRO MARÉ	AMARELA	BRANCA	INDÍGENA	PARDA	PRETA
	n= 1.000 N= 89.661	n= 12 N= 1.594	n= 297 N= 26.844	n= 7 N= 681	n= 497 N= 43.083	n= 187 N= 17.460
NENHUMA DESSAS OPÇÕES	49,1%	69,8%	58,0%	19,3%	49,0%	35,0%
REVISTA PESSOAL	34,0%	6,3%	26,4%	62,2%	35,0%	44,5%
UM CONFRONTO VIOLENTO ENVOLVENDO MILITARES	21,6%	22,6%	17,4%	48,6%	21,3%	27,9%
REVISTA À RESIDÊNCIA	8,7%	–	7,6%	9,3%	8,6%	11,4%
EVENTO COMUNITÁRIO COM A PARTICIPAÇÃO DE MILITARES	5,2%	–	4,0%	27,3%	4,9%	7,7%
DETENÇÃO	1,1%	–	–	11,8%	1,1%	2,4%
REGISTRO DE DENÚNCIAS JUNTO AOS MILITARES	0,8%	1,4%	1,4%	24,0%	0,4%	–
NÃO RESPONDEU	0,9%	–	1,4%	–	0,8%	0,6%

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

FOTO: DIEGO JESUS / ECOM

TABELA 31 | **QUAL/QUAIS DESSAS EXPERIÊNCIAS O/A SENHOR/A JÁ VIVENCIOU COM OS MILITARES DA FORÇA DE PACIFICAÇÃO?**

	BAIRRO MARÉ	SUPERIOR COMPLETO	SUPERIOR INCOMPLETO	ENSINO MÉDIO COMPLETO	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	ENSINO UNDAMENTAL COMPLETO	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	SEM ESCOLARIDADE
	n= 1.000 N= 89.661	n= 1.000 N= 89.661	n= 511 N= 45.857	n= 1.000 N= 89.661	n= 489 N= 43.804	n= 1.000 N= 89.661	n= 1.000 N= 89.661	n= 1.000 N= 89.661
NENHUMA DESSAS OPÇÕES	49,1%	51,3%	41,9%	50,9%	35,5%	40,8%	55,9%	61,1%
REVISTA PESSOAL	34,0%	28,2%	51,8%	32,5%	49,5%	41,1%	27,1%	8,4%
UM CONFRONTO VIOLENTO ENVOLVENDO MILITARES	21,6%	23,9%	33,5%	22,6%	25,0%	22,3%	18,3%	21,8%
REVISTA À RESIDÊNCIA	8,7%	8,8%	0,9%	7,4%	14,4%	8,4%	7,8%	9,6%
EVENTO COMUNITÁRIO COM A PARTICIPAÇÃO DE MILITARES	5,2%	1,2%	9,5%	4,3%	10,5%	4,5%	4,2%	–
DETENÇÃO	1,1%	4,2%	–	1,1%	1,8%	1,3%	0,7%	–
REGISTRO DE DENÚNCIAS JUNTO AOS MILITARES	0,8%	–	2,6%	1,0%	2,7%	0,6%	–	–
NÃO RESPONDEU	0,9%	3,1%	–	0,3%	1,3%	0,2%	1,2%	4,4%

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

do pequeno número de entrevistados. Mas, grosso modo, a comparação desde os que não concluíram o fundamental até os que completaram o ensino médio sugere que não há padrões muito distintos entre os segmentos (ver Tabela 31). Talvez, por não ser uma característica aparente, como o sexo, a idade e a cor da pele, essa variável não se configurou como determinante na ação dos agentes do Exército.

Certamente, são necessários levantamentos mais específicos do ponto de vista metodológico para que certas inferências, como a influência ou não da escolaridade, possam ter consistência. Todavia, os resultados apontam para a confirmação de que os homens jovens de cor preta são mesmo os alvos preferidos para a abordagem com revista pessoal, vulgarmente chamada de "dura".

No caso da violação de direitos, 9% consideram ter sofrido alguma ação caracterizada como tal (ver Tabela 32), especialmente, a entrada de soldados no domicílio. Cabe destacar que a menção ao tipo de acontecimento (violação) neste quesito foi espontânea.

Mais de 40% dos que sofreram alguma violação afirmam que isso aconteceu mais de uma vez (ver Tabela 33). A forma de abordagem (70%), a agressão verbal (46%) e a agressão física (31%) são as violações apontadas por mais pessoas, segundo a pesquisa (ver Tabela 34).

Todavia, um dado menos frequente na amostra chama a atenção: a invasão da residência por parte dos militares, o que já era comum nas operações policiais na Maré. Levando-se em conta que o bairro possui mais de 45.500 domicílios (ver Tabela 1), a amostra indica que cerca de quatro mil lares podem ter sido invadidos pelo Exército. Cabe assinalar que esse número pode ser inferido das respostas ao quesito que indagou sobre a vivência de determinadas experiências durante a ocupação militar (Ver Tabela 27). No entanto, no quesito em que o enunciado faz referência à violação de direitos, a estimativa de residências invadidas passa a ser de, aproximadamente, 1.200 domicílios, sendo as agressões física e verbal citadas por um número bem maior de entrevistados (Tabela 34). Isso pode significar — e os dados ilustram — que o desrespeito à privacidade e, também, a ausência de legalidade no ato da invasão à residência não são, em um universo no qual as pessoas têm pouco conhecimento sobre as leis e sobre seus direitos, atos facilmente identificados como violação de direitos — pelo menos, não tanto como é o atentado à pessoa, na forma de agressão física e verbal.

TABELA 32 | **DEPOIS DA ENTRADA DAS FORÇAS DE PACIFICAÇÃO, O/A SENHOR/A OU ALGUÉM DO SEU DOMICÍLIO FOI VÍTIMA DE ALGUM TIPO DE VIOLAÇÃO DE DIREITO (POR EXEMPLO: ENTRADA EM DOMICÍLIO SEM AUTORIZAÇÃO OU DANO CORPORAL OU DE PROPRIEDADE) POR PARTE DOS MILITARES?**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 1.000 N= 89.661	n= 291 N= 36.720	n= 421 N= 45.499	n= 288 N= 7.443
NÃO	91,0%	94,3%	87,5%	96,1%
SIM	9,0%	5,7%	12,5%	3,9%
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS PARA UMA CASA DECIMAL.

TABELA 33 | **QUANTAS VEZES FOI VÍTIMA DE ALGUM TIPO DE VIOLAÇÃO?**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 82 N= 8.072	n= 15 N= 2.099	n= 55 N= 5.684	n= 12 N= 289
UMA VEZ	56,6%	42,0%	62,3%	50,9%
DUAS VEZES	25,8%	24,6%	26,2%	26,1%
TRÊS A CINCO VEZES	5,9%	6,7%	5,5%	7,6%
SEIS VEZES OU MAIS	11,4%	26,7%	6,0%	7,7%
NÃO RESPONDEU	0,3%	–	–	7,7%
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS PARA UMA CASA DECIMAL.

TABELA 34 | **O/A SENHOR/A PODE INDICAR O/S TIPO/S DE INCIDENTE? PODE ESCOLHER MAIS DE UMA OPÇÃO**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 82 N= 8.072	n= 15 N= 2.099	n= 55 N= 5.684	n= 12 N= 289
AGRESSÃO FÍSICA	31%	28%	31%	51%
FORMA DE ABORDAGEM	70%	51%	78%	50%
INVASÃO DE DOMICÍLIO	29%	27%	30%	27%
AGRESSÃO VERBAL	46%	45%	48%	26%
DISCRIMINAÇÃO	24%	26%	23%	15%
DANO AOS SEUS BENS MATERIAIS	15%	–	21%	8%
OUTRA	9%	14%	6%	15%

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS.

Segundo estimativa a partir dos resultados da presente pesquisa, apenas 13% dos moradores que se sentiram com direitos violados por integrantes das tropas do Exército fizeram algum tipo de denúncia ou registro (ver Tabela 35) e pouco mais da metade levaram a queixa a órgãos oficiais, notadamente, o próprio Exército — o Comando do Exército, o (vizinho) Centro de Preparação de Oficiais de Reserva, o Batalhão do Exército e a Unidade da Força de Pacificação — e a Delegacia de Polícia (ver Tabela 36).

Esse percentual, embora baixo, é superior ao que tivemos em relação às denúncias de violações de direitos por policiais, que foi de 4,1% (ver Tabela 23). Cabe ressaltar que todos os entrevistados da Área 1 informaram que não fizeram denúncia ou registro.

A maior disposição para denunciar eventuais abusos de membros do Exército pode ser decorrente, de certa maneira, do maior crédito desta Instituição junto aos moradores e a maior crença, talvez, que as Forças Armadas poderiam ter maior interesse em tomar providências para defender os direitos dos moradores. Há outras hipóteses que podem justificar essa diferença, entre elas, um maior grau de tolerância com os atos do Exército, uma sensação mais forte

TABELA 35 | **O/A SENHOR/A OU ALGUÉM DO SEU DOMICÍLIO DENUNCIOU ESTE/S INCIDENTE/S JUNTO A ALGUMA INSTITUIÇÃO?**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 82 N= 8.072	n= 15 N= 2.099	n= 55 N= 5.684	n= 12 N= 289
NÃO	87%	100%	83%	65%
SIM	13%	–	17%	35%
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS.

TABELA 36 | **ONDE A/AS DENÚNCIAS/S FOI/FORAM REGISTRADA/S? PODE ESCOLHER MAIS DE UMA OPÇÃO**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 14 N= 1.071	n= 0 N= 0	n= 10 N= 971	n= 4 N= 100
DELEGACIA	3,9%	–	4,3%	–
EXÉRCITO	52,8%	–	58,2%	–
OUTRA	47,2%	–	41,8%	100,0%
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

de intimidação, a sensação maior de quão inócuo seria denunciar ou a falta de clareza sobre a que autoridade competente se reportar.

O fato é que o instrumento que utilizamos não previu perguntar as razões de fazer ou não o registro, assim como para outros comportamentos indagados na entrevista, pois esta se tornaria exaustiva e prejudicaria a qualidade das respostas em geral. Temos que reconhecer que a ausência de algumas explicações faz parte das características da metodologia de coleta de dados utilizada, portanto, novos estudos são necessários para se chegar a uma conclusão a respeito de determinados resultados.

Uma questão central nessa amostra foi o grau de aprovação da atuação do Exército, conforme demonstrado na Tabela 37. De forma geral, observamos que 4% a avaliam como ótima e menos de 20%, como boa. Com isso, estimamos que apenas 1/4 da população adulta da Maré teve um juízo positivo sobre a ocupação militar. Em outro extremo, 13,9% a consideraram péssima, e 11,9%, ruim, o que, grosso modo, também reflete a opinião de um em cada quatro moradores. Quando desagregamos esses dados pelas três áreas, todavia, o resultado mostra que o impacto da ocupação foi muito diferenciado nos territórios: na Área 3, controlada pela milícia, o grau de satisfação com a ocupação foi muito maior que nas outras áreas. Para mais de 60%, a presença militar foi boa ou ótima e menos de 8% a avaliam como ruim ou péssima. Por sua vez, na Área 2, apenas 13,5% consideraram a ação militar boa ou ótima e 36%, ruim ou péssima. A Área 1 ficou no meio do caminho: 28,7% a avaliam como boa ou ótima, enquanto 16,9% como ruim ou péssima. Coerentemente, esta Área apresentou o mais alto percentual de avaliação regular da ocupação do Exército: 54,4%.

TABELA 37 | **SUA AVALIAÇÃO SOBRE ATUAÇÃO DA FORÇA DE PACIFICAÇÃO NA MARÉ, EM GERAL, É:**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 1.000 N= 89.661	n= 291 N= 36.720	n= 421 N= 45.499	n= 288 N= 7.443
ÓTIMA	4,0%	4,8%	2,4%	9,2%
BOA	19,9%	23,9%	11,1%	53,7%
REGULAR	49,5%	54,4%	49,1%	28,0%
RUIM	11,9%	9,8%	14,9%	4,3%
PÉSSIMA	13,9%	7,1%	21,1%	3,5%
NÃO RESPONDEU	0,9%	–	1,5%	1,2%
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS PARA UMA CASA DECIMAL.

Dois fatores contribuem para explicar discrepância tão expressiva entre as percepções dos entrevistados. O primeiro deles decorre da estratégia diferenciada da milícia na relação com as forças policiais e, no caso, com as Forças de ocupação. Sendo controlada por policiais[32], as milícias nunca foram para o confronto com as forças de Segurança do Estado do Rio. Da mesma forma, nunca foram atacadas. O Exército manteve, aparentemente, a mesma lógica diante desse grupo criminoso. Cabe salientar que a milícia, diferentemente dos traficantes de drogas, extorque os moradores de variadas formas, tanto cobrando mensalidades como um *imposto,* nos casos de venda de imóveis, por exemplo, dentre outras formas de exploração econômica no território. Logo, apesar de se legitimar pelo monopólio da violência e da repressão aos crimes contra o patrimônio e da venda de drogas, sua presença nos territórios que ocupa é dominada pelos interesses econômicos, o que se torna ainda mais perverso, já que estamos nos referindo à população com um dos menores níveis de rendimento médio da cidade do Rio de Janeiro.

O segundo fator, este relacionado à existência de maior rejeição ao Exército na Área 2, deve-se ao fato de as suas comunidades serem dominadas pelo Terceiro Comando. No processo prévio de ação da Polícia Militar, especialmente do BOPE, na Maré, a estratégia foi atacar de forma constante o Comando Vermelho, visto que a polícia acreditava que essa facção pudesse resistir mais à ocupação das Forças Armadas. Desse modo, muitos líderes da facção saíram da favela durante o processo. O mesmo não ocorreu em relação ao Terceiro Comando: tendo sofrido um menor combate das forças policiais, a facção teve seu poder bélico e seus homens mais preservados. A prisão de dois importantes integrantes deste grupo, sem que tivesse havido um prévio processo de diminuição do poder militar da facção, gerou certa desestabilização na região e um processo de constantes conflitos com as Forças do Exército, que culminou na morte de um cabo, na Área 2 em novembro de 2014[33]. Após a morte do militar, a tensão cresceu no processo de ocupação, com os novos

[32] Em 2011, a Delegacia de repressão ao crime organizado prendeu três líderes da milícia da Área 3: um era Sargento da PM; outro, seu filho, Inspetor da Polícia Civil; e o terceiro, um Delegado de Polícia. Mesmo assim, como registra reportagem do *Estadão*, disponível no *link*: **<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,milicianos-continuam-no-controle-de-favelas-da-mare,1147914>**, o grupo criminoso continuava agindo livremente em 2014, pouco antes da entrada das Forças de ocupação e em momento de forte enfrentamento na Área 1, especialmente.

[33] Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/11/morre-cabo-do-exercito-baleado-na-cabeca-em-ataque-na-mare-rio.html>

TABELA 38 | **O/A SENHOR/A JÁ PEDIU AJUDA PARA A FORÇA DE PACIFICAÇÃO?**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 1.000 N= 89.661	n= 291 N= 36.720	n= 421 N= 45.499	n= 288 N= 7.443
NÃO	98,5%	100,0%	97,3%	98,2%
SIM	1,5%	–	2,7%	1,8%
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS PARA UMA CASA DECIMAL.

grupos de militares que chegaram à favela assumindo uma postura mais reativa e agressiva com os moradores. Com isso, o grau de insatisfação dos moradores com a ocupação foi aumentando, conforme sua duração se prolongava. Até porque, gradativamente, o tráfico de drogas voltou a agir normalmente, vendendo drogas nas vielas, com mão de obra majoritariamente formada por adolescentes, e portando armas, embora de menor calibre — pistolas, em geral. Com isso, se evidenciou para os moradores, progressivamente, o fracasso da presença das Forças Armadas e sua incapacidade de alterar a realidade da Segurança pública na Maré.

Na perspectiva de identificar o grau de contato entre os moradores e as Forças de ocupação, foi perguntado aos entrevistados se eles tinham solicitado algum tipo de auxílio aos militares. Como era esperado, dentro do contexto de reconhecimento do poder dos GCAs e considerando a histórica desconfiança dos moradores em relação às Forças de Segurança, os resultados permitem estimar que 98,5% dos moradores não solicitaram qualquer tipo de auxílio (ver Tabela 38).

Um dado mais revelador ainda (embora pouco consistente, dado o pequeno número de entrevistados para os quais a pergunta foi dirigida), de como os moradores têm razão para, infelizmente, não confiar nas Forças de Segurança, se confirma quando, entre os poucos que recorreram ao Exército para algum tipo de auxílio, mais da metade avaliaram a ajuda como péssima ou ruim (ver Tabela 39). De fato, os militares do Exército recebem um tipo de treinamento — que não se diferencia do que ocorre na Polícia Militar — que tende a levá-los a tratar os moradores

TABELA 39 | **COMO AVALIA A AJUDA RECEBIDA PELA FORÇA DE PACIFICAÇÃO?**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 17 N= 1.375	n= 0 N= 0	n= 11 N= 1.239	n= 6 N= 136
ÓTIMA	–	–	–	–
BOA	44,0%	–	43,9%	44,5%
REGULAR	3,2%	–	3,6%	–
RUIM	7,5%	–	4,7%	32,5%
PÉSSIMA	45,4%	–	47,8%	23,0%
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS PARA UMA CASA DECIMAL.

de favelas como seres potencialmente perigosos, que devem ser controlados, a fim de não representarem riscos ou praticarem atos perigosos. Nesse caso, temos a identificação das classes populares como perigosas, como registrado em vários estudos no campo das Ciências Humanas no Brasil.

Os limites assinalados buscaram ser enfrentados, em alguma medida, por alguns comandos das Forças de ocupação. Um bom exemplo dessa tentativa de aproximação com a população local foi por via da distribuição de doces e lanches para as crianças da Maré.

Perguntados sobre essa tentativa de aproximação, 48,3% dos moradores se mostram a favor dessa atitude, a maioria concordando totalmente e os demais, em parte (ver Tabela 40). No outro espectro, 31,9% discordam total ou parcialmente da conduta. Entre 19,2%, o posicionamento é o de que, dependendo da situação, eles poderiam concordar ou não.

Como se vê, apenas 1/3 dos moradores, aproximadamente, discordou da distribuição de doces e lanches para as crianças. O fato evidencia que a população, em sua grande maioria, não tem uma postura, *a priori*, de rejeição às Forças de Segurança, tampouco, ao Exército. Sua rejeição dirige-se a determinadas atitudes praticadas pelos militares, especialmente. A mudança da postura das Forças militares, na perspectiva de

TABELA 40 | **É UMA BOA ATITUDE DA FORÇA DE PACIFICAÇÃO DISTRIBUIR DOCES E LANCHES PARA AS CRIANÇAS?**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 1.000 N= 89.661	n= 291 N= 36.720	n= 421 N= 45.499	n= 288 N= 7.443
CONCORDO TOTALMENTE	34,5%	31,6%	34,4%	48,9%
CONCORDO EM PARTE	13,8%	16,7%	10,6%	18,6%
VARIA/DEPENDE DA SITUAÇÃO	19,2%	18,5%	21,2%	11,0%
DISCORDO EM PARTE	4,5%	4,1%	4,8%	5,4%
DISCORDO TOTALMENTE	27,4%	29,1%	28,0%	15,7%
NÃO RESPONDEU	0,5%	–	1,0%	0,4%
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS PARA UMA CASA DECIMAL.

ter atitudes republicanas, respeitadores dos direitos dos moradores e uma nova atuação, que não tenha a lógica do confronto aberto como eixo, podem melhorar as condições para a presença policial na Maré, assim como gerar melhor receptividade da parte dos moradores.

Na verdade, como revelam outros estudos já feitos na Maré[34], os moradores desenvolvem representações sobre as práticas sociais que se identificam com as afirmadas por moradores de outros territórios da cidade. Isso inclui o reconhecimento do poder do Estado. Desse modo, é possível entender porque, mesmo sendo a Maré um território onde o Estado não tem demonstrado capacidade de regular o espaço público, tarefa que acaba desempenhada pelos GCAs, 48,9% dos entrevistados concordam total ou parcialmente que é necessário pedir autorização ao Exército para realizar uma festa na rua, o que significa reconhecer a legitimidade das Forças de Segurança para regular o espaço público da favela (ver Tabela 41). Por outro lado, 38,8% mostram discordância com relação a essa interferência. Logo, como dissemos, há

[34] SILVA, Eliana Sousa. *Testemunhos da Maré* — tese de Doutorado; PUC/RJ, 2009.

TABELA 41 | **É IMPORTANTE QUE SEJA NECESSÁRIO PEDIR AUTORIZAÇÃO DA FORÇA DE PACIFICAÇÃO PARA ORGANIZAR UMA GRANDE FESTA NA RUA?**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 1.000 N= 89.661	n= 291 N= 36.720	n= 421 N= 45.499	n= 288 N= 7.443
CONCORDO TOTALMENTE	33,0%	34,3%	30,7%	40,7%
CONCORDO EM PARTE	15,9%	18,1%	13,8%	17,9%
VARIA/DEPENDE DA SITUAÇÃO	11,2%	9,3%	12,9%	10,4%
DISCORDO EM PARTE	7,6%	7,6%	7,7%	7,4%
DISCORDO TOTALMENTE	31,2%	30,7%	33,0%	22,1%
NÃO RESPONDEU	1,1%	–	1,9%	1,6%
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

espaço para que os Órgãos do Estado tenham o apoio da população para afirmarem um processo de regulação do espaço público da favela, desde que o façam numa perspectiva republicana e, não, a partir do pressuposto da favela como uma "arena de guerra e de extermínio".

Na perspectiva de apreender a percepção dos moradores sobre a forma de ação das Forças de Segurança, perguntamos aos entrevistados se consideravam importante que os soldados fizessem o patrulhamento nas ruas da Maré, especialmente à noite. Essa questão é importante por esse tipo de ação apresentar um alto risco de confrontos com os integrantes das facções criminosas. Apesar disso, cerca de 2/3 dos moradores se mostram favoráveis, concordando total ou parcialmente com a proposição, enquanto 24,1% discordam (ver Tabela 42) e outros 9,1% acham que depende da situação. O grau de concordância dos moradores com esse tipo de atuação demonstra uma naturalização do modo de as Forças de Segurança agir na favela. Claro que o policiamento ostensivo é um tipo de ação que acontece em toda a cidade, mas ela assume um caráter diferente nas favelas, em particular naquelas que contam com grupos criminosos fortemente armados.

TABELA 42 | **É IMPORTANTE TER O MONITORAMENTO DAS RUAS PELA FORÇA DE PACIFICAÇÃO, ESPECIALMENTE À NOITE?**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 1.000 N= 89.661	n= 291 N= 36.720	n= 421 N= 45.499	n= 288 N= 7.443
CONCORDO TOTALMENTE	51,0%	61,4%	40,1%	65,6%
CONCORDO EM PARTE	14,8%	15,0%	14,7%	14,2%
VARIA/DEPENDE DA SITUAÇÃO	9,1%	7,2%	10,7%	7,8%
DISCORDO EM PARTE	4,6%	4,0%	5,1%	4,3%
DISCORDO TOTALMENTE	19,5%	12,3%	27,4%	6,7%
NÃO RESPONDEU	1,1%	–	2,0%	1,3%
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS PARA UMA CASA DECIMAL.

Atualmente, no Rio de Janeiro, o uso de armas tem sido cada vez mais uma forma de monitorar o território urbano. Esse tipo de estratégia contribui para colocar a vida de mais pessoas em risco. Acima de tudo, um trabalho sistemático de inteligência para retirar de circulação as armas seria fundamental a fim de diminuir os conflitos armados e o número de vítimas. Entre 2011 e 2015, foram mortas no Brasil 278 mil pessoas, a grande maioria por armas de fogo[35]. Criar estratégias que diminuam a letalidade deve ser uma tarefa central das Forças de Segurança e, não, continuar utilizando paradigmas de policiamento que aumentam os riscos de morte. Essa questão deve ser priorizada na agenda da Segurança pública.

Outra questão central no campo da Segurança é a vinculação entre o racismo e a vitimização dos negros, especialmente os jovens residentes nas favelas e periferias. Uma parcela expressiva dos mortos e presos brasileiros tem esse perfil[36], o que

[35] Conforme Relatório anual do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016.

[36] Disponível em:< **http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36461295: a cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil, diz CPI>.**

contribui para explicar o fato de o País ter o maior número de pessoas assassinadas no mundo, embora seja apenas o quinto mais populoso, e isso não ser tratado como uma questão central pelos órgãos do Estado e tampouco mobilizar o quanto deveria a sociedade.

Diante disso, indagamos aos entrevistados se a cor de uma pessoa influenciava a forma como ela era tratada pelas tropas do Exército.

Como se verifica na Tabela 43, um contingente correspondente a 41% discordam total ou parcialmente que a cor de uma pessoa estava influenciando a forma de tratamento e 48,6% concordaram com a proposição. Outros 10,1% acham que depende da situação, o que pode estar refletindo a opinião de que a cor da pele até influencia, mas existem outras variáveis que também pesam, tais como a postura da pessoa, vestimentas etc.

A radical divisão entre os que concordam e os que discordam da relação entre cor da pele e abordagem policial pode ilustrar a principal característica do racismo no Brasil, historicamente, negado como uma prática social disseminada,

TABELA 43 | **A COR DE UMA PESSOA INFLUENCIA NA FORMA COMO ELA É TRATADA PELA FORÇA DE PACIFICAÇÃO NA MARÉ?**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 1.000 N= 89.661	n= 291 N= 36.720	n= 421 N= 45.499	n= 288 N= 7.443
CONCORDO TOTALMENTE	38,6%	35,1%	44,5%	19,9%
CONCORDO EM PARTE	10,0%	9,9%	9,6%	12,7%
VARIA/DEPENDE DA SITUAÇÃO	10,1%	8,7%	11,2%	10,0%
DISCORDO EM PARTE	5,9%	5,8%	4,5%	14,1%
DISCORDO TOTALMENTE	35,1%	40,4%	29,5%	42,8%
NÃO RESPONDEU	0,5%	–	0,8%	0,6%
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS PARA UMA CASA DECIMAL.

prevalecendo o entendimento de que as discriminações e problemas sociais são derivados da condição econômica do indivíduo. Apesar de muitos indicadores sociais e econômicos, tais como o de letalidade, escolaridade, percentual de presos, órfãos, moradores de rua e renda, entre outros, apontarem uma evidente associação entre o racismo, inclusive institucional, e as condições socioeconômicas dos negros, as representações majoritárias são as de que não há uma prática estrutural que explique aqueles indicadores, mas que eles seriam decorrentes das ações (ou falta de iniciativas) dos indivíduos.

Todavia, vale ressaltar que há grande possibilidade de ter ocorrido um viés acentuado em decorrência da má formulação e, consequentemente, compreensão do enunciado. Os quesitos anteriores apresentavam proposições em que concordar ou discordar da sentença coincidia, respectivamente, com um posicionamento favorável ou desfavorável frente à situação. Concordar era o mesmo que ser favorável e discordar era o mesmo que ser contrário. Neste, porém, seria necessário distinguir bem o ato de concordar que o fato existe do ato de concordar com sua prática, isto é, ser favorável a ela. O entrevistado podia concordar que a prática existe, mas discordar da reprodução da mesma. Então, vários responderam tendo em vista a veracidade da frase, mas, outros, podem ter expressado na resposta, simplesmente, um posicionamento contrário a esse tipo de discriminação. Assim, é possível que um entrevistado contrário ao racismo tenha respondido que discorda totalmente da proposição, quando, na verdade e por analogia, concorde que a mesma foi reproduzida na atuação dos militares. Diante disso, devemos admitir que o resultado desse quesito ficou comprometido, em razão da dúvida.

A ocupação militar teve, dentre outros, um imenso custo econômico: de acordo com dados do Diário Oficial, foram de R$1,7 milhão por dia, R$ 51 milhões por mês, podendo ter chegado a mais de R$ 700 milhões durante seus 14 meses de duração[37]. Logo, é decepcionante que apenas 1/4 (25,7%) dos entrevistados concordem plenamente que a operação foi positiva (ver Tabela 44). Mesmo somando com aqueles que concordam parcialmente, pouco menos da metade (47,2%) a consideraram positiva. Aqueles que discordam total ou parcialmente do caráter positivo da ocupação militar soma 39,4%.

E, desagregando os dados, se evidencia que na Área 2, onde reside o maior contingente populacional entre as áreas que estabelecemos, menos

[37] Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/presenca-de-militares-na-mare-custa-17-milhao-por-dia-12601748>

TABELA 44 | **A ATUAÇÃO DA FORÇA DE PACIFICAÇÃO NA MARÉ É POSITIVA E NÃO DEVE MUDAR?**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 1.000 N= 89.661	n= 291 N= 36.720	n= 421 N= 45.499	n= 288 N= 7.443
CONCORDO TOTALMENTE	25,7%	31,7%	16,6%	51,2%
CONCORDO EM PARTE	21,5%	22,6%	20,3%	23,5%
VARIA/DEPENDE DA SITUAÇÃO	11,8%	15,5%	9,1%	10,7%
DISCORDO EM PARTE	13,5%	14,6%	13,4%	8,3%
DISCORDO TOTALMENTE	25,9%	14,9%	38,3%	4,8%
NÃO RESPONDEU	1,6%	0,7%	2,3%	1,5%
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS PARA UMA CASA DECIMAL.

de 40% a avaliaram como positiva, enquanto mais de 50% se mostraram contrários, total ou parcialmente. Considerando-se que os recursos públicos são escassos e devem, por isso, ser usados de forma rigorosa e racional, com vistas a beneficiar, de maneira duradoura, o maior número possível de cidadãos e, em particular, aqueles que mais necessitam do suporte do Estado, não podemos deixar de questionar a utilização de recursos econômicos de tão alto valor sem que a população beneficiária se sinta contemplada com os resultados pretendidos. Falaremos mais sobre isso na conclusão deste Relatório.

Algumas razões podem explicar porque grande parte da população da Maré não reconhece, de forma positiva, a ocupação das Forças Armadas. Sabemos, por exemplo, que a população se sente, em geral, desrespeitada pela ação policial no território. Logo, era necessário que a intervenção das tropas militares fosse reconhecida de forma distinta nesse campo.

Em termos numéricos, tivemos uma resposta positiva: 58,3% concordam, total ou parcialmente, que os militares tenham respeitado os direitos dos moradores (ver Tabela 45). Todavia, 25% discordam e 15,3% acham que dependia da situação — sabendo-se

TABELA 45 | **A ATUAÇÃO DA FORÇA DE PACIFICAÇÃO NA MARÉ, EM GERAL, RESPEITA OS DIREITOS DOS MORADORES?**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 1.000 N= 89.661	n= 291 N= 36.720	n= 421 N= 45.499	n= 288 N= 7.443
CONCORDO TOTALMENTE	33,2%	41,3%	21,4%	65,4%
CONCORDO EM PARTE	25,1%	27,4%	24,3%	19,0%
VARIA/DEPENDE DA SITUAÇÃO	15,3%	15,4%	16,6%	6,9%
DISCORDO EM PARTE	9,1%	6,5%	12,1%	3,0%
DISCORDO TOTALMENTE	15,9%	9,4%	23,1%	4,4%
NÃO RESPONDEU	1,3%	–	2,4%	1,2%
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS PARA UMA CASA DECIMAL.

que, na Área 2, a reação negativa está acima da média da Maré.

Sentir-se respeitado por servidores do Estado é um direito básico do cidadão. Assim, uma reflexão maior sobre esses resultados nos desperta para o fato de ser inaceitável que apenas três em cada cinco moradores da Maré digam que se sentem respeitados pelas Forças do Exército. Os soldados representam o Estado brasileiro, de forma material. Os moradores entendem que eles têm uma missão a cumprir e muitas respostas sinalizam essa concepção. Logo, não existe uma postura de resistência da população ao trabalho realizado pelas tropas. A questão fundamental é por que isso não pode ser feito de um modo em que as pessoas, em sua quase totalidade, não se sintam atingidas em seus direitos individuais em decorrência da respectiva ação? Como temos reiterado, o fato de morar numa favela não pode ser motivo para a perda de direitos. Cabe às Forças de Segurança construir, visto que negligenciaram a instalação e a soberania dos GCAs em tantos territórios populares, estratégias nas quais se reconheçam os direitos fundamentais dos moradores. Esse é o desafio colocado. E os indicadores sobre a postura policial e a forma como tratam

os moradores são centrais para percebermos a vinculação entre ações no campo da Segurança e respeito ao Estado democrático de direito.

Sobre haver diferenças entre a forma de atuação do Exército e a da Polícia Militar, 74,9% concordam totalmente ou em parte (ver Tabela 46). Apenas 15,5% discordam e 8,5% têm a percepção de que havia distinção conforme a situação, ou seja, não em todos os aspectos.

A distinção entre as ações do Exército e as da Polícia não parece diretamente relacionada à percepção sobre o grau de honestidade dos integrantes dessas duas corporações, afinal, segundo os resultados da pesquisa, pouco mais da metade dos moradores — 54,9% — consideram que os militares do Exército são mais honestos, ao passo que 22,1% discordam desse juízo e 21,5% pensam que varia conforme a situação (ver Tabela 47). Vale lembrar que considerar os militares do Exército mais honestos sempre ou em algumas situações não quer dizer que os entrevistados achem que os policiais sejam mais honestos, pois sabemos, por pesquisas anteriores, já sinalizadas nesta publicação, que a maior parte da

TABELA 46 | **A FORÇA DE PACIFICAÇÃO ATUA DE FORMA DIFERENTE DA POLÍCIA NA MARÉ?**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 1.000 N= 89.661	n= 291 N= 36.720	n= 421 N= 45.499	n= 288 N= 7.443
CONCORDO TOTALMENTE	59,7%	60,3%	60,2%	53,0%
CONCORDO EM PARTE	15,2%	18,2%	12,6%	16,4%
VARIA/DEPENDE DA SITUAÇÃO	8,5%	9,0%	7,4%	12,6%
DISCORDO EM PARTE	5,3%	3,7%	6,8%	4,3%
DISCORDO TOTALMENTE	10,2%	8,9%	11,0%	11,1%
NÃO RESPONDEU	1,2%	–	2,0%	2,6%
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS PARA UMA CASA DECIMAL.

TABELA 47 | **OS MILITARES SÃO MAIS HONESTOS DO QUE OS POLICIAIS?**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 1.000 N= 89.661	n= 291 N= 36.720	n= 421 N= 45.499	n= 288 N= 7.443
CONCORDO TOTALMENTE	38,6%	44,8%	32,8%	43,9%
CONCORDO EM PARTE	16,3%	16,2%	16,4%	17,0%
VARIA/DEPENDE DA SITUAÇÃO	21,5%	20,9%	21,4%	25,2%
DISCORDO EM PARTE	6,5%	4,1%	8,6%	4,8%
DISCORDO TOTALMENTE	15,6%	14,0%	18,2%	7,9%
NÃO RESPONDEU	1,4%	–	2,7%	1,1%
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS PARA UMA CASA DECIMAL.

população da Maré e do conjunto da cidade não atribui essa virtude à corporação policial.

Chama-nos a atenção o fato de que um em cada cinco moradores acha que a honestidade dos membros do Exército depende da situação. Nesse caso, esses entrevistados admitem, aparentemente, que a honestidade dos militares do Exército não é um princípio moral que caracterize a ação do indivíduo em todas as ocasiões, mas que ora se manifesta ora não. Algo do tipo "*a ocasião pode fazer o ladrão*". De qualquer forma, o fato de mais de 40% dos moradores da Maré não confiarem na honestidade plena dos membros do Exército mostra a fragilidade institucional e a falta de confiança da população da favela nas Forças de Segurança.

O fato de o Brasil ser o País com o maior número de assassinatos no mundo não é obra do acaso. Como já sinalizamos, a banalização da violência decorre da desvalorização do próprio direito à vida por parte de uma grande parcela da população. Pesquisa encomendada, em 2016, pelo Fórum Nacional de Segurança Pública atesta, de forma dolorosa, que metade da população brasileira concorda com a ideia de que "bandido

bom é bandido morto"—máxima dos grupos que lutam contra o reconhecimento do direito à vida para todos os cidadãos, entre eles, os que cometem crimes [38].

Assim, considerando-se o que seria o quadro nacional, chega a ser alentador que quase 70% dos moradores de uma favela onde são obrigados a lidar no cotidiano com integrantes de GCAs, discordem totalmente da ideia de que as tropas do Exército deveriam matar integrantes das facções criminosas, mesmo quando tivessem a possibilidade de prendê-los (ver Tabela 48). Bem abaixo da pesquisa nacional, apenas 7,7% concordam plenamente com o enunciado, enquanto 4,9% concordam em parte. Curiosamente, o percentual daqueles que não opinaram atingiu 2,9%, ainda baixo, porém, acima do percentual de não respondentes na grande maioria dos quesitos dessa pesquisa.

De qualquer forma, não diminuiremos a violência letal no Brasil enquanto não superarmos o imaginário de grande parte da população, que

[38] Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/10/1690176-metade-do-pais-acha-que-bandido-bom-e-bandido-morto-aponta-pesquisa.shtml>

TABELA 48 | **A FORÇA DE PACIFICAÇÃO DEVE MATAR ALGUNS INTEGRANTES DAS FACÇÕES MESMO QUE TENHAM A POSSIBILIDADE DE PRENDÊ-LOS**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 1.000 N= 89.661	n= 291 N= 36.720	n= 421 N= 45.499	n= 288 N= 7.443
CONCORDO TOTALMENTE	7,7%	5,9%	8,7%	9,8%
CONCORDO EM PARTE	4,9%	7,3%	2,6%	6,2%
VARIA/DEPENDE DA SITUAÇÃO	8,9%	7,0%	10,1%	10,7%
DISCORDO EM PARTE	5,9%	6,5%	4,8%	9,7%
DISCORDO TOTALMENTE	69,8%	72,8%	68,6%	61,8%
NÃO RESPONDEU	2,9%	0,4%	5,2%	1,9%
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS PARA UMA CASA DECIMAL.

considera que os direitos, inclusive o maior deles, o direito à vida, pode ser garantido de forma diferenciada, de acordo com o comportamento dos indivíduos. Essa representação apenas contribui para ampliar as formas de violência presentes no País e aumentam o sentimento de distanciamento das pessoas que cometem crimes em relação às instituições cidadãs. As pessoas que cometem crimes, mesmo na Maré, não podem ser *monstrualizadas*, processo mental no qual se desumaniza um ser e, desse modo, criam-se as condições subjetivas para que ele seja eliminado do convívio humano.

Na mesma direção do reconhecimento de seus direitos, a indagação se as forças de ocupação deveriam utilizar todos os meios para enfrentar o tráfico de drogas, mesmo que os moradores sofressem algum risco, apontou que 73,2% dos moradores discordam total ou parcialmente dessa possibilidade (ver Tabela 49). Mesmo assim, não deixa de ser preocupante que 24,6% concordem ou admitam ocasionalmente essa possibilidade. Significa que ainda temos um longo caminho para que as pessoas entendam que o objetivo fundamental da Segurança pública deve ser o de proteger as pessoas e não

TABELA 49 | **A FORÇA DE PACIFICAÇÃO DEVE USAR TODOS OS MEIOS PARA ENFRENTAR O TRÁFICO DE DROGAS, MESMO QUE OS MORADORES SOFRAM ALGUM RISCO**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 1.000 N= 89.661	n= 291 N= 36.720	n= 421 N= 45.499	n= 288 N= 7.443
CONCORDO TOTALMENTE	11,6%	13,9%	9,5%	14,0%
CONCORDO EM PARTE	7,9%	9,6%	6,6%	8,0%
VARIA/DEPENDE DA SITUAÇÃO	5,1%	4,2%	5,1%	9,7%
DISCORDO EM PARTE	6,6%	7,3%	5,7%	8,8%
DISCORDO TOTALMENTE	66,6%	65,1%	69,3%	58,1%
NÃO RESPONDEU	2,1%	–	3,8%	1,4%
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS PARA UMA CASA DECIMAL.

secundarizar esse dever, priorizando o combate a um tipo de ação ilegal, o comércio de drogas, que, eventualmente, pode deixar de ser considerado crime por uma decisão do Poder Legislativo.

Não temos condições nesse relatório de fazer uma discussão sobre o caráter e a definição de crime, mas cabe reconhecer que as interpretações do que seria crime ou não, são frutos de disputas entre concepções de mundo e não se relacionam com o fenômeno da violência. Assim, durante muito tempo no Brasil e em outros países, a tese do crime de legítima defesa da honra serviu como argumento para absolver homens que matavam suas mulheres ou outros homens em função, por exemplo, do adultério. Atualmente, isso não é mais admitido à luz das leis brasileiras, pois perdeu legitimidade no mundo social. Da mesma forma, é crescente o número de países que descriminalizam o consumo e/ou a produção de drogas para uso pessoal e regulamentam o comércio. Mas, como a maior parte da sociedade entende que essas medidas seriam maléficas, apesar do evidente fracasso para impedir o acesso às drogas por parte de quem deseje usá-la, a proibição legal ainda continua vigente.

TABELA 50 | **É IMPORTANTE E NECESSÁRIO QUE A FORÇA DE PACIFICAÇÃO CONTINUE ATUANDO DENTRO DE FAVELAS**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 1.000 N= 89.661	n= 291 N= 36.720	n= 421 N= 45.499	n= 288 N= 7.443
CONCORDO TOTALMENTE	40,7%	50,8%	29,3%	61,3%
CONCORDO EM PARTE	17,8%	20,0%	16,0%	17,4%
VARIA/DEPENDE DA SITUAÇÃO	13,2%	13,2%	13,8%	9,9%
DISCORDO EM PARTE	4,9%	3,1%	6,4%	4,1%
DISCORDO TOTALMENTE	22,5%	12,9%	32,8%	6,6%
NÃO RESPONDEU	0,9%	–	1,7%	0,7%
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS PARA UMA CASA DECIMAL.

A Tabela 50, bem como a seguinte, que concluem a apresentação dos resultados, demonstram que apesar dos problemas ocorridos durante o processo de ocupação, a intervenção do Exército nas favelas conta com um apoio majoritário da população. Praticamente seis em cada dez moradores (58,5%) acham necessário que a Força de Pacificação continue atuando dentro de favelas e 13,2% consideram que esse processo de intervenção deve depender da situação. Discordando dessa proposição, total ou parcialmente, são menos de 30%.

Um aspecto que não pode deixar de ser observado, pois subsidia uma crítica fundamental ao modelo de atuação adotado, é que a defesa da presença do Exército nas favelas na Área 3, controlada pela milícia, e na Área 1, pelo Comando Vermelho, é bem mais ampla do que na Área 2, dominada pelo Terceiro Comando. Nesta área, a mais afetada pelos confrontos armados entre os soldados e a facção que controla o território, a proporção daqueles que concordam com a continuidade da Força de Pacificação é bem menor que nas demais, não alcançando sequer 1/3 dos moradores, segundo os resultados da presente pesquisa. Logo, fica evidente, que a forma como as Forças Armadas agem é que define a maior ou menor aprovação do uso dessa estratégia no campo da Segurança pública.

Por fim, a Tabela 51 apresenta dados reveladores do sentimento da maior parte da população em relação ao Estado: no período de permanência das tropas do Exército, havia muita expectativa sobre a chegada da Unidade Policial Pacificadora na Maré. Perguntamos, então, se os entrevistados acreditavam que haveria mais segurança para a Maré com tal iniciativa. Quase 60% discordavam total ou parcialmente, segundo estimativa a partir das respostas dos entrevistados. Na Área 2, o percentual chega a quase 72%. Com outro ponto de vista, 21,7% concordaram com a questão. Um dado relevante é o fato de 18,9% entenderem que a melhoria da Segurança pode variar conforme a situação, o que pode ser interpretado como a convicção de que não dependeria apenas da chegada do programa de policiamento, mas da forma como ele funcionaria. Entretanto, como já registramos, depois de inúmeros adiamentos, a Secretaria de Estado de Segurança sepultou, em março de 2016, qualquer expectativa de que a UPP fosse instalada na Maré [39].

[39] Disponível em:< http://veja.abril.com.br/brasil/beltrame-anuncia-que-nao-fara-upp-na-mare/>

FOTO: DIEGO JESUS / ECOM

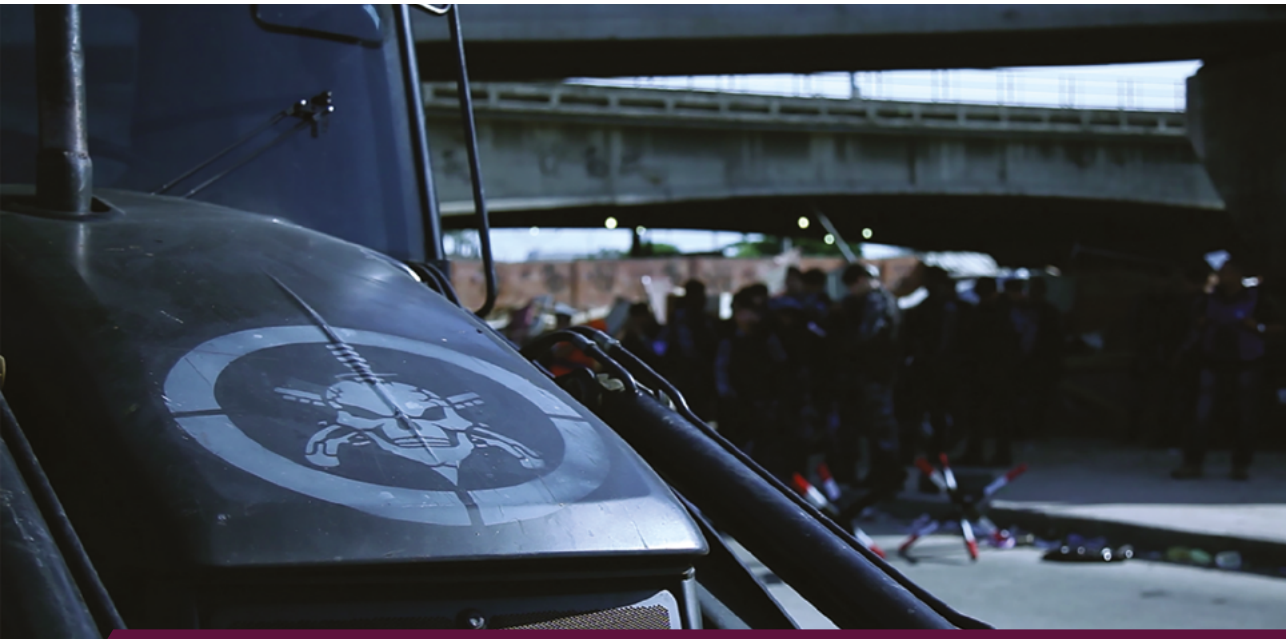


TABELA 51 | **QUANDO A FORÇA DE PACIFICAÇÃO SAIR, A CHEGADA DA UPP TRARÁ MAIS SEGURANÇA PARA A MARÉ**

	BAIRRO MARÉ	ÁREA 1	ÁREA 2	ÁREA 3
	n= 1.000 N= 89.661	n= 291 N= 36.720	n= 421 N= 45.499	n= 288 N= 7.443
CONCORDO TOTALMENTE	10,8%	14,6%	5,9%	22,4%
CONCORDO EM PARTE	10,9%	12,6%	7,5%	23,8%
VARIA/DEPENDE DA SITUAÇÃO	18,9%	23,9%	13,6%	26,5%
DISCORDO EM PARTE	8,8%	7,1%	10,0%	9,4%
DISCORDO TOTALMENTE	49,9%	41,8%	61,8%	17,2%
NÃO RESPONDEU	0,6%	–	1,1%	0,7%
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

FONTE: PESQUISA PERCEPÇÃO DE MORADORES SOBRE A OCUPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA MARÉ. DADOS PRIMÁRIOS: 2014/2015.

NOTA: OS TOTAIS EVENTUALMENTE DIFERENTES DE 100% SE DEVEM AOS ARREDONDAMENTOS DAS PARCELAS PARA UMA CASA DECIMAL.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

UMA PERGUNTA FUNDAMENTAL SURGIU PARA A NOSSA EQUIPE DE PESQUISA DEPOIS DA ANÁLISE DOS DADOS e de outros aspectos atinentes à experiência de ocupação da Maré pelo Exército por 14 meses: a ação teve impacto para melhorar as condições de oferta de Segurança pública para os moradores da Maré? Afirmamos que não.

Considerando-se o enorme custo econômico da operação, o impacto da criação de um literal *front de guerra* na Maré e, por fim, mas não menos importante, a falta de resultados sobre o controle armado do território da Maré pelos GCAs locais, pois eles passaram a utilizar armamentos ainda mais pesados, se tornaram mais rigorosos no controle do direito de ir e vir, e empregam mais adolescentes e crianças que antes daquela experiência, a ocupação militar na Maré pode ser avaliada como um equívoco e um fracasso.

Pode-se considerar até que as Forças Armadas obtiveram resultados naquilo que muitos denunciavam como sua verdadeira intenção: controlar o território durante a realização da Copa do Mundo. Seguramente, essa pode ter sido a razão central para a ocupação. O que não é pertinente é fazer uma ligação entre a eventual iniciativa das facções criminosas que colocassem em risco o evento, de alguma forma, e a intervenção do Exército na Maré. A melhor comprovação disso é que a ocupação militar não ocorreu durante os Jogos Olímpicos, que foram realizados exclusivamente no Rio de Janeiro, com um número muito maior de pessoas — tanto de atletas como de público — e não houve qualquer tipo de problema no campo da Segurança para o evento.

Não há solução fácil, simples, imediata ou de baixo custo para a garantia do direito à Segurança pública nas favelas e nos outros territórios de periferias dominados por Grupos Criminosos Armados. A ocupação da Maré foi cara, porém, simplista e de curto prazo. Nessas condições, ela

“Não há solução fácil, simples, imediata ou de baixo custo para a garantia do direito à Segurança pública nas favelas e nos outros territórios de periferias dominados por Grupos Criminosos Armados”

FOTO: DIEGO JESUS / ECOM

não tinha nenhuma chance de ser sustentável. Da mesma forma, a experiência das UPPs, com mais investimentos, apoio popular e mais duradoura, perdeu sua força inicial por não trabalhar com a ideia de que a questão da Segurança pública nas favelas é complexa. Ela demanda, necessariamente:

I. a participação da população local na construção de formas inovadoras de regulação do espaço público;

II. o aumento de investimentos em políticas sociais e na estrutura econômica, o que exige maior presença estatal e de empresas; e

III. um plano de desenvolvimento global, de longo prazo e integrado, com um fórum institucional com poder de construir tal iniciativa, avaliá-la e propor retificações de rumo, se for o caso. Articulado a esse conjunto de ações, há a necessidade de reconhecer os GCAs como forças efetivas no território, o que exige a construção de ações e estratégias que não podem passar apenas pelo confronto armado. Em outra escala, exige que a luta pela descriminalização das drogas atinja um novo patamar, o que passa por construir um plano de comunicação que amplie o apoio social à mudança da legislação nesse tema, no Brasil.

O caminho é longo, complexo e difícil. O que não podemos é jamais desistir dele, pois essa é a única opção que não temos, se quisermos uma cidade mais justa, mais humana e digna para todos os seus habitantes, sem exceção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SILVA, Eliana Sousa. *Testemunhos da Maré*. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

REDES DA MARÉ; OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. *Censo Maré 2016*. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

MANOELA SILVA

MEU NOME É MANOELA SILVA, TENHO 29 ANOS, MORO NA MARÉ HÁ DEZ ANOS, NA VILA DO PINHEIRO. Tenho uma filha de oito anos. Vim pra cá porque me casei com uma pessoa daqui. Antes eu morava na Baixada Fluminense. A minha mãe e o Felipe vieram depois de um tempinho. Eles vieram também por problemas financeiros e ficaram dois anos. Depois da situação, minha mãe foi embora.

Depois que teve a última guerra aqui, se não me engano em 2010, senti a diferença de ter mudado da Baixada pra Maré. Tem um tempinho, mas foi uma violência braba aqui. Uma "sangraria" danada. Terrível! Mas tem bastante diferença desses tempos pra cá. Agora mudou pra pior. Porque antes era ADA, né? Era mais arrumadinho. Agora tá tudo uma bagunça, tudo sujo, *os polícia* vêm, *dá* tiro e vão embora. Uma *cachorrada* que só.

Quando a polícia entra, a gente fica apreensiva, as crianças não têm aula, não podem ir a lugar nenhum. Eles xingam a gente, chamam de piranha, vagabunda. Não dá pra ficar no meio da rua. E é muito ruim, porque eles entram na casa dos moradores aqui. Se a porta não tiver aberta, eles *abre* com a chavezinha deles. É muito ruim. Muito invasivo isso.

Quanto ao Exército, a princípio a gente achava que ia ficar tudo bem com a entrada deles, né? Mas não ficou nada bem. Porque eles vieram pra fazer besteira. Mataram um monte de gente. Agrediram pessoas. Quando eles não matam, eles batem. Muito. Teve um filho de uma conhecida do meu esposo que ficou até surdo. Eles deram tanto no ouvido do rapaz que ele ficou surdo. Foi horrível. Isso fora o abuso deles xingando as pessoas. Não foi nada bom, nada bom.

A gente achava que os meninos iam se acalmar ou até, de repente, que um pouco dessa violência ia acabar. Porque mesmo eles vendendo drogas é violento pra gente. Nós temos filhos e a gente espera um crescimento melhor pra eles. Não é porque a gente mora em comunidade que tem de conviver com isso, né? Então, quando o Exército entrou, a gente achou que ia ficar tudo bem; não vai ter tiroteio, vai ficar tudo bem. Mas não foi nada disso, nada disso.

O que mais me marcou da presença do Exército foi o caso do Victor. O Victor ia lá em casa, cara. Sentava e ficava jogando *videogame* com meu marido. Quando soubemos que era o Victor, o Vitinho, ficamos arrasados. Todo mundo da minha família, até quem não o conhecia. Ele era super do bem. E depois teve o meu irmão... Aí já foi outra história.

A gente ficava o tempo todo apreensivo, porque saía na rua e não sabia se *tava* tudo bem. Chegava lá na frente e eles passavam com os carros deles, jogando poeira em cima de morador. E depois voltavam e ficavam dando tiros.

> “Entraram na casa da minha mãe e reviraram tudo (...) Quando meu marido estava vindo do trabalho, o Exército ***parou ele***, e disseram que ele estava com flagrante. Meu sogro também, até xingaram ele. Então era assim, um absurdo atrás do outro”

Entraram na casa da minha mãe e reviraram tudo. Isso antes do meu irmão falecer. Horrível! Horrível! Quando meu marido estava vindo do trabalho, o Exército *parou ele*, e disseram que ele estava com flagrante. Nada a ver. Meu sogro também, até xingaram ele. Então era assim, um absurdo atrás do outro. Muito abuso. Eles olhavam para os moradores com cara feia e todo mundo ficava apavorado, aquela coisa, era horrível.

O meu irmão morava no Jacarezinho, com o pai. O pai dele e minha mãe viviam em conflito. Depois que ele passou um processo com o pai, veio morar com a minha mãe e ficou aqui. Morou dois anos. Nesses dois anos, o Felipe, em relação à minha mãe, aprontou o que quis e o que não quis. Não respeitava. Abusado. Até achar que tinha que ir e viver na boca.

A minha mãe tentava ajudar com as forças dela. O pai dele é conselheiro tutelar. Ela tentava conversar com ele, mas o pai nada, também. Muito complicado essa fase rebelde da adolescência.

Teve um tempo que ele saiu de casa, foi morar sozinho e depois voltou. Tudo aqui, em dois anos. Depois ele se envolveu e ficou três meses. Nesses três meses, ele fez de tudo. Foi preso, ficou lá na boca e morreu. A vida do meu irmão foi rápida, né?

Ele viveu tudo e mais um pouco, muito rápido. Parecia que Deus tinha um plano pra ele do tipo: “você só vai viver até os dezessete, porque tu tens um negócio lá em cima”.

Em outubro de 2014 ele foi pego pela primeira vez. O Exército levou. Aí, eles não agrediram, só levaram pro DEGASE. Ele ficou uma semana, e nessa semana a moça ficou conversando com ele, tentando fazer com que ele se associasse com pessoas normais, né? (risos). Quando voltou, ele foi pro curso, e do curso minha mãe colocou ele na escola, só que ele não foi. Pro curso ele foi alguns dias. Foi quando ele voltou e faleceu. Ele morreu no dia 3 de novembro de 2014, às 9h03min da manhã.

Ele tinha de ter ido estudar, só que ele não foi. Tinha de tá fazendo um curso ou trabalhando, fazendo alguma coisa que prendesse a atenção dele pra que não voltasse ou pra que não tivesse outra passagem. Mas isso não aconteceu, não deu tempo. E ele não se deu essa oportunidade.

Eu tava trabalhando e vim aqui pra Vila do João. A moça falou que ele foi morto em cima da laje, que ele correu um pouco e que tava respirando ainda, se *debatenu.* Aí eles colocaram o corpo enrolado em um tapete, desceram com ele e levaram pra UPA.

Quando chegou na UPA, a assistente social falou que eles só deixaram ele lá e fizeram um *autozinho,* dizendo que ele tinha 35 anos, que estavam trocando tiro e é, foi isso. Só que nada a ver, tudo ao contrário.

Ele foi tirado da laje ainda com vida. Tomou um tiro no coração. Acho que foi até acabar o fôlego de vida. Ele ainda se debatia muito. Quando chegou na UPA, já chegou morto. Eu não acho que foi um lance deles de botarem no camburão e "pô, vou matar". Não fizeram nada, como tampar a respiração, nada do tipo. Ele já tava praticamente morto. Acho que o coração é uma coisa de segundos, né? Ele deu entrada na UPA morto.

A gente foi pra delegacia, e eu dei entrada. Fui lá pra ver como tava a situação dele. Quando eu cheguei lá, eles falaram pra mim que ele tinha uma passagem. Depois disso a gente foi tentar correr atrás. Depois de uma semana, quando a gente falou com o advogado particular, ele disse que não adiantava nada. Disse pra gente não colocar na Justiça, porque a gente estaria entrando com um processo contra a Dilma. Não adiantaria nada, porque o Exército é a Dilma. Ele falou que a gente ia gastar um dinheiro e não ia resolver nada.

Aí nos fomos na... Como é o nome? Na base do Exército que tem aqui na Maré, pra saber e ver como é que *tava* ficando o processo e tudo o mais, disseram que *tava* arquivado e que não iam movimentar mais nada contra a situação. A gente voltou pra delegacia e eles falaram que não tinham como fazer nada e que só um advogado poderia desarquivar a situação.

Só que pra dar entrada, o cara pediu 10 mil reais. Minha mãe ficou meio murcha, né? "Eu não tenho esse dinheiro", ela me disse. De onde íamos tirar 10 mil pra dar entrada?

O pai dele é conselheiro tutelar e não quis saber bulhufas da situação. Então, a gente não tinha recurso nenhum. Foi quando a Irone apareceu com essa proposta pra gente, de ir procurar vocês. Minha mãe ficou "meio assim". Ela foi até num lugar com Irone pra dar entrevista, mas acho que se assustou. Quando ela chegou lá, pensou: "*caraca,* tem tanta gente com os filhos vivos, desaparecidos, precisam até muito mais que eu, porque o meu já foi, já descansou."

Cada um reage de uma forma. Eu, como irmã, praticamente criei o Felipe pra minha mãe trabalhar. Eu acho que foi muito chato o que eles fizeram. Por mais errado, por mais inconveniente a situação, eles não deveriam matar. Até porque ele já tinha um histórico no DEGASE, era só

levar pra lá. Tá fazendo besteira e tal fica aqui. Não, eles foram matar! Eles deram pra matar, porque ele tava de costas e eles miraram no coração! É pra matar! Eles não deram nem tempo. Eu achei que minha mãe poderia... [suspiro profundo]. Mas não, ela não chorou, tadinha! Ela não chorou. E eu acho importante isso.

Ele faz aniversário agora dia 13. Faria 20 anos. Todo dia 3 de novembro e dia 13 de janeiro pra minha mãe acabou. Inclusive, eu vou até pra lá, porque eu sei que é uma bosta pra ela. Eu tô aí, não sei como vai continuar a situação, mas eu vou.

Depois que o Exército foi embora tudo voltou ao que era antes. Os caras *tão* aí armados, a droga continua rolando solta com a bandidagem. Os polícias não vêm, porque eles pagam *arrego*, né? Mas continua tudo a mesma coisa, minha filha!

Eles não estão invadindo como era antes da passagem do Exército. Antes eles entravam aqui direto, davam tiros à beça. O BOPE vinha pra cá direto, direto. E eu, pelo menos, não tenho visto mais isso depois que o Exército foi embora. Mas acho até que é por conta do aumento do dinheiro que eles pagam. Mas assim... Tudo a mesma coisa.

Não sei se tenho expectativa de mudança. Não sei, cara. É muito vago isso. Até porque os próprios moradores não ajudam. Sinceridade ó, tipo assim, eu estou aqui dando a entrevista, né? Eu não quero me expor, quantos não se expõem? Acho que se todo mundo colocasse a cara de uma vez só, talvez fosse um pouco melhor. Que nem tem o Maré Vive, né?

As pessoas falam muito. Falam o que pensam sobre a comunidade, mas nunca é a real. Acho que daqui pra frente vai ser a mesma coisa se ninguém olhar, se os moradores não *se juntar* e se a própria comunidade não sair dessa de pedir permissão pra falar. Quase ninguém sabe que vocês *tão* com essa proposta de ajudar.

A Irone *tava* falando que tem um conhecido dela que perdeu, acho que o braço, e ele não quer falar. Ele não quer correr atrás. Então assim, enquanto tiver essa coisa na gente, não muda. A Irone ficou divulgando que nem uma doida. A gente *via ela* passando aqui, não comia, não bebia, vivia cansada. Ela foi pro Wagner Montes, e o que o Wagner Montes fez? *Cagô!*

O Estado tá dando o que é de direito dele? E quantos anônimos estão aí, hoje, numa cadeira de rodas por eventos como o BOPE dando tiro ou algum outro tipo de polícia dando tiro? Não morreram, mas estão em cima de uma cama, entrevados. Ou até outros que estavam na janela, como tem a menina que faleceu, né? Quantos tomaram tiro na janela e tão aí vegetando em cima da cama? Enquanto um, dois ou três *falar,* a Maré não muda, continua isso aí. É uma constância toda vez.

MEU NOME É VITOR SANTIAGO BORGES, TENHO 31 ANOS. Nasci na Vila dos Pinheiros, na Maré. Aqui na Vila vivi a melhor infância possível. A gente podia brincar de fazer *tou*r pela rua, corria de um lado e prá outro. Juntava todo mundo na rua, ficava até tarde, conversando, sem tiroteio, sem bagunça, sem ameaça. Até ônibus rodava aqui dentro! Minha infância foi boa, foi normal, fiz tudo o que uma criança faz: jogava bola de gude, rodava pião, soltava pipa. A gente ficava brincando até tarde na rua. Fazia de tudo como as crianças daquele tempo faziam, né? Mas hoje a gente vê que tá bem diferente, até por conta da tecnologia e acessibilidade a muitas coisas. Hoje em dia as crianças conseguirem as coisas é muito mais fácil, muito mais rápido, que no tempo em que eu era criança. Além disso, há 20 anos a violência e o poder paralelo, as coisas que acontecem hoje na comunidade são completamente diferentes. Vocês que são mais velhos, que têm mais idade e que nasceram antes, têm mais experiência que eu, sabem que a verdade é essa. Mas tirando isso, eu fazia tudo normalmente. Minha infância foi excelente! Antes de morar na Vila dos Pinheiros, meus pais moraram nas palafitas de Nova Holanda. Eles só se mudaram para cá quando a minha avó veio morar aqui.

Pensando na Vila dos Pinheiros e nos problemas que temos hoje, vejo como um grande problema o ir e vir, que está um pouco complicado. Também a juventude tá bem diferente do passado, a gente vê criança de 12, 13 anos envolvida, portando arma de fogo e tal. Tem essa diferença da forma que a polícia entra na comunidade. Antigamente, a polícia entrava de outro jeito. Da forma que é feito, atualmente, parece é que 99% da comunidade, dos moradores, são coniventes com o bandido; que 100% participam de alguma forma do tráfico. É essa a forma da polícia abordar morador, as incursões na comunidade... É muito mais truculenta...

Antes eles, os policiais, entravam na casa dos outros, só que não faziam o que fazem exatamente agora. Olha: pelas vezes que eu convivi, que eu vi isso, eu notei que era um pouco diferente. Era um pouco mais social, pois eles pediam pra entrar e tal. Já entraram aqui em casa. Já foram pra laje, já pediram pra prender o cachorro pra entrar, mas de maneira educada. Existiam outros casos de entrar com chave-mestra, pois não tinha gente ou chamava e tal. Mas era diferente! Agora eles entram arrombando tudo, entendeu?

Hoje em dia, qualquer situação de incursão é esculacho em cima do morador. Entram na casa, batem, obrigam a fazer as coisas. Entram sem licença, sem documentação, e revistam, acham que têm direito de fazer tudo. Trocam tiro com bandido com a gente na rua ou não. Não tem

> “Hoje em dia, qualquer situação de incursão é esculacho em cima do morador. Entram na casa, batem, obrigam a fazer as coisas. Entram sem licença, sem documentação, e revistam, acham que têm direito de fazer tudo. Trocam tiro com bandido com a gente na rua ou não. Não tem hora certa pra poder entrar ou fazer incursão, de causar vários tipos de problema”

hora certa pra poder entrar ou fazer incursão, de causar vários tipos de problema. Eu tenho uma filha de quatro anos e ela já deixou de ir pra escola algumas vezes por causa de incursão de manhã cedo, 7 horas da manhã, 6 horas manhã, e outros colégios fechados também devido a isso.

Eu me lembro de que a presença da polícia na comunidade era mais constante antes. Era mais constante mesmo! A gente tem um posto de polícia na Vila do João, onde pelo menos lá tinha carros de polícia, a gente via polícia na porta, por mais que não fizessem nada a gente via isso. Antes tinha linha de ônibus rodando aqui dentro, de verdade. Passava na minha porta. Então esse acesso era maior, mais amplo e a polícia, eu lembro que antes eles entravam mais vezes, passava mais aqui e tal. Quando o Exército esteve aqui na comunidade, eu lembro como se fosse hoje, eu *tava* num pagode aqui com o meu irmão, eles tinham autorizado a entrada do Exército na Maré, eles chegaram de madrugada. Eu acompanhei toda a entrada aqui, porque eu vim de madrugada da rua com o meu irmão, nós entramos junto com eles. E eu confesso pra você que no começo eu tinha esperança de mudar alguma coisa na comunidade. É porque sempre que eu falo do meu caso, eu falo isso. Eles tinham planos, né? De projetos sociais, sei lá, de tirar as crianças da rua, de fazer alguma coisa, ocupar a mente dos jovens, ocupar a mente das crianças pra que não ficassem como elas estão hoje, na situação que elas estão hoje. Eu tive esperança disso, né? Desde um ano de idade eu só via a polícia entrar na comunidade, via cada vez mais crescer traficante por aí, por falta de oportunidade, de projetos, por falta de ocupação. E eu via muita polícia entrando aqui. O Exército entrando pensei que seria diferente. Eu me lembro de que quando

fiz 18 anos eu queria muito ser militar! Eu fui da primeira turma a me alistar, primeira a fazer teste, mas aí sobrei por excesso de contingente.

De verdade, eu tinha uma fé que as coisas fossem mudar com o Exército aqui, né? Por não ser a polícia propriamente dita, mas por ser um Órgão de ordem, botaria ordem na comunidade e eu tinha pra mim que ia dar tudo certo. Eu passava com a minha filha, minha filha dava *tchau*, eles davam *tchau*, brincavam com ela. Eu parava com ela na rua pra ver tanque passando, carro do Exército passando e tal. Mas não foi nada do que a gente esperava, né? Principalmente nada do que eu esperava. Eu vi muita violação de direitos humanos, com certeza. Às vezes você andava, por exemplo, 300 metros, sei lá, 600 metros, se tivesse três pontos de soldados do Exército você era parado nos três pontos. Uma vez me pararam aqui, eu com a chave do portão na mão, me fizeram sair da escada, eu tive de voltar. Uma série de perguntas, violação de privacidade. Eles tentavam olhar o telefone celular das pessoas, conversa de *WhatsApp* e tal, invadiam casas, arrombavam casas. Todo mundo sabe disso! Furtavam coisas de pessoas e tudo.

Não me lembro de quanto tempo eles ficaram aqui. Mas houve muitos relatos dessa parte. E eu fui muito positivo quanto a isso, achei que pudesse adiantar, ajudar em alguma coisa e tal. Mas por incrível que pareça, o destino pregou uma peça. A pessoa que via isso como positividade, acabou sendo baleada com dois tiros por soldados do Exército e hoje se encontra no estado que tá.

No dia 12 de fevereiro de 2015, eu tinha ido assistir ao jogo de futebol com os meus amigos. Um amigo meu *tava* de férias aqui no Rio, Sargento da Aeronáutica. A gente tava num bar e dali a gente foi pra outro lugar. Sabe como é: fevereiro, Carnaval, na verdade era quarta ou quinta-feira, e o Carnaval começaria na sexta. A programação já *tava* pronta aqui na comunidade e eu não *tava* trabalhando e tinha um mês, ia fazer um mês, que eu não *tava* trabalhando. Fomos assistir ao jogo e voltamos, viemos pela Linha Amarela e fomos parados pelos soldados. Até aí tudo normal, apresentamos documentos. Ninguém devia nada, sem problemas, seguimos em frente. Fomos embora. Daí a 15 minutos, em outra área da comunidade, eles abriram fogo contra o carro onde estava eu e mais quatro amigos. Isso aconteceu entre duas e duas e meia da manhã. E foi aí que tudo aconteceu. Depois alegaram que a gente trocou tiro com eles, que não obedecemos a ordem de parada. Por último, eles disseram que a gente tentou atropelar um soldado e, aí, por tentativa de homicídio da parte do motorista, eles abriram fogo contra o carro. Mas não foi nada disso, né?

Tem fotos, evidências, que mostram que não foi nada disso. Foi nessa que levei dois tiros. Um tiro nas costas, na altura da costela, que atravessou meu pulmão e pegou minha coluna, pois houve invasão do canal medular. Eu fiquei paraplégico, na altura da T5 pra baixo, um pouco acima da barriga. O segundo tiro, eu levei na perna, no fêmur direito e atravessou para o fêmur esquerdo, porque eu *tava* atrás, no banco do passageiro. O fêmur esquerdo não pôde ser salvo, daí houve a amputação do membro, de cima do joelho pra baixo.

Por causa dessa violência que sofri, entrei com uma ação contra o Estado. A Defensoria não fez nada. Direitos Humanos não olharam por mim, pra mim. Recebi muita ajuda da comunidade, muita ajuda de Organizações, de pessoas ligadas à ONG, pessoas influentes nesse meio que me ajudaram. O pessoal da Redes da Maré, Anistia Internacional, Justiça Global, Grupo Reaja e muita gente da comunidade, muitos amigos. E eu não ganhei cama do Estado do Rio de Janeiro, do Governo, não ganhei cadeira de rodas, por exemplo. A cadeira que eu usava, ganhei de amigos. A cama que eu dormia, ganhei de amigos. Curativos, fraldas, essas coisas, eu ganhei tudo de pessoas solidárias, aqui da comunidade. É isso, a gente tá na justiça agora tentando fazer com que eles paguem pelas consequências do ocorrido.

Fiquei 98 dias no Hospital Getúlio Vargas. Cheguei com 7% de vida no hospital. Daí o tempo foi passando e no mês de maio eu saí. E veio junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e nada de ajuda. Minha mãe guerreira, ela virou uma militante comigo no hospital. Enquanto eu *tava* lá ela saía pra reuniões, pra conversar com pessoas influentes. Minha mãe conversou com muita gente a portas fechadas, muita gente importante, muita gente influente mesmo no Rio de Janeiro. E disseram que ia ficar na mão do Ministério Público, que já tinha advogado público pra resolver o caso e tal. E o caso foi andando, andando, andando e nada. Foi aí que minha mãe conseguiu um advogado particular. O pessoal do grupo Reaja mandou pra cá, pra orientar, né? Saber como resolvia isso.

Esse advogado foi procurar saber em que pé *tava* a situação, e a gente descobriu que havia um inquérito, um processo interno do Exército contra o motorista do carro, que me colocava como testemunha, e não como vítima do caso. E em fevereiro de 2016, a gente resolveu entrar na Justiça com esse advogado particular. Isso porque já tinha completado um ano e o Ministério Público não tinha feito nada. O único jeito seria contratar um advogado particular, porque minha mãe ia aos lugares e já *tava* ouvindo sobre "arquivamento do processo", e isso já *tava* deixando a gente desesperado,

porque eu não fiquei doente. Eu não nasci deficiente físico. Me impuseram isso, me colocaram dessa forma. Agora em fevereiro de 2017 completa um ano que o advogado tá no caso. Então, algumas coisas têm mudado, graças a Deus. Porém, não da forma que a gente queria, né? Isso porque, no final das contas, a gente vai ter de abrir mão de parte do dinheiro, independente do que a gente for receber de indenização, a gente vai ter de abrir mão de uma grana pra poder pagar o serviço do advogado. Isso era uma coisa que o Estado deveria ter feito pela gente, né? Que seria o justo! Na verdade não fizeram.

Essa situação me deixa revoltado, porque no início, quando o Exército chegou à Maré, eles atuaram de um jeito, depois mudaram. Como é que isso foi acontecer do ponto de vista do trabalho que eles deveriam fazer com os moradores? Foi, foi bem diferente mesmo, no início. No início, acho que nos primeiros 15 ou 20 dias eles foram muito diferentes e amigáveis.

Foi bem diferente sim, no começo, quando eles chegaram. Eu acho que a ideia de colocar Exército no Complexo da Maré, nas comunidades, foi meio no escuro, por eles não saberem, por não fazerem ideia, no caso o Exército, um Órgão Federal, como funcionava o poder paralelo, de fato, no Rio de Janeiro. Acho que eles tinham só uma noção de como funcionava e quando chegaram aqui é que viram que era completamente diferente. E eu vou falar que aqui, a comunidade em si não abraçou muito a causa, a verdade é essa. Não abraçou muito a causa.

Eles se sentiram invadidos pela "lei", entre aspas, por um Órgão que, de repente, colocaria ordem para algumas coisas. Mas sem nenhuma preparação, organização, e aí a comunidade começou a rejeitar o Exército. Daí eu acho que eles começaram a dar o mesmo troco, na mesma face, na mesma moeda. Já que a gente não está sendo bem aceito aqui, a gente vai fazer jus a isso. E aí era isso: abuso de poder. A comunidade sempre fez festas, muitas coisas. Muita gente aqui faz aniversário, faz na rua, liga um som, faz alguma coisa, chama a comunidade. Eles não pediam, discutiam com os moradores. Na verdade, eles ordenavam parar com festa, mas a festa era particular. Eles entravam em casas, a revista e a abordagem eram completamente diferentes. Revistavam tudo, faziam a pessoa tirar as coisas da bolsa, espalhavam, depois faziam com que as pessoas catassem. Foi assim, diferente da polícia até.

Fazendo uma comparação entre as abordagens de policiais que eu já levei na minha vida, elas foram completamente diferentes das do Exército. Foi pior, foi pior. Já mexeram no meu telefone. Já me ameaçaram de prisão por não deixar mexer, por eu não autorizar mexer no meu telefone, né? Por invadirem a minha privacidade dessa

forma. A falta de informação, eu acho, era muito grande. Porque é inadmissível! É engraçado até, num espaço de 600 metros, numa rua reta, são três pontos de soldados, o Exército em três pontos, sabe? Você ser abordado nos três pontos. O que podia ser resolvido com uma simples comunicação entre eles. Você era revistado nos três lugares o tempo todo. Às vezes, você virava a esquina, às vezes você era revistado aqui e no segundo ponto estavam vendo que você era revistado, chegando lá eles revistavam você de novo. Era completamente diferente de todas as abordagens da polícia que eu já tive na vida. No começo era tranquilo, eles ficavam nos pontos deles e tal, mas depois foi o que eu falei: a comunidade não abraçou muito, né? Começou a rejeitar, né? E eles se sentiram rejeitados e quiseram fazer jus a isso e fazer o mesmo.

Eu sempre disse à minha família e amigos que a Segurança pública do Rio de Janeiro está completamente equivocada em muitas coisas, né? Primeiro, achar que colocar Exército em comunidade vai resolver alguma coisa. Acho que o que tem de acontecer é diálogo, né? Acho que tem de conversar, tem de saber, tem de investir mais em outros planos, em projetos sociais, pra poder tirar gente da rua, ocupar a cabeça dos jovens, dessas pessoas de 13 e 14 nos que não têm expectativa de vida e só veem expectativa de vida no tráfico. *Pras* coisas poderem se resolver.

Acho que precisa dar um treinamento melhor para o policial. Mas também não só o melhor treinamento. O melhor é treinamento e fazer com que valha a pena os profissionais atuarem de forma correta nas suas profissões, porque as pessoas fazem prova, viram policiais e não têm salário. Entra na comunidade pra poder trocar tiro com bandido e não tem salário, não tem dinheiro?! O custo benefício não vale a pena, por isso é que muitos vão pra corrupção. Tem grupos de extermínio de policial e tal, acho que é isso. A Segurança pública do Rio de Janeiro está bem equivocada com as coisas. Acho que implantar UPPs nas comunidades não resolve, né? Tem vários exemplos que não têm resolvido, até hoje morador some, troca de tiro sempre, o tráfico continua e tal. Acho que uma melhor abordagem junto aos moradores, junto com a Associação de Moradores, junto com as ONGs que existem dentro dessas comunidades mudaria bastante, ajudaria muito na violência e na forma que o Rio de Janeiro vive hoje.

Quer perguntar mais, pode falar. Será que eu me esqueci de alguma coisa?

Não consigo, sinceramente, eu não consigo perceber diferença alguma na atuação da polícia e do Exército. Não teve diferença alguma!

Não houve nada de diferente, de melhor, que tenha mudado alguma coisa na comunidade. Nada. Nada,

nada, de verdade. E não tiveram projetos sociais, não tiveram planos, não tiveram programas, planos de melhoria. Assim, coisas básicas. Coisas que poderiam articular como saneamento básico, coleta de lixo. Mas nada, não teve nada de diferente, nada, nada. Pelo contrário, acho que teve medo, né? O pessoal se sentiu muito acuado aqui. Porque é o que eu falei e eu já ouvi também, e é uma opinião que eu compartilho: a polícia já virou vitrine no Rio de Janeiro pra, nos casos de violência, e a gente sabe que quem entra em comunidade é a polícia. Quem entra pra tentar resolver as coisas é a polícia. Quando o Exército chegou muita gente ficou assustada, porque começou a ver muita coisa que não se via antes. Eu nunca tinha visto um tanque de guerra tão perto, tão perto, um tanque de guerra de verdade, via no Desfile de 7 de Setembro. Helicóptero do Exército, moto, jipe, barricada, sabe? Muita coisa de guerra!

Como pode? Saco de areia, arame farpado, tática de guerra, eu não tinha visto, só tinha visto na televisão, aqui foi completamente igual ao que a gente via lá no filme. Aconteceu aqui, sei lá, a gente tava numa guerra. Acho que a 3ª Guerra Mundial. Eu nunca tinha visto isso, o poder bélico deles era muito forte. Como é que você anda numa comunidade com tanque de guerra e bazuca, gente? Como é que se anda numa comunidade portando bazuca na mão, como é que é isso? Pra acuar o morador e foi o que aconteceu. Morador se sentia muito acuado, não saía, e eu saía, porque tinha de trabalhar, eu trabalhava na época.

Eu trabalhava numa empresa de distribuição de material cirúrgico, trabalhava na área de ortopedia, pino, parafuso, placa, essas coisas. E paralelamente eu fazia um curso técnico de segurança do trabalho e, por incrível que pareça, por ironia do destino, o cara que via positividade

> “Saco de areia, arame farpado, tática de guerra, eu só tinha visto na televisão, aqui foi completamente igual ao que a gente via lá no filme (...) a gente tava numa guerra. Acho que a 3ª Guerra Mundial. Eu nunca tinha visto isso, o poder bélico deles era muito forte”

nisso tudo, o cara que torcia por projetos sociais, por mudanças, levou dois tiros, como eu já falei, e está em cima de uma cadeira de rodas.

Eu, atualmente, tenho saudade de ir a entrevistas de emprego, tenho saudade de reclamar, de olhar no relógio e dizer que são 10 horas da manhã e esperar até às 5 horas pra poder ir embora do trabalho. Tenho saudade de dançar. Tenho saudade de andar e fazer tudo o que eu fazia antes. Eu tenho saudade de pegar a minha filha no colo, como eu pegava. Eu tenho saudade de levar a minha filha pra praia, de sair com ela. Eu sinto falta de tudo isso que me tiraram.

Eu dançava, né? Eu fazia parte de um projeto de Corpo de Dança da Maré, onde eu fiquei por três anos, viajei pra vários lugares do Brasil. Sou músico, né? Quem me conhece, sabe. Sempre toquei instrumento, cavaquinho, violão, contrabaixo, eu sei cantar. E hoje eu não posso fazer absolutamente nada disso. Quer dizer ainda, né? Não ainda.

Porque eu tenho uma positividade muito grande dentro de mim. Eu sei que minha vida entrou num *slow motion*, mas as coisas vão voltar ao normal, eu sei disso. Isso modificou demais a minha vida, eu não faço as coisas que eu fazia antes, eu moro no segundo andar, numa casa grande, com uma sala boa, corredor, quartos, cozinha. Porém, uma casa feita pra pessoas bípedes, pessoas que andam normalmente, né? E o Estado me colocou de forma diferente, né? Nasci com duas pernas, nasci andando, sempre fui muito ativo e hoje eu sou um cadeirante, amputado, pra descer e subir pra casa e fazer as coisas são cerca de três pessoas pra poder fazer as coisas comigo. Tudo eu tenho de pagar. Um carro pra tal lugar eu tenho de pagar e é muito caro.

Eles me deixaram dessa forma e não me deram o meu direito. Eu não tive a opção na verdade, não me deram direito a coisas básicas de que eu preciso. Eu não tenho ambulância pra entrar na comunidade, pra entrar e me buscar pra fazer um exame de rotina. É tudo muito complicado. Eu tenho de esperar na fila do SisReG, na fila do SUS, para uma consulta normal, sei lá, para uma urologia, um exame de sangue.

Isso modificou demais a minha vida e tá tudo mais complicado agora. Eu sinto falta de tudo isso. Hoje eu não posso fazer o que eu fazia antes. Minha filha me cobra muita coisa, mas eu não faço de tudo agora. Estou numa rotina nova. Eu tenho saído algumas vezes, eu comecei a reabilitação há quatro meses. Mas é isso, modificou bastante a minha vida, modificou muito. Eu sinto muita falta, muita saudade das coisas que eu fazia antes, mas... Bola pra frente, né?

Graças a Deus eu tô vivo. Pior se eu tivesse morrido; o pior já passou, né? Agora eu tô bem, eu tô tranquilo, vejo

minha filha, vejo minha mãe, vejo minha família todo dia, minha namorada e tal. E agora, bola pra frente. E assim, de uns tempos pra cá, a vontade de falar sobre isso aumentou, de ir a grandes Órgãos, falar sobre isso, falar em palestras, campanhas e tal, né? Como a Anistia, a Redes da Maré, e de muitos outros lugares botar a cara, nesses lugares assim, pra mostrar que eu sou vítima e estou vivo, e pra fazer com que essas coisas não aconteçam com mais pessoas, dentro e fora de comunidade. Entendeu?

Vejo que o meu futuro depende do meu presente agora, porque o passado já ficou pra trás, aconteceu o que aconteceu. Desde o momento em que eu acordei no hospital eu sabia que tudo ia ser diferente dali pra frente. Desde o momento em que eu saí do hospital, eu também sabia que seria diferente dali pra frente. E tudo está sendo diferente hoje. Tô tendo uma vida diferente, uma vida completamente diferente, nova, mas eu não queria essa vida. Essa é a verdade.

Mas o futuro depende de hoje, eu preciso, eu tenho feito, estou fazendo reabilitação agora. Tenho tido cada vez mais independência nas minhas coisas. Poxa, um cara que chegou com 7% de vida no hospital, hoje tá fazendo as coisas que eu faço já é um avanço muito grande. Porém, comecei tarde a fisioterapia, a reabilitação, devido a esse atraso de fila de SisReg, de SUS, esse atraso de forma geral. O meu futuro eu não sei, eu tô focado na minha reabilitação, na minha família, na minha melhora e no meu processo indenizatório, que eu espero que saia o mais rápido possível.

Quero ter uma casa adaptada, um carro adaptado, meu direito de ir e vir de novo, que um dia eu tive, já que eu fazia de tudo. Quero fazer de tudo novamente, quero dirigir. O meu futuro, espero que seja esse. Eu sou aposentado, hoje, consegui me aposentar por invalidez, e é isso. Espero pelo processo, eu não tô com cabeça pra trabalhar ou fazer alguma coisa devido à fisioterapia, da reabilitação, da minha família, da minha filha e do processo. Depois que tudo isso se resolver, eu penso em investir em alguma coisa e tal, até pra dar uma vida melhor pra minha mãe, pra minha filha e, seguir assim: bola pra frente!

ANEXO

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS SOBRE AÇÃO DAS FORÇAS DE PACIFICAÇÃO NA MARÉ

QUESTIONÁRIO B | **ENTREVISTA COM MORADOR**

NÚMERO DO QUESTIONÁRIO:

NOME DO ENTREVISTADOR:

Prezado/a Senhor/a,

O presente instrumento busca reunir informações acerca das ações dos militares na Maré desde março de 2014. Pedimos sua contribuição por meio do preenchimento deste, para que possamos conhecer melhor como os moradores da região têm percebido a presença policial. Para que este trabalho resulte em um consistente material de pesquisa, solicitamos que as respostas sejam abrangentes, e as informações fornecidas suficientemente detalhadas.

Cabe assinalar que o sigilo das informações será resguardado e o uso dos resultados acontecerá de forma ética e responsável, sempre com a prévia anuência dos participantes da pesquisa. Neste sentido, informações de casos particulares não serão disponibilizadas publicamente. A divulgação, quando permitida, será restrita à totalidade dos casos e sob a forma de estatísticas referentes ao conjunto dos entes pesquisados.

O questionário será sempre aplicado presencialmente.

Desde já agradecemos sua colaboração e nos colocamos à disposição para dirimir quaisquer dúvidas que surjam ao longo do preenchimento.

BLOCO 1 | **PERFIL DO ENTREVISTADO**

1.	**Sexo:** ☐ 1. Masculino ☐ 2. Feminino
2.	**Idade:** ☐☐ anos
3.	**Raça:** ☐ 1. Branca ☐ 2. Preta ☐ 3. Parda ☐ 4. Amarela ☐ 5. Indígena
4.	**Grau de Escolaridade:** ☐ 1. Sem escolaridade ☐ 2. Ensino Fundamental (1º grau) incompleto ☐ 3. Ensino Fundamental (1º grau) completo ☐ 4. Ensino Médio (2º grau) incompleto ☐ 5. Ensino Médio (2º grau) completo ☐ 6. Superior incompleto ☐ 7. Superior completo ☐ 8. Pós-Graduação *Lato Sensu* ☐ 9. Mestrado (ou equivalente) ou Doutorado

5. **Comunidade onde reside na Maré:**

☐ 1. Conjunto Esperança
☐ 2. Vila do João
☐ 3. Vila do Pinheiros
☐ 4. Salsa e Merengue
☐ 5. Conjunto Pinheiros
☐ 6. Morro do Timbau
☐ 7. Baixa do Sapateiro
☐ 8. Nova Maré
☐ 9. Conjunto Bento Ribeiro Dantas
☐ 10. Parque Maré
☐ 11. Nova Holanda
☐ 12. Parque Rubens Vaz
☐ 13. Parque União
☐ 14. Parque Roquete Pinto
☐ 15. Praia de Ramos
☐ 16. Marcílio Dias

6. **Tempo de residência na Maré** [INFORMAR SE MESES OU ANOS] _____

7. **Quantas pessoas moram no seu domicílio, incluindo você:** _____

8. **Trabalho:**

☐ 1. Trabalha, com vínculo empregatício
☐ 2. Trabalha, sem vínculo empregatício
☐ 3. Desempregado (já trabalhou e está à procura de emprego)
☐ 4. Nunca trabalhou ☐ 5. Estudante ☐ 6. Aposentado ou pensionista
☐ 7. Do lar ☐ 8. Outro. Especificar: _____

9. **Você ou algum membro da sua família frequenta alguma ONG na Maré?:**

☐ 1. Não ☐ 2. Sim

9.1. Em caso afirmativo, qual? _____

BLOCO 2 | **QUESTÕES GERAIS**

10. **Você gosta de morar na Maré?**

☐ 1. Não ☐ 2. Sim

11. **Você visita ou frequenta outros lugares fora da Maré?**

☐ 1. Não [PULAR PARA A 12] ☐ 2. Sim

11.1. Por qual/quais motivo/s? Até três motivos, por ordem de importância:

Motivo principal: _____

2º motivo (opcional): _____

3º motivo (opcional): _____

12. **Você costuma circular em outras comunidades dentro da Maré?**

☐ 1. Não ☐ 2. Sim

BLOCO 3 | **SOBRE O PERÍODO ANTERIOR À ENTRADA DAS FORÇAS DE PACIFICAÇÃO**

A ocupação das Forças de Pacificação na Maré foi iniciada no mês de março de 2014. Considerando-se a realidade da Maré nos **três anos anteriores a esse processo**, responda às seguintes perguntas:

13. **Nos últimos três anos antes da pacificação, sem contar os programas do Governo, você ou alguém da sua família recebeu benefícios de terceiros, seja de instituição ou de pessoa física? Se sim, de quem?**

[EX. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, IGREJA, AMIGOS E PARENTES, TRÁFICO, MILÍCIA, EXÉRCITO ETC.]

Os benefícios aqui considerados podem ser: comida, dinheiro, medicamento, ajuda com aluguel, pagamento de contas, etc.

☐ 1. Não ☐ 2. Sim

13.1. Se sim, de qual desses?

☐ 1. Associação de Moradores ☐ 2. Igreja ☐ 3. Amigos ou parentes
☐ 4. Tráfico ☐ 5. Milícia ☐ 6. Polícia ☐ 7. Político ☐ 8. ONG
☐ 9. Outro. Especificar: _____

14. **Na sua opinião, antes da pacificação da Maré, era seguro ou inseguro morar aqui?**

☐ 1. Seguro ☐ 2. Inseguro

15. **Na sua opinião, depois da pacificação da Maré, é seguro ou inseguro morar aqui?**

☐ 1. Seguro ☐ 2. Inseguro

16. **Então houve ou não houve mudança em relação à sensação de segurança com a Pacificação da Maré?**

☐ 1. Houve mudança ☐ 2. Não houve mudança

17. **Na sua opinião, a pacificação de outras áreas da cidade interferiu na situação dentro da Maré? Como?**

☐ 1. Sim, a Maré ficou mais segura com a pacificação de outras áreas da cidade.
☐ 2. Sim, a Maré ficou menos segura com a pacificação de outras áreas da cidade.
☐ 3. Não, a situação da Maré não mudou com a pacificação de outras áreas da cidade.

18. **Qual/Quais da/s alternativa/s abaixo você considera verdadeira/s?**

☐ 1. Dentro da Maré eu me sinto tão seguro quanto no restante da cidade.
☐ 2. Dentro da Maré eu me sinto mais seguro que no restante da cidade.
☐ 3. Dentro da Maré eu me sinto menos seguro que no restante da cidade.

19.	**Você ou alguém do seu domicílio já foi a alguma Delegacia para registrar algum delito de que tenha sido vítima? Ex.: furto, roubo, agressão, ameaça, ofensa, discriminação, etc.? Se sim, foi antes ou depois da pacificação?** ☐ 1. Sim, antes da pacificação da Maré ☐ 2. Sim, depois da pacificação da Maré ☐ 3. Sim, antes e depois da pacificação da Maré ☐ 4. Não

Considere a situação a seguir ocorrendo nos últimos três anos antes da pacificação:
Um morador de sua comunidade danificou a parede do vizinho enquanto fazia uma reforma. O vizinho atingido cobrou o pagamento dos danos causados, mas esse morador não aceitou e ameaçou o vizinho atingido.
Usando o bom senso e o conhecimento da realidade da Maré, qual desses grupos abaixo você acha que o vizinho atingido deveria acionar para resolver o problema?

20.	**Associação de Moradores:** ☐ 1. Sim ☐ 2. Não Por que?
21.	**Uma ONG local:** ☐ 1. Sim ☐ 2. Não Por que?
22.	**Uma igreja local:** ☐ 1. Sim ☐ 2. Não Por que?
23.	**Tráfico ou milícia**: ☐ 1. Sim ☐ 2. Não Por que?
24.	**Justiça (Defensoria Pública, Juizado, etc.):** ☐ 1. Sim ☐ 2. Não Por que?
25.	**Delegacia:** ☐ 1. Sim ☐ 2. Não Por que?

BLOCO 4 | **SOBRE A VIOLÊNCIA**

26. **Nos últimos três anos antes da pacificação, você ou alguém da sua família imediata foi vítima de algum tipo de violação de direito — entrada em domicílio sem autorização ou dano corporal ou de propriedade — por parte da polícia dentro da Maré?**
☐ 1. Não ☐ 2. Sim

26.1. Com que frequência?

☐ 1. Nunca ☐ 2. Uma vez ☐ 3. Duas vezes ☐ 4. Mais de duas vezes

26.2. Caso tenha ocorrido, pode descrever brevemente o incidente?

26.3. Você ou alguém da sua família denunciou este incidente junto à alguma Organização? ☐ 1. Não ☐ 2. Sim

26.3.1 Em caso afirmativo, indique onde a denúncia foi registrada:

☐ 1. ONG. Qual? ☐ 2. Igreja. Qual?

☐ 3. Disque Denúncia ☐ 4. Delegacia ☐ 5. Associação de Moradores

☐ 6. Outra resposta. Especificar:

BLOCO 5 | **SOBRE A AÇÃO DAS FORÇAS DE PACIFICAÇÃO E DAS FACÇÕES, INCLUSIVE A MILÍCIA**

Você ou algum membro da sua família imediata já vivenciou alguma das experiências listadas abaixo:

27.	**Revista pessoal**	☐ 1. Sim	☐ 2. Não
28.	**Revista à residência**	☐ 1. Sim	☐ 2. Não
29.	**Detenção**	☐ 1. Sim	☐ 2. Não
30.	**Participação em eventos comunitários (debates, ações sociais, atividades culturais, etc.) onde houve a contribuição de militares**	☐ 1. Sim	☐ 2. Não
31.	**Participação em eventos religiosos onde houve a contribuição de militares**	☐ 1. Sim	☐ 2. Não
32.	**Participação em eventos onde houve monitoramento especial da Força de Pacificação**	☐ 1. Sim	☐ 2. Não

33.	**Confronto violento envolvendo militares (onde houve uso de armas e/ou outros artefatos)**	☐ 1. Sim	☐ 2. Não
34.	**Registro de denúncias/reclamações junto aos militares sobre ocorrências na comunidadea**	☐ 1. Sim	☐ 2. Não
35.	**Outros. Especificar:**	☐ 1. Sim	☐ 2. Não

36. **Depois da entrada das Forças de Pacificação, você ou alguém da sua família imediata foi vítima de algum tipo de violação de direito — entrada em domicílio sem autorização ou dano corporal ou de propriedade — por parte dos militares?**

☐ 1. Não ☐ 2. Sim

36.1. Com que frequência?

☐ 1. Nunca ☐ 2. Uma vez ☐ 3. Duas vezes ☐ 4. Mais de duas vezes

36.2. Caso tenha ocorrido, pode descrever brevemente o incidente?

36.3. Você ou alguém da sua família denunciou este incidente junto à alguma Organização? ☐ 1. Não ☐ 2. Sim

36.3.1 Em caso afirmativo, indique onde a denúncia foi registrada:

☐ 1. ONG. Qual?

☐ 2. Igreja. Qual?

☐ 3. Disque Denúncia ☐ 4. Delegacia ☐ 5. Associação de Moradores

☐ 6. Outra resposta. Especificar:

Em relação às afirmativas abaixo, diga se você: CONCORDA PLENAMENTE; ACHA QUE DEPENDE/VARIA CONFORME A SITUAÇÃO; DISCORDA TOTALMENTE

37. **É uma boa atitude da Força de Pacificação distribuir doces e lanches para as crianças.**

☐ 1. Concordo totalmente ☐ 2. Depende/Varia conforme a situação

☐ 3. Discordo totalmente

38. **É importante que seja necessário pedir autorização para a Força de Pacificação para organizar uma grande festa na rua.**

☐ 1. Concordo totalmente ☐ 2. Depende/Varia conforme a situação

☐ 3. Discordo totalmente

39.	**É importante ter o monitoramento das ruas pela Força de Pacificação, especialmente à noite.** ☐ 1. Concordo totalmente ☐ 2. Depende/Varia conforme a situação ☐ 3. Discordo totalmente
40.	**A cor de uma pessoa ainda influencia na forma como ela é tratada pelos militares. (pensar se concorda com a frase, não com o ato)** ☐ 1. Concordo totalmente ☐ 2. Depende/Varia conforme a situação ☐ 3. Discordo totalmente
41.	**A atuação dos militares na Maré, em geral, respeita os direitos dos moradores.** ☐ 1. Concordo totalmente ☐ 2. Depende/Varia conforme a situação ☐ 3. Discordo totalmente
42.	**Os militares que atuam na Maré, em geral, usam mais força do que é necessário.** ☐ 1. Concordo totalmente ☐ 2. Depende/Varia conforme a situação ☐ 3. Discordo totalmente
43.	**As ações cumpridas pelos militares na Maré costumam ser positivas para a comunidade local e não devem mudar.** ☐ 1. Concordo totalmente ☐ 2. Depende/Varia conforme a situação ☐ 3. Discordo totalmente
44.	**Os militares atuam de forma diferente da polícia.** ☐ 1. Concordo totalmente ☐ 2. Depende/Varia conforme a situação ☐ 3. Discordo totalmente
45.	**Os militares atuam de forma diferente da polícia.** ☐ 1. Concordo totalmente ☐ 2. Depende/Varia conforme a situação ☐ 3. Discordo totalmente
46.	**Militares devem matar alguns integrantes das facções, mesmo que tenham a possibilidade de prendê-los.** ☐ 1. Concordo totalmente ☐ 2. Depende/Varia conforme a situação ☐ 3. Discordo totalmente
47.	**Os militares devem usar todos os meios para enfrentar o tráfico de drogas, mesmo que os moradores sofram algum risco.** ☐ 1. Concordo totalmente ☐ 2. Depende/Varia conforme a situação ☐ 3. Discordo totalmente

48.	**Quando os militares saírem, a chegada da UPP trará mais segurança para a Maré.** ☐ 1. Concordo totalmente ☐ 2. Depende/Varia conforme a situação ☐ 3. Discordo totalmente
49.	**A atuação dos militares é mais valorizada que a dos policiais, pela sociedade.** ☐ 1. Concordo totalmente ☐ 2. Depende/Varia conforme a situação ☐ 3. Discordo totalmente
50.	**Os militares são mais honestos que os policiais.** ☐ 1. Concordo totalmente ☐ 2. Depende/Varia conforme a situação ☐ 3. Discordo totalmente
51.	**É importante e necessário que os militares continuem atuando dentro de favelas.** ☐ 1. Concordo totalmente ☐ 2. Depende/Varia conforme a situação ☐ 3. Discordo totalmente
52.	**Sua avaliação da atuação dos militares na Maré, em geral, é:** ☐ 1. Péssima ☐ 2. Ruim ☐ 3. Regular ☐ 4. Boa ☐ 5. Ótima
53.	**Você já recorreu ao auxílio dos militares em alguma situação do cotidiano em que isso foi necessário?** ☐ 1. Não ☐ 2. Sim
54.	**Como avalia a resposta dos militares, em geral, quando recorreu a esses?** ☐ 1. Péssima ☐ 2. Ruim ☐ 3. Regular ☐ 4. Boa ☐ 5. Ótima

Quem vive e trabalha na bela cidade do Rio de Janeiro sabe bem que em paralelo à vida vibrante, alegre e exuberante existe a dificuldade real. Em muitas comunidades em toda a cidade a situação de segurança é frágil e muitas vidas inocentes são perdidas a cada mês. Neste contexto, as relações entre a polícia e as comunidades que policiam são de fundamental importância. Desconfiança e tensão podem ter se acumulado ao longo de muitos anos, razão pela qual o desafio de quebrar o ciclo é tão difícil. Isso torna um trabalho como este, produzido através de uma excelente colaboração entre a Queen Mary, University of London e a Redes da Maré, tão importante.

JONATHAN DUNN OBE
CÔNSUL GERAL — CONSULADO GERAL DO REINO UNIDO, RIO DE JANEIRO

REALIZAÇÃO:

redes da maré

APOIO:

SSRC

Newton Fund

BRITISH ACADEMY
for the humanities and social sciences

20TH ANNIVERSARY people's palace projects

Queen Mary University of London